



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECOLOGIA AQUÁTICA E PESCA

MARLLEN KARINE DA SILVA PALHETA

**Participação e Conhecimentos Femininos na Inserção de Novas
Espécies de Pescado no Mercado e na Dieta Alimentar dos Pescadores
da RESEX Mãe Grande em Curuçá/PA.**

MARLLEN KARINE DA SILVA PALHETA

Participação e Conhecimentos Femininos na Inserção de Novas
Espécies de Pescado no Mercado e na Dieta Alimentar dos Pescadores
da RESEX Mãe Grande em Curuçá/PA.

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Ecologia
Aquática e Pesca da Universidade
Federal do Pará como parte dos
requisitos para obtenção do Grau de
Mestre em Ecologia Aquática e Pesca

Orientadora: Dr^a. Voyner Ravena Cañete

Participação e Conhecimentos Femininos na Inserção de Novas
Espécies de Pescado no Mercado e na Dieta Alimentar dos Pescadores
da RESEX Mãe Grande em Curuçá/PA.

MARLLEN KARINE DA SILVA PALHETA

*Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ecologia Aquática e Pesca da Universidade Federal do Pará como parte dos requisitos para obtenção do Grau de Mestre em Ecologia Aquática e Pesca, cuja banca examinadora foi constituída pelos pesquisadores listados abaixo, tendo obtido o conceito **Excelente**.*

Dissertação apresentada e aprovada em 30 de abril de 2013.

Orientadora

Dr.^a Voyner Ravena Cañete
(Instituto de Ciências Biológicas/UFPA)

Banca Examinadora

Dr.^a Denise Machado Cardoso
(Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UFPA)

Dr.^a Bianca Bentes da Silva
(UFPA/Bragança)

Dr.^a Ana Maria de Albuquerque Vasconcellos
(PPGDMAU/Unama)

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFPA

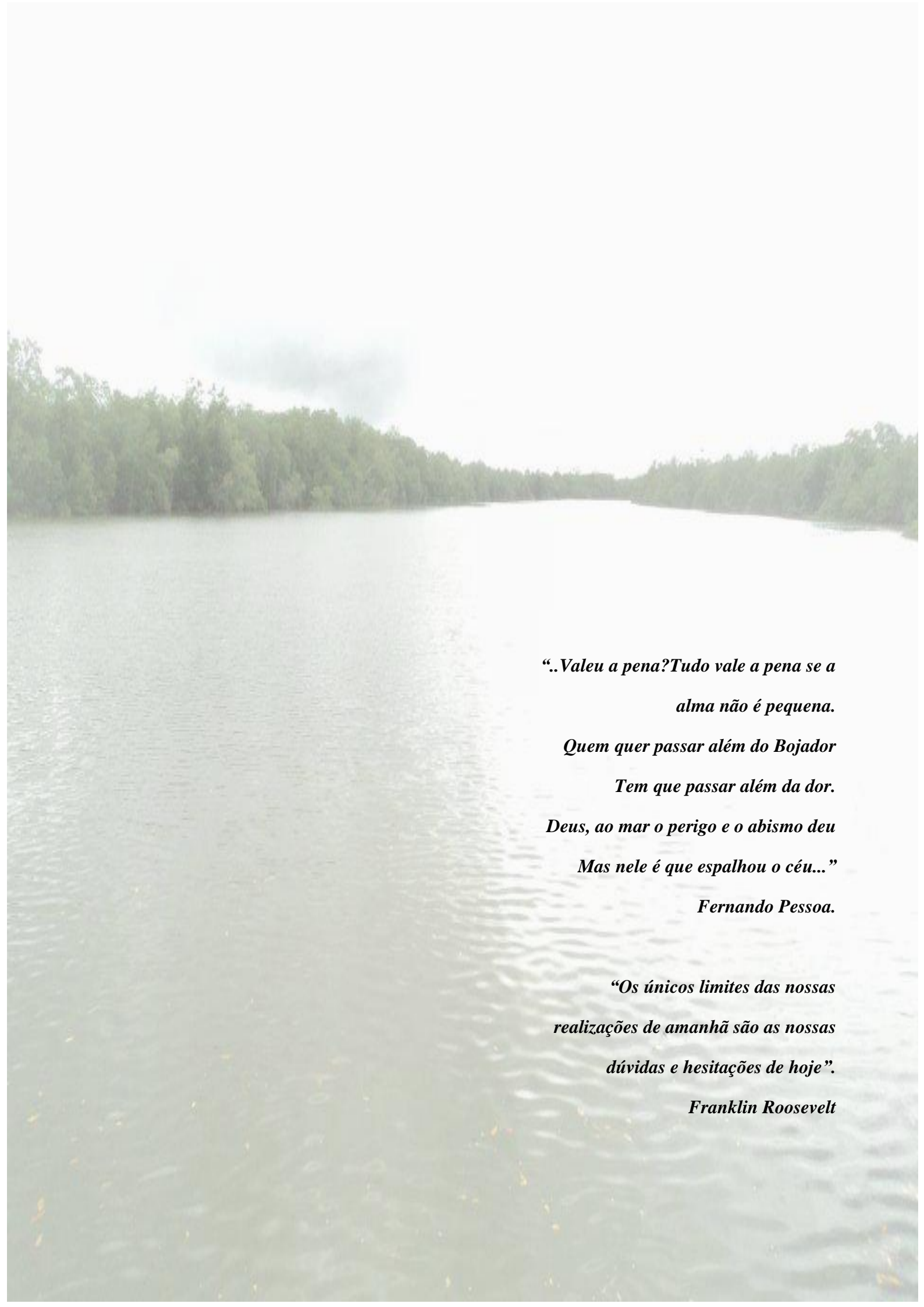
Palheta, Marllen Karine da Silva, 1987-
Participação e conhecimentos femininos na
inserção de novas espécies de pescado no mercado
e na dieta alimentar dos pescadores da RESEX Mãe
Grande em Curuçá/PA / Marllen Karine da Silva
Palheta. - 2013.

Orientadora: Voyner Ravena Cañete.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal
do Pará, Instituto de Ciências Biológicas,
Programa de Pós-Graduação em Ecologia Aquática e
Pesca, Belém, 2013.

1. Pescadoras Curuçá (PA). 2. Pesca artesanal
Curuçá (PA). 3. Peixe Consumo. 4. Reserva
Extrativista Marinha Mãe Grande Curuçá (PA). I.
Título.

CDD 22. ed. 305.56098115

*A meus pais Marlon e Fátima pelo
Apoio e Dedicção.*



*“..Valeu a pena? Tudo vale a pena se a
alma não é pequena.
Quem quer passar além do Bojador
Tem que passar além da dor.
Deus, ao mar o perigo e o abismo deu
Mas nele é que espalhou o céu...”*

Fernando Pessoa.

*“Os únicos limites das nossas
realizações de amanhã são as nossas
dúvidas e hesitações de hoje”.*

Franklin Roosevelt

AGRADECIMENTOS

Agradeço a **Deus** por toda proteção e força que sempre tive para alcançar minhas conquistas, sem ele nada seria.

Aos meus queridos e amados pais **Marlon Palheta e Fátima Palheta**, pela educação, incentivo, apoio, e colaboração para minha formação, são meus exemplos de vida. Aos meus irmãos **Marlon Junior e Maíla** por sempre estarem ao meu lado.

Aos meus avós **Abdias Palheta e Raimunda Palheta** por sempre estarem presentes em minha vida, me dando apoio e carinho.

Ao meu namorado **Vando Cavalcante** por todo companheirismo, dedicação e paciência, até mesmo nos momentos de ausência para a elaboração deste trabalho.

À minha família residente em Curuçá, pelo apoio e incentivo para a realização deste trabalho, principalmente meu querido **avô André**.

À minha orientadora **Voyner Ravena Cañete**, pela dedicação e ensinamentos, pelo incentivo e apoio nos meus momentos de aflição e insegurança, sempre me oferecendo palavras de conforto, um muito Obrigada...

Às pescadoras e marisqueiras da comunidade de Caratateua por me acolherem em suas casas, dividindo suas experiências. Ao **Seu Nélio**, por dispor de seu tempo para me acompanhar nas entrevistas.

À **Dona Elza** por me abrigar em sua casa, por me tratar como uma filha, apesar de não me conhecer, dividindo comigo suas histórias, sempre com seu bom humor e carinho.

A todos os professores de Curso de pós-graduação. Obrigada pelos conhecimentos cedidos.

À minha querida turma de mestrado 2011, por todos os momentos de aflição e estresse que vivemos, sempre compartilhados com muita alegria e parceria, mas principalmente pela união e amizade que construímos nesse pouco tempo e que espero levar para toda vida.

À todos os meus amigos e familiares que torceram para minha conquista, me dando força e incentivo.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela concessão da bolsa de mestrado.

Ao ICMBIO/IBAMA pela concessão da licença (nº 332321) para coleta de dados.

A todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste estudo.

Muito Obrigada!!!

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal descrever como o conhecimento tradicional da mulher marisqueira e pescadora de rio e mar, da localidade de Caratateua, RESEX Marinha Mãe Grande de Curuçá - PA, contribui na inserção e comercialização no mercado de novas espécies de pescado. Para tanto, o trabalho utiliza uma metodologia quali-quantitativa, dispondo de dados que apontam para um quadro de escassez das espécies há muito apreciadas no mercado local, assim como apresenta o conhecimento tradicional feminino sobre as espécies-chaves que compõem a dieta dos pescadores como uma das formas de inserção de novas espécies no mercado local. O trabalho descreve, ainda, as espécies que foram inseridas no sistema a partir do conhecimento feminino. A coleta dos dados ocorreu no período de março a agosto de 2012. As técnicas metodológicas foram entrevistas semiestruturadas e observação participante. Para caracterizar a comunidade socioeconomicamente foram aplicados 76 questionários junto aos moradores. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com as pescadoras/marisqueiras da comunidade, sendo aplicados 10 questionários e no mercado do município de Curuçá foram aplicados 9 questionários junto aos vendedores de pescado. As entrevistas apresentaram as mudanças ocorridas ao longo dos anos, evidenciando a escassez das espécies tradicionais, tanto da mesa do pescador quanto do mercado consumidor. Salienta, especialmente, como a mulher apresenta um papel fundamental na inserção de novas espécies em ambos os setores, por haver uma maior percepção acerca dos recursos naturais disponíveis ao consumo.

Palavra-Chaves: Conhecimento Tradicional; Dieta; Mercado.

ABSTRACT

This paper aims to describe the main as the traditional knowledge of women shellfish and fisher of river and sea, the locality of Caratateua, RESEX Marine Mom Large Curuçá – PA, contributes to market integration and commercialization of new species of fish. Therefore, the paper uses a methodology qualitative and quantitative, disposing of data that point to a scarcity of the species is much appreciated in the local market, as well as presents the knowledge traditional female on key species that comprise the diet of fishermen as a way to bring new species in the local market. The paper describes, more, species that have been entered into the system from the feminine knowledge. Data collection occurred in the period from March to August 2012. The methodological techniques were semi-structured interviews and participant observation. To characterize the community socioeconomically were applied 76 questionnaires with residents. The semi-structured interviews were conducted with fishers / seafood community, being applied 10 questionnaires and market in the city of Curuçá were applied 9 questionnaires sent to sellers of fish. The interviews showed the changes over the years, evidencing the shortage of traditional species, both the table fisherman as the consumer market. Stresses, especially, as the woman has a fundamental role in inclusion of new species in both sectors, because there is a greater perception about the natural resources consumption.

Word-Keys: Traditional Knowledge; Diet; Market.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
1.1 Discussão Metodológica	18
1.2 Coleta de Dados	21
1.3 Escolha da Área de Estudo	23
2. DISTRITO DE CARATATEUA.....	27
2.1 Conhecendo Caratateua	27
2.2 Aspectos Socioeconômicos	32
3. SOBREEXPLOTAÇÃO DO RECURSO PESQUEIRO E PESCA ARTESANAL NO LITORAL PARAENSE	43
3.1 Pesca Artesanal na Região Amazônica	43
3.2 Manejo dos Recursos Pesqueiros na Amazônia.....	48
3.3 Uso do Recurso Comum na Comunidade de Caratateua	52
4. O MODO DE SER PESCADOR EM CARATATEUA	58
4.1 O Pescador/Pescadora Artesanal	58
4.2 Caracterização da Marisqueira	60
4.3 O Modo de Ser Pescadora/Marisqueiras na Vila de Caratateua.....	61
5. MULHER, ESPAÇO DOMÉSTICO E ESPAÇO DE MERCADO.....	68
5.1 Conhecimento Tradicional Pesqueiro.....	68
5.2 Participação da mulher na atividade pesqueira.....	71
5.3 Mercado do Setor Pesqueiro	74
5.4 Introdução de Novas Espécies de Pescado no Setor Produtivo Pesqueiro.....	77
5.5 Introdução de Novas Espécies de Pescado no Mercado Municipal de Curuçá e na dieta dos pescadores de Caratateua	80
6. CONCLUSÕES	90
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	93
8. APÊNDICE	102
9. ANEXO.....	115

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Metodologia adotada na coleta dos dados.....	19
Figura 2: Fluxograma do critério adotado em relação à idade das pescadoras a serem entrevistadas.	22
Figura 3: Mapa de localização do município de Curuçá-Pa.	25
Figura 4: Mapa de localização da Vila Caratateua.	28
Figura 5: Manguezal de Curuçá.	29
Figura 6: Atividade de complementar exercida na comunidade: roça.	30
Figura 7: Principais atividades exercidas na comunidade respectivamente: pesca de curral e pesca camarão com puçá.	30
Figura 8: Porto utilizado pelos pescadores e o trapiche de um morador da localidade, respectivamente.	31
Figura 9: Processamento dos camarões realizado após a despesca.	33
Figura 10: Vista aérea da fazenda com a disposição dos viveiros.....	34
Figura 11: Estrutura das casas da comunidade.....	40
Figura 12: Estrutura das casas da comunidade.....	41
Figura 13: Porto do em frente a comunidade de Caratateua com as embarcações de pequeno porte.	55
Figura 14: Recursos naturais coletados principalmente pelas mulheres de Caratateua: A e B: sururu; C: local onde se retira o sarnambi; D: Sarnambi; E: Ostra.	56
Figura 15: Atividades de mariscagem exercida pelas mulheres da comunidade. A: Vista do local onde se retira o marisco Itam; B: Captura do sururu.	64
Figura 16: Demonstração de como se coleta o marisco Itam.	65
Figura 17: Captura do marisco Itam ensinado pela filha da marisqueira.	66
Figura 18: Captura do sururu.....	67

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Números de filhos correspondentes às famílias entrevistadas.	34
Gráfico 02: Relação da faixa etária e sexo dos entrevistados de Caratateua.....	35
Gráfico 03: Percentagem do nível de escolaridade dos entrevistados.....	36
Gráfico 04: Relação da escolaridade dos filhos dos entrevistados com a sua idade.	37
Gráfico 05: Profissões exercidas na comunidade.	38
Gráfico 06: Amostragem da distribuição de renda da comunidade.....	39

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Ano de introdução das espécies no estado do Pará.	80
Quadro 2: Razões para a introdução de novas espécies de pescado no mercado municipal de Curuçá.....	81
Quadro 3: Produtos tradicionais e novas espécies introduzidas no mercado municipal de Curuçá.....	82
Quadro 4: Espécies de pesca do inseridas na dieta alimentar dos pescadores de Caratateua...	87

1. INTRODUÇÃO

A pesca na Amazônia é uma das principais atividades econômicas da região, tradicionalmente passada entre gerações e constituindo-se em fonte de alimento e de renda, principalmente para a população ribeirinha residente ao longo dos rios amazônicos. Desde o período pré-colonial a pesca foi exercida na Amazônia de forma intensa, onde os principais alvos eram o peixe-boi, a tartaruga e o pirarucu, tendo como consequência, no transcorrer do tempo, uma redução nas populações desses animais (TORRES, 2004, p. 88). Atualmente a pesca dessas espécies foi regulamentada, sendo proibida a pesca do peixe-boi e da tartaruga (SANTOS & SANTOS, 2005).

Na Amazônia há diversos tipos de pescarias¹, sendo que a principal exercida pela população local é a pesca artesanal. Esta é praticada por pescadores autônomos e marcada por relações de trabalho conhecidas como parceria, utilizando embarcações de pequeno porte (montarias, canoas e barcos), nas quais as artes de pesca mais utilizadas são redes de emalhe simples, as armadilhas fixas (currais), os espinhéis e as linhas de pescar (ISAAC et. al, 2004; MORAES & REIS, 2009; SOUZA et. al, 2012). Um fator de grande importância para esta atividade refere-se ao grande conhecimento da várzea, dos rios, da floresta, do hábito dos peixes, como migração, alimentação, época e locais de desova, dentre outros conhecimentos que a população apresenta, facilitando a pescaria, exercendo, assim, um baixo impacto sobre a ictiofauna amazônica (SILVA; OLIVEIRA e NUNES, 2007).

Segundo Isaac-Nahum (2006), na produção artesanal há uma grande diversidade de espécies capturadas, sendo algumas destacadas pela sua importância comercial, sendo estas : pescada-amarela (*Cynoscion acoupa*, Lacepède, 1801), serra (*Scomberomorus brasiliensis*, Russo e Zavala-Camin, 1978) e pescada-gó (*Macrodon ancylodon*, Bloch & Schneider, 1801), com redes de emalhe; as pescarias de gurijuba (*Arius parkeri* Trail, 1832), bandeirado (*Bagre bagre*, Linnaeus, 1766) e pargo (*Lutjanus purpureus* Poey, 1876), com linhas ou espinhéis; a captura de peixes estuarinos com currais e a coleta manual de caranguejos do mangue (*Ucides cordatus*, Linnaeus, 1763).

¹ Para saber mais sobre as artes de pesca utilizadas na Amazônia consultar a seguinte referência: ISAAC, V. J.; BATISTA, V. da S ; VIANA, J. P. Exploração e manejo dos recursos pesqueiros da Amazônia. In: Mauro Luis Ruffino. (Org.). **A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2004, v. 1, p. 57-135.

Outra modalidade realizada na Amazônia refere-se à pesca industrial, na qual é focada a captura de determinadas espécies de interesse comercial, tais como o camarão rosa (*Farfantepenaeus subtilis*, Pérez-Farfante, 1967), capturado pela frota de arrasto de portas e a captura da piramutaba (*Brachyplatystoma vaillantii*, Valenciennes, 1840) pela frota de arrasto de parrelhas. Ambas espécies apresentam grande importância comercial para o mercado externo, porém, essa pesca impõe grandes impactos nos ecossistemas locais, em especial a pesca de arrasto, pelo grande descarte da fauna acompanhante capturada durante a pescaria (ISAAC-NAHUM, 2006).

O estado do Pará se destaca no setor pesqueiro na região Amazônica por possuir um extenso litoral marinho com 562 km, correspondendo a 7% da costa brasileira. Devido a estas características, a atividade pesqueira é considerada uma das mais importantes no Estado, principalmente pela relevância econômica de seus recursos pesqueiros (SANTOS, 2005). O Pará, encontra-se dentro do estuário amazônico², o que lhe favorece condições para a atividade pesqueira, possuindo grande importância econômica e ambiente adequado ao ciclo reprodutivo de variadas espécies (OLIVEIRA, FRÉDOU & LUCENA, 2007).

No entanto, ainda que dispondo de recursos variados, a pesca no estado vem sofrendo com a sobreexploração dos estoques pesqueiros devido ao aumento desordenado do esforço de captura³, principalmente ocasionado pela pesca industrial⁴, seguida da pesca artesanal⁵ ou de pequena escala. As espécies de maior valor comercial dentro desse quadro são: a gurijuba, serra, pescada amarela, piramutaba, pargo, camarão rosa.

De acordo com Garcez et. al. (2008), Isaac-Nahum (2006), Bentes (2004) & McGrath (1996), esse quadro de sobreexploração se deve pelo avanço tecnológico da pesca na

² O estuário do Amazonas encontra-se entre os estados do Pará e Amapá, banhado pelos rios Amazonas e Tocantins que deságuam no oceano Atlântico. É formado por um ambiente aquático complexo de alta produtividade biológica, suportando uma biomassa substancial de espécies de pescado exploradas por frotas artesanais e industriais em ambos os estados. O estuário amazônico é considerado uma das regiões mais produtivas nacionalmente, considerado um grande polo industrial de exploração de recursos pesqueiros (OLIVEIRA, FRÉDOU & LUCENA, 2007).

³ Diferentes literaturas definem esforço de pesca, ou também conhecido como esforço de captura, este pode ser entendido como a ampliação dos incrementos tecnológicos, tempo de atividades envolvidas e percurso realizado para a pesca, buscando aumentar ou manter a produção dessa atividade (ISAAC & BARTHEM, 1995; ISAAC, 2008).

⁴ A pesca industrial é definida como um tipo de atividade voltada para o mercado nacional e internacional, que utiliza barcos de mais de 20 toneladas e tecnologia sofisticada (BARTHEM, 1987 apud PINHEIRO e FRÉDOU, 2004).

⁵ A pesca artesanal na região da Amazônia brasileira é uma importante fonte de renda e fornecimento de alimentos a população local. A pesca é caracterizada pela diversidade de artes, algumas bastante primitivas e de origem tradicionais, tendo como alvo de captura uma enorme diversidade de espécies, destinados para o consumo e comercialização mercados regionais e nacionais (ISAAC & RUFINO, 2000; BENTES, 2004).

Amazônia⁶ nas últimas décadas e à grande expansão demográfica dos centros urbanos, proporcionando uma maior demanda de pescado, colaborando para uma maior exploração dos estoques pesqueiros.

A fim de minimizar esses impactos, são criadas RESEX⁷, as quais são áreas de interesse ecológico, social e de conservação protegidas pelo poder público e de propriedade da União, tornando-se áreas de exploração autosustentável e conservação dos recursos naturais por populações extrativistas (FIGUEIREDO, 2007).

A RESEX Extrativista Mãe Grande de Curuçá⁸ é uma unidade de conservação ambiental marinha com uma área de aproximadamente 36.678,24 hectares, considerada uma das mais importantes unidades de conservação situada na costa amazônica⁹. Contém 52 comunidades de pescadores e agricultores¹⁰, porém segundo Queiroz (2011), o número de comunidades ultrapassa esse total devido ao surgimento de povoados próximos aos comunidades maiores, entretanto a prefeitura considera, oficialmente, somente 52 comunidades pertencentes ao município.

⁶ Segundo Isaac-Nahum (2006) encontrado na p. 33 “O litoral amazônico, que inclui a linha de costa dos estados do Pará e do Amapá, possui uma vocação natural para a exploração de recursos pesqueiros. A zona costeira paraense e maranhense possui uma grande diversidade íctica e são reconhecida pela riqueza de recursos pesqueiros demersais, alguns deles muito explorados, mas a maior parte das vezes ainda com potencial desconhecido. A pesca é uma das atividades mais tradicionais e garante renda e subsistência para uma boa parte da população, além de render importantes divisas para o país” .

⁷ Unidades de Conservação são parques ou reservas administradas pelo Instituto Chico Mendes, ricas na biodiversidade, divididas em dois grupos, o de proteção ambiental e o de uso sustentável, sendo neste último inseridas as RESEX (reservas extrativistas). Estas são áreas utilizadas por populações tradicionais, tendo como atividade econômica o extrativismo, e atividades complementares a agricultura e a criação de animais de pequeno porte (Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/o-que-sao>, acesso em 17/02/2012).

⁸ A reserva extrativista marinha Mãe Grande de Curuçá localiza-se no Estado do Pará, no município de Curuçá. Foi criada a partir do dec s/nº de 13 de dezembro de 2002, possuindo uma área de 37062, 0900 hectares (Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros/marinho/unidades-de-conservacao-marinho/2279-resex-mae-grande-de-curuca>, acesso em 19/02/2012).

⁹ O município de Curuçá nos últimos anos vem sendo objeto de estudo, em especial nos programas de pós-graduação da UFPA, onde mediante esse trabalhos pode se compreender diversos aspectos acerca do município, tais como biológicos, político, social, e entre outros, nos quais foram estudados pelos seguintes autores: Almeida (2009), Palheta (2005), Figueiredo (2007), Queiroz (2011), Batista (2010), Martins (2010), Chaves (2010), Hercos (2006), Silva (2011), Morais (2011). No entanto o presente trabalho é bastante pertinente, por envolver o uso dos conhecimentos feminino na pesca no município em questão.

¹⁰ Dado obtido em entrevista com o presidente da colônia de pescadores Antonio Maria de Brito Loureira no trabalho de campo realizado no mês de janeiro de 2012.

Segundo Figueiredo (2007), a principal atividade econômica do município de Curuçá está ligada à atividade pesqueira industrial e artesanal, com projeto concreto de construção de um porto na região com a finalidade de escoamento de produtos nacionais.

Diante do quadro de exploração de recurso pesqueiro já mencionado, a participação feminina na pesca aumentou gradativamente com o passar dos anos, pois novas atividades foram introduzidas para complementar o orçamento familiar. Segundo Maneschy (2001), a condição feminina na pesca pode ser assim classificada: marisqueiras, as tecedeiras de redes de pesca, pescadoras de praias e rios, beneficiadoras de pescado, as que fazem farinha de pescado, as ex-pescadoras, as esposas e filhas de pescadores, e as presidentes ou membros de diretorias de colônias ou outras associações de pescadores.

Portanto, a mulher desempenha diversas funções de extrema importância para a sustentação das comunidades pesqueiras artesanais. A partir dos recursos do ecossistema terrestre e aquático, geram renda, complementam o sustento familiar, valorizando, assim, os recursos naturais locais. Participam de organizações sociais, a fim de buscar seus direitos e reconhecimento social (MANESCHY, 2001). Vale ressaltar que no manejo dos recursos naturais são extremamente importantes, por suas atividades estarem ligadas aos ecossistemas locais, conhecendo perfeitamente toda a dinâmica do ambiente utilizado.

Sendo assim, são as mulheres que, convivendo diariamente com as dificuldades cotidianas, diferente dos homens vinculados às longas viagens e atividades no mar, findam responsáveis pela casa e pela responsabilidade da alimentação das famílias dos pescadores. As mulheres são as responsáveis pela introdução de novas espécies de peixes sem valor comercial à dieta dessas famílias, partindo da necessidade e da escassez das espécies comerciais antes consumidas.

Assim, a seguinte questão se estabelece como problema de pesquisa este trabalho: **em que medida o conhecimento tradicional da mulher contribui para a inserção e comercialização de novas espécies de pescado no mercado local? Em que medida esse conhecimento garante novas espécies na mesa das famílias de pescadores?**

Nesse sentido, constitui-se como objetivo principal deste trabalho descrever como o conhecimento tradicional da mulher marisqueira e pescadora de rio e mar, da localidade de Caratateua, na RESEX Marinha Mãe Grande de Curuçá, contribui na inserção e

comercialização de novas espécies de pescado no mercado local. Para tanto, o trabalho apresenta dados que apontam para um quadro de escassez das espécies há muito apreciadas, assim como apresenta, o conhecimento tradicional feminino sobre as espécies chaves que compõe a dieta dos pescadores como uma das formas de inserção de novas espécies no mercado local. O trabalho descreve, ainda, as espécies que foram inseridas no sistema a partir do conhecimento feminino.

1.1 Discussão Metodológica

O presente trabalho é resultado de uma trajetória que se iniciou no período do curso de graduação em Engenharia de Pesca na Universidade Federal Rural da Amazônia (2006-2010). Durante esse período participei de um projeto de pesquisa denominado PLDM (Plano Local de Desenvolvimento da Maricultura) o qual apresentava várias linhas de pesquisa e fui alocada na área socioeconômica, onde foi realizado um levantamento no litoral paraense, me permitindo ter um primeiro contato na área social com comunidades pesqueiras. Durante esse processo pude estreitar amizades com lideranças comunitárias e gestores do Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (Icmbio) responsável pelas Resex's visitadas, o que me possibilitaria um contato mais próximo com outros fins pessoais, o que se consolidou posteriormente para minha dissertação.

Nesse período pude observar que o problema de escassez de pescado percorre toda a zona do salgado paraense. As reclamações são unânimes com relação às mudanças ocorridas ao longo dos anos. Dentre todos os municípios trabalhados na experiência com o PLDM, o município de Curuçá se destacou, pois nele se situava a Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá - RESEX MGC, que desponta como uma importante unidade de conservação do salgado paraense. Por outro lado, questões pessoais também orientaram a escolha, já que minha família materna reside nesse município, o que me proporcionaria uma melhor logística, além de que as várias visitas que realizei durante minha vida me permitiram perceber o importante setor pesqueiro que a região representa. A conclusão do projeto coincidiu com a conclusão de minha graduação. Passado esse processo, consegui uma vaga no mestrado de Ecologia Aquática e Pesca, no qual pude continuar na mesma linha de pesquisa trabalhada na época da graduação e no local desejado a fim conhecê-lo melhor.

A partir dos conhecimentos, adquiridos nas viagens de campo, relacionados à escassez de pescado e observado o aumento da participação feminina no setor pesqueiro, construí meu objeto de pesquisa no município de Curuçá e sobre ele se debruça este trabalho, focando especialmente a comunidade de Caratateua.

A construção do presente estudo de caso foi realizada através inicialmente de pesquisa exploratória, com as seguintes técnicas de coleta de dados: pesquisa bibliográfica e survey, para posteriormente desenhar e desenvolver a pesquisa maior utilizando outras técnicas de coleta de dados.

A pesquisa bibliográfica pode ser entendida como uma pesquisa documental, quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos científicos e atualmente com material disponibilizado na Internet.

Como mencionado, foram adotadas três técnicas de coleta, mostradas no esquema abaixo (Figura 1) e descritas uma a uma na sequência:

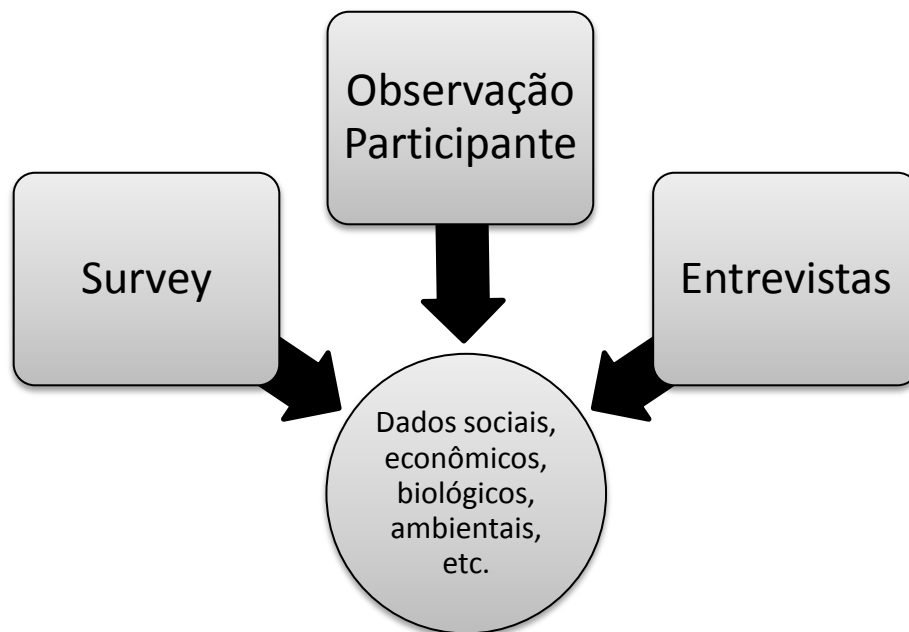


Figura 1: Metodologia adotada na coleta dos dados na comunidade de Caratateua no município de Curuçá, Pa.

➤ **Técnica Survey**

A técnica do tipo survey¹¹ é realizada para proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses (FREITAS et. al, 2000). Envolve levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado, análise de exemplos que estimulam a compreensão.

➤ **Entrevistas Semiestruturadas e Observação Participante**

Entrevistas semiestruturadas e observação participante figuram como um método de pesquisa desenvolvido nos primeiros anos do século XX, resultante do trabalho de campo de Malinowski, entre os anos de 1914 e 1918. Segundo Correia (2009) essa técnica é conceituada na antropologia da seguinte forma:

Observação Participante é realizada em contato direto, freqüente e prolongado do investigador, com os atores sociais, nos seus contextos culturais, sendo o próprio investigador instrumento de pesquisa. Requer a necessidade de eliminar deformações subjetivas para que possa haver a compreensão de fatos e de interações entre sujeitos em observação, no seu contexto. É por isso desejável que o investigador possa ter adquirido treino nas suas habilidades e capacidades para utilizar a técnica (p.31).

Portanto, a observação participante complementa a entrevista semiestruturada. Vale salientar a necessidade de reunir critérios, tais como responder a objetivos prévios, ser planejada de modo sistemático, sujeita à validação e verificação, precisão e controle. Segundo Malinowski (1976), quando se vive na aldeia, sem qualquer responsabilidade a não ser a de observar a vida nativa, o pesquisador observa os costumes, festas, atividades cotidianas, etc., muitas vezes absorve suas crenças, passando a viver por um determinado tempo a vida do nativo¹².

¹¹ Definição de *survey*: “A pesquisa *survey* pode ser descrita como a obtenção de dados ou informações sobre características, ações ou opiniões de determinado grupo de pessoas, indicado como representante de uma população alvo, por meio de um instrumento de pesquisa, normalmente um questionário. É uma pesquisa apropriada quando se deseja responder tais questões: o que?, por que?, como? E quanto?, ou seja, quando se pretende saber “o que está acontecendo” ou “como e por que isso está acontecendo” (FREITAS et. al., 2000).

¹² A técnica de observação participante adotada teve como objetivo a familiarização com a comunidade estudada, ou seja, uma complementação da coleta dos dados. O interesse em adotar a técnica não partiu do princípio de me tornar uma antropóloga, e sim de apenas se fazer uso da ferramenta que me traria um maior embasamento e veracidade aos dados coletados.

De acordo com Seixas (2005), a técnica da observação participante possibilita a investigação dos usos que são feitos dos recursos (práticas de manejo) e o uso do tempo pessoal, bem como de informações tanto qualitativas quanto quantitativas (ex. número de casas, quantas de alvenaria ou madeira, etc.), ou seja, uma técnica adequada para investigar o conhecimento ecológico local ou tradicional, que por muitas vezes é repassado na prática ao invés de exclusivas verbalizações.

Descritos os métodos utilizados, apresento a experiência de campo vivenciada.

1.2 Coleta de Dados

O primeiro contato no campo foi realizado através de um survey no município de Curuçá, tendo sido uma técnica de suma importância para fazer o levantamento de informações que orientaram a escolha da comunidade a ser estudada. Busquei informações com o representante da colônia de pescadores e o gestor do Icmbio responsável pela reserva extrativista. Obtive informações de como deveria proceder legalmente e onde poderia executar a minha pesquisa, pois estava em busca de uma comunidade pesqueira na qual houvesse uma grande participação feminina na atividade da pesca.

Na busca de onde executar minha pesquisa e por que, fui informada sobre a comunidade de Caratateua. A comunidade apresenta como principal atividade econômica a pesca. A participação feminina na atividade pesqueira é bem acentuada, tanto na pesca de mar como na atividade de mariscagem, o que me levou a escolhê-la, por apresentar as características que se enquadravam na minha proposta de pesquisa.

De posse dessas informações, dei entrada no pedido de licença e construí os roteiros de entrevistas, tendo como universo as mulheres pescadoras, e os questionários do levantamento socioeconômico da comunidade de Caratateua, para poder iniciar os trabalhos de campo.

Com a licença aprovada em 14/03/2012, iniciei os trabalhos de campo, realizando a primeira viagem a Caratateua. Com o auxílio de um morador da localidade iniciei a primeira etapa do campo com as entrevistas semiestruturadas, tendo como entrevistado alvo as mulheres pescadoras, seguindo o critério da idade (Figura 2), como abaixo se explicita:

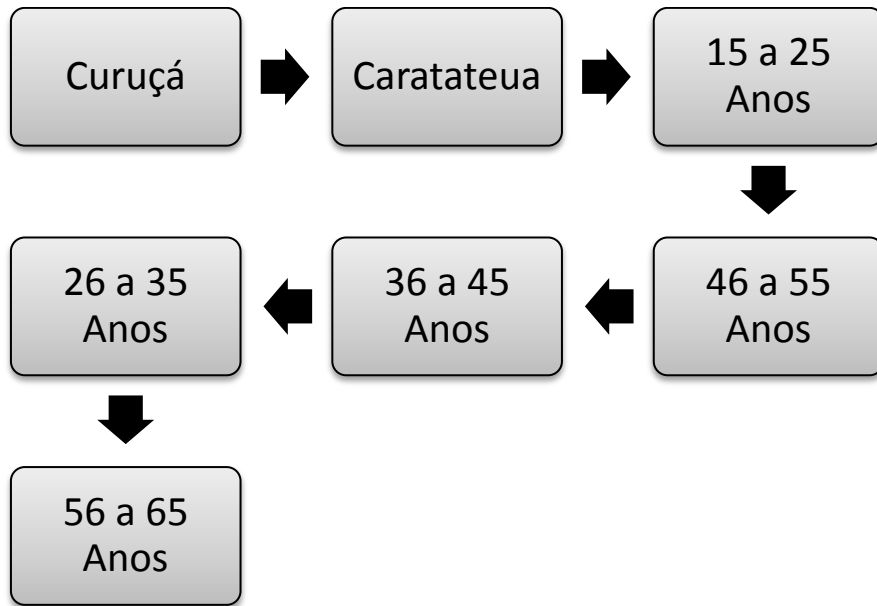


Figura 2: Fluxograma do critério adotado em relação à idade das pescadoras de Caratateua a serem entrevistadas.

O critério adotado repousou no fato da diferença de idade influenciar nos conhecimentos tradicionais relacionados à pesca. Como visto no trabalho de Woortmann (1991), as mulheres de mais idade são as respeitadas e valorizadas na comunidade, por terem um conhecimento mais apurado dos recursos naturais, já as mais novas são vistas como preguiçosas, por não terem esse domínio, ou até mesmo não obterem interesse em tê-lo, se interessando pelas atividades do lar ou outras atividades que não a pesca. Quanto maior a idade, maior a experiência acerca da atividade. Nesse sentido, é possível observar como esse conhecimento é abordado entre diferentes gerações. Ao total foram realizadas 10 entrevistas, sendo entrevistadas duas mulheres para cada uma das faixas etárias estabelecidas.

A segunda fase da pesquisa se deu com o levantamento socioeconômico. A comunidade de Caratateua possui aproximadamente 140 casas, e tive a oportunidade de entrevistar 76 famílias, o restante das residências encontravam-se fechadas, sendo que o motivo relatado pela comunidade para tal situação repousa no fato de muitos moradores terem se mudado da comunidade para a sede municipal ou até mesmo para outros municípios em busca de outras alternativas de fonte de renda, visitando esporadicamente seus familiares em Caratateua. O outro motivo estava voltado à condição pesqueira da comunidade. Esta é conhecida pela sua produção e moradores de outros municípios são atraídos em busca do recurso pesqueiro, porém, acabam não residindo permanentemente no local. Esses moradores

constroem suas casas, frequentando-as apenas em alguns períodos do ano, especialmente no período de safra do pescado (de acordo com os pescadores da localidade geralmente abrange o período de maio a setembro) e em feriados e férias.

Durante as duas etapas de pesquisa anteriormente relatadas, a terceira fase (observação participante) também já estava sendo executada conjuntamente, pois durante esse período pude observar e participar da dinâmica da comunidade e principalmente das atividades diárias da família que convivi durante esse período.

Para finalizar a pesquisa de campo, foram realizadas entrevistas com os vendedores de pescado do mercado municipal de Curuçá, a fim de verificar quais espécies adentraram o mercado nos últimos anos, tendo sido entrevistados 9 vendedores. Além da metodologia descrita para a obtenção dos dados foram utilizados aparelho mp4, máquina fotográfica, e caderno de campo no registro de dados. A pesquisa descrita ocorreu no período de março a agosto de 2012, sendo que a permanência em campo foi em média de 10 dias para cada viagem à comunidade, totalizando 4 viagens a campo.

1.3 Escolha da Área de Estudo

O município de Curuçá, assim como muitas áreas costeiras da região norte, teve sua formação através da política da metrópole portuguesa, a qual pretendia viabilizar as comunicações entre Belém e São Luís do Maranhão, ao longo da costa, evitando assim caminhos labirínticos e difíceis através da floresta. Os rios locais permitiram o estabelecimento de portos seguros para desembarque, conseqüentemente a cidade se estabeleceu próximo ao mar para facilitar o escoamento da produção pesqueira (HERCOS, 2006).

O município de Curuçá se destaca pela comercialização de peixes e mariscos, considerado um tradicional e importante centro pesqueiro do litoral paraense. O núcleo urbano está às margens do rio Curuçá, criando um espaço geográfico característico das localidades ribeirinhas da Amazônia, enriquecido por seus manguezais. Entretanto, existem comunidades no município que executam outras atividades como o extrativismo tradicional e agricultura familiar, exercendo a pesca, a coleta de caranguejo e a captura de camarão como atividade complementar (SOUZA, 2010).

Atualmente as atividades econômicas da população possuem como base as relações com o mar, através da pesca artesanal, da coleta e do extrativismo de organismos aquáticos¹³ (HERCOS, 2006; FERREIRA, 2012). No entanto, no final da década de 80, iniciaram-se discussões entre as autoridades do município, primeiramente dentro da igreja católica, para a criação da RESEX MGC, com o principal argumento de que a disputa entre a pesca artesanal e a pesca industrial acabara por estabelecer um processo de degradação ambiental, levando à escassez de pescado na região (MARTINS, 2010).

Acreditava-se, portanto, que uma reserva extrativista seria a única alternativa para a renovação dos estoques pesqueiros¹⁴. Em 1991 o padre do município foi substituído, e as discussões foram levadas adiante pelas autoridades locais. Em 1996, um técnico do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais – CNPT prosseguiu com os estudos na região do salgado com os seguintes municípios: Curuçá, São João da Ponta, Santarém Novo, Vigia, Maracanã, Marapanin, Magalhães Barata, São Caetano de Odivelas e Quatipuru (MARTINS, 2010).

Em 2002 foi finalizado o processo de criação das RESEX no litoral paraense, sendo que das 9 comunidades consultadas, apenas Curuçá, São João da Ponta, Santarém Novo e Maracanã concluíram o processo (MARTINS, 2010). Com 36.678,24 hectares e 52 comunidades, e atualmente com uma população de 34.293 (IBGE, 2010), criou-se, através do decreto de 13 de dezembro de 2002, Reserva MGC¹⁵. Buscava-se com essa criação garantir o uso sustentável e a conservação dos recursos renováveis, resguardando os meios de vida e a cultura da população tradicionais locais. Considerando a importância da região para a costa norte brasileira, a ancestralidade da população na área e suas peculiaridades no trato dos recursos naturais pesqueiros, foi escolhido o lócus da pesquisa.

¹³ A atividade de maricultura no estuário de Curuçá vem se expandindo cada vez mais, por haver uma intensa atividade extrativista de ostras. A presença de bancos naturais possibilitou essa expansão, colocando os produtores da região na posição de maiores captadores de sementes de ostra do estado do Pará, incentivando o cultivo do organismo (HOSHINO, 2009).

¹⁴ A criação de parques e reservas nas últimas décadas tem sido umas das principais alternativas para a conservação da natureza. Esses parques e reservas possuem como objetivo preservar os recursos naturais. Os principais usuários desses espaços são a população tradicional na implantação de monoculturas de exportação desenvolvidos principalmente regiões montanhosas ou alagadas da Mata Atlântica, nas regiões ribeirinhas da Amazônia e do Pantanal, nos cordões arenosos do litoral nordestino. Por serem áreas bastante exploradas, foram implantadas áreas naturais protegidas a partir dos anos 30 nessas regiões, nas quais foram bem conservadas pelo modo de vida dessas populações. Nas décadas de 70 e 80 houve um grande aumento na criação de reservas e parques, sendo criadas 2.098 unidades no mundo todo (DIEGUES, 2001).

¹⁵ Para saber mais informações sobre a criação da Resex MGC e informações complementares acessar o site: <http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros/marinho/unidades-de-conservacao-marinho/2279-resex-mae-grande-de-curuca.html>

O município de Curuçá pertence à mesorregião do Nordeste paraense e a microrregião do Salgado paraense. Os limites de Curuçá são: ao norte com o oceano Atlântico; a Leste, o município de Terra Alta; e a Oeste, o município de São Caetano de Odivelas e São João da Ponta. Faz parte do domínio territorial do município a RESEX Mãe Grande de Curuçá, localizada no nordeste do Estado do Pará a 129 km de sua capital, Belém. A sede municipal encontra-se na coordenada geográfica 0° 44'23" de latitude Sul e 47° 51' 06" de longitude a Oeste de *Greenwich*. A figura 3 a seguir ilustra a localização do município de Curuçá:

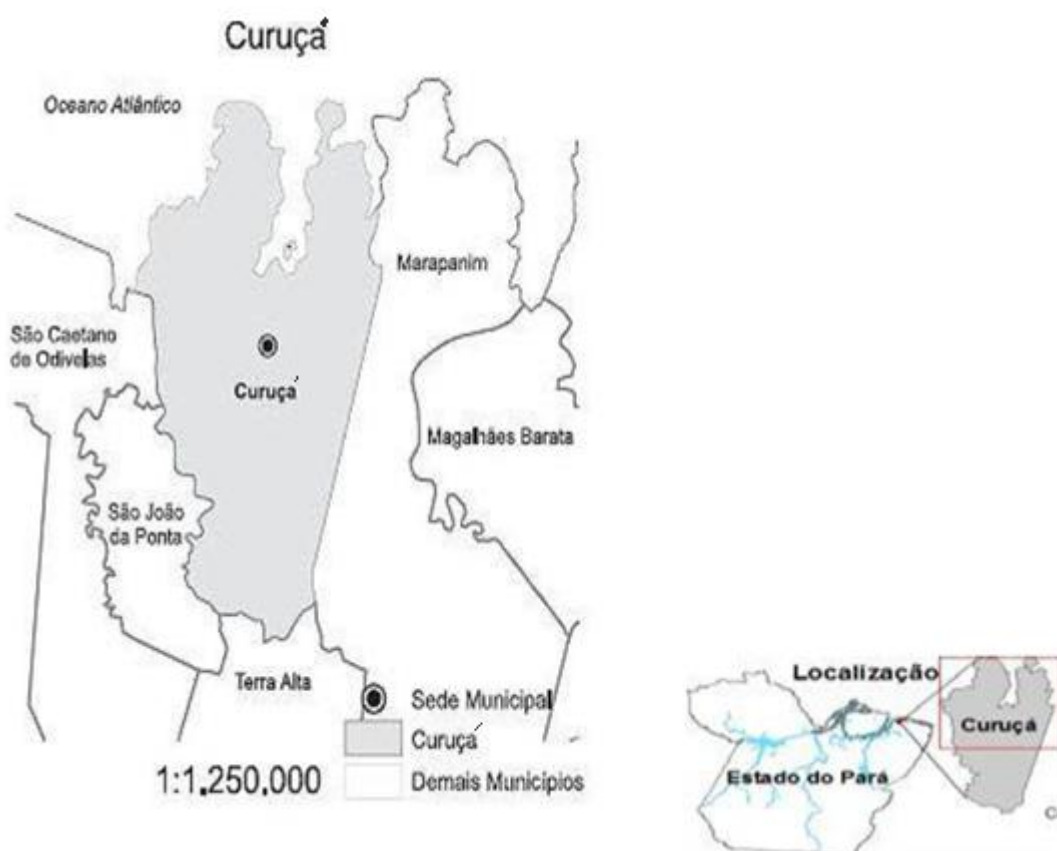


Figura 3: Mapa de localização do município de Curuçá-Pa.
Fonte: Queiroz, 2011.

Esta dissertação encontra-se organizada em quatro capítulos, além da introdução e conclusão. No primeiro capítulo consta a descrição do Distrito de Caratateua, mostrando a rotina da comunidade e atividades exercidas pelos moradores. Através do levantamento socioeconômico, tem-se informações acerca dos seguintes itens: idade, sexo, atividades econômicas e renda, infra estrutura da comunidade, escolaridade, e as vantagens e desvantagens de morar na comunidade expostos pelos moradores.

O segundo capítulo expõe o cenário do setor pesqueiro no litoral paraense, destacando a pesca artesanal como a principal atividade exercida na região amazônica. Destaca as ameaças de sobreexploração dos recursos pesqueiros ocorrida ao longo dos anos, e evidencia alternativas de renovação desses estoques através da discussão sobre manejo. Descreve, ainda, o uso de recursos comuns na comunidade de Caratateua e como os conhecimentos tradicionais são utilizados no trato dos mesmos.

O terceiro capítulo traz a discussão do modo de ser das pescadoras de Caratateua, como se definem na atividade pesqueira e qual a sua participação na pesca, apresentando quais as dificuldades enfrentadas na atividade.

O quarto capítulo aborda a mulher no espaço doméstico e no espaço do mercado, expondo a utilização do recurso pesqueiro no espaço doméstico e no mercado a partir de seus conhecimentos tradicionais. Aborda o cenário do mercado do setor da pesca, quais espécies foram inseridas devido a escassez de espécies tradicionais. Descreve, por fim, quais espécies foram inseridas na dieta alimentar dos pescadores a partir dos conhecimentos tradicionais feminino, expondo os motivos e como se deu essa inserção.

2. DISTRITO DE CARATATEUA

O presente capítulo descreve o Distrito de Caratateua, suas peculiaridades e características ambientais. A primeira seção apresenta a comunidade a partir das atividades de subsistência que marcam a rotina de seus moradores. A seção seguinte apresenta o perfil socioeconômico de seus moradores enfatizando os seguintes itens: idade, sexo, atividades econômicas e renda, infraestrutura da comunidade, escolaridade, e as vantagens e desvantagens de morar nesse lugar a partir da perspectiva dos moradores. Descreve, ainda, quais as dificuldades encontradas na pesca e na rotina diária dos moradores.

2.1 Conhecendo Caratateua

A comunidade lócus deste estudo estudada é denominada de Caratateua e localiza-se no Município de Curuçá. Faz parte do domínio territorial da RESEX MGC, localizada no nordeste do Estado do Pará a 160 km de sua capital, Belém, 30 km de Curuçá e 4,5 km da PA-318.

Segundo SEPOF, 2011, o clima da região é do tipo equatorial Amazônico. Com elevadas temperaturas, em média de 27 °C, com pequena amplitude térmica, e grande intensidade de precipitações ultrapassando os 2.000 mm por ano, considerando os meses mais chuvosos de janeiro a junho, e menos chuvosos, de julho a dezembro. No mapa a seguir (figura 4) visualiza-se a localização da comunidade de Caratateua, com um esboço da localidade, podendo ter uma visualização de como a mesma disposta à beira do Rio Caratateua.

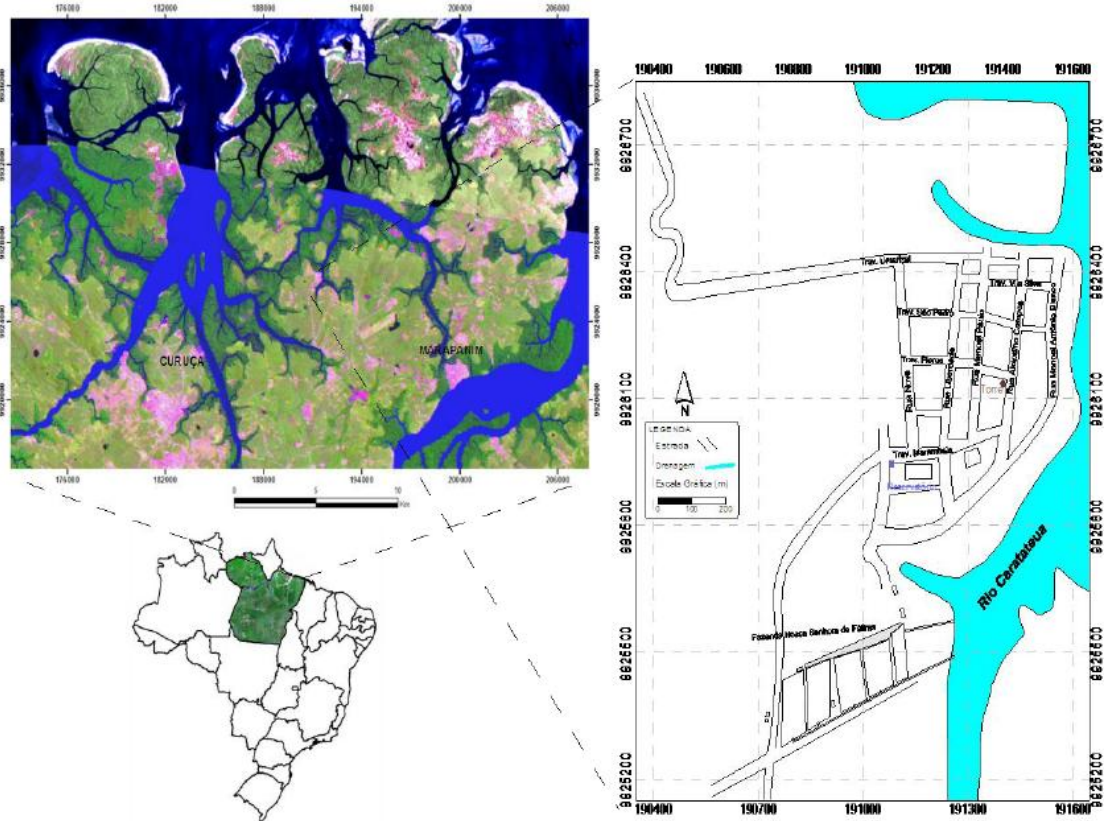


Figura 4: Mapa de localização da Vila Caratateua.
Fonte: Silva, 2010

Em relação à hidrografia, a Vila dispõe de dois principais rios: o Rio Ingaí ao Norte e o Rio Grande ao Sul, ambos em comunicação com o Oceano Atlântico.

A cobertura vegetal da comunidade é composta de floresta tropical úmida, vegetação litorânea de mangue e vegetação de restinga. Na maior parte da região não há mais incidência de floresta primitiva, devido à exploração da agricultura itinerante, predominando, assim, as florestas secundárias. Há também a presença das florestas de mangue ou manguezais, ocupando as porções litorâneas, tendo influência da salinidade da água do mar (PANTOJA et al., 2012; SEPOF, 2011).

O manguezal¹⁶ é considerado um berçário natural por abrigar diversas espécies de peixes, camarões, caranguejos, dentre outros. Sendo assim, a comunidade estudada, por manter contato com esse ambiente, possui como principal fonte de renda a pesca artesanal. Os

¹⁶ O manguezal é um ecossistema costeiro de transição entre os ambientes terrestre e marinho, encontrados em regiões tropicais e subtropicais, sujeito ao regime de marés. É um criadouro natural e abriga diversos organismos aquáticos como peixes, camarões, caranguejo, etc. São responsáveis pela existência de bancos naturais de crustáceos, retendo e exportando nutrientes para o mar aberto (SANTOS et. al., 1999; GOMES, 2001; ISAAC-NAUM, 2006).

recursos capturados como o peixe, o camarão, sururu (*Mytella sp.*), siri (*Callinectes sp.*), etc., são vendidos na comunidade e no mercado do município de Curuçá. A figura 5, abaixo, ilustra o manguezal de Curuçá:



Figura 5: Manguezal as proximidades de Caratateua, em Curuçá, frequentado pelas marisqueiras da localidade.

As artes de pesca mais utilizadas são os currais de pesca e o puçá na pesca do camarão. Segundo Torres (2004, pg 152) a pesca de curral em Curuçá foi adotada pelas gerações mais velhas permanecendo até a atualidade, por haver várias condições favoráveis a essa técnica, tais como a farta disponibilidade de recursos para a confecção da arte, a localização estuarina propicia a utilização de curral e a possibilidade de captura de diversas espécies ao longo de todo o ano.

Caratateua apresenta uma economia polivalente¹⁷, tendo como focos principais a atividade pesqueira e a roça. Os moradores se dividem nas atividades alegando que um alimento depende do outro para o sustento de suas famílias. Com base nos relatos, as mulheres são as que mais exercem as duas atividades em conjunto. Enquanto seus maridos trabalham na pesca de longa distância, alegando conseguir capturar mais peixes adentrando o mar.

¹⁷ A polivalência para populações litorâneas aparece em Cristina Adams (2000). O conceito em questão descreve e define o cotidiano de populações tradicionais marcado por um saber, uso e atividades articuladas à lógica e ciclos da natureza. Dessa forma, a característica da polivalência evidencia uma população que pesca, cultiva a terra e coleta recursos da floresta de forma concomitante e articulada.

Confirmado por Figueiredo & Santana (2008) & Maneschy (2000), no setor econômico das comunidades, as mulheres realizam atividades diferentes de seus respectivos companheiros, se dedicam a pesca de beira¹⁸ e a roça voltada para a fabricação de farinha, destinados ao consumo e venda.

Nas figuras 6 e 7, são retratados os diferentes tipos de atividades econômicas exercidas na comunidade.



Figura 6: Atividade denominada de roça, bastante exercida na comunidade de Caratateua para complementar a renda familiar.



Figura 7: Principais atividades exercidas na comunidade respectivamente: pesca de curral e pesca camarão com puçá.

¹⁸ Segundo Furtado et. al. (2006), a pesca de beira é predominada pela captura dos recursos do mangue, pesca de curral e mariscagem. São exercidas nas áreas próximas à costa (manguezais e praias), utilizando-se as seguintes artes de pesca: currais de beira, pequenas redes, puçás, tarrafas e linhas de mão. Esta atividade visa principalmente a subsistência familiar.

A localidade conta com portos utilizados diariamente pelos pescadores locais e um trapiche privado¹⁹, demonstrado nas figuras 8 abaixo:



Figura 8: Porto utilizado pelos pescadores e o trapiche de um morador da localidade, respectivamente.

¹⁹ Um morador das margens do rio construiu seu próprio trapiche, com fins recreativos, onde relatou que nos fins de tarde usufrui do trapiche para apreciar a natureza, preservando-o cotidianamente. No entanto, apesar de ter dono, o trapiche é utilizado também pelos demais moradores e visitantes da comunidade em geral.

Todavia, os pequenos agricultores existentes na localidade estão ligados à produção de farinha, que é vendida na localidade ou somente para o consumo. Segundo Murrieta (2001) os alimentos derivados da mandioca, na dieta das populações tradicionais são considerados um “alimento de emergência” ou uma “fonte segura de calorias” integrado às rotinas da vida cotidiana dessas populações, principalmente a farinha.

O ramal que dá acesso à comunidade é denominado de ramal do Caratateua. Ao longo do ramal é possível encontrar a comunidade Valentim e outros ramais que dão acesso a outras comunidades próximas. Devido à proximidade dessas localidades, o contato entre os moradores é bem acentuado, pois seus moradores fazem uso da mesma condução escolar e o único ônibus de linha que passa na área, findando, assim, por estreitar os laços de vizinhança com as viagens diárias.

Os moradores possuem duas opções de deslocamento: para Curuçá há uma van²⁰ que faz transporte de ida e volta pela manhã e para Castanhal há um ônibus que realiza viagens diárias pela manhã e retorna no final do dia. Devido a essas opções de transporte, a população encontra facilidade de deslocamento para realizar suas atividades de trabalho, assim como fazer suas compras pessoais, visto que em Caratateua não há um supermercado, sendo necessário recorrer à sede municipal e até mesmo ao município de Marapanim. Essa facilidade no transporte impulsionou o crescimento populacional da comunidade, por estreitar os laços com os centros urbanos. Assim, há uma forte migração de pescadores das praias próximas, atraídos pelas melhores condições de infraestrutura oferecida em Caratateua, como energia elétrica, transporte, escolas, água encanada, dentre outros.

2.2 Aspectos Socioeconômicos

Caratateua é composta por aproximadamente 140 casas, dispostas em quatro ruas. Apresenta duas igrejas (evangélica e católica), escola municipal, posto médico, dois campos de futebol, iluminação pública e não apresenta pavimentação de suas vias. Em relação à comunicação, há telefones públicos, porém não estão funcionando, fazendo com que a maioria da população possua telefone celular, onde somente a operadora Vivo dispõe o sinal para os usuários.

²⁰ Denominação local para pequenos ônibus que fazem linha para as localidades.

Na localidade há uma grande fazenda de camarão denominada *Nossa Senhora de Fátima*. Esta é considerada a maior produtora de camarão *Litopenaeus vannamei* (BOONE, 1931) em cativeiro da região nordeste do estado. A figura 9 a seguir mostra a realização de processamento após a despesca dos camarões exercida na fazenda.



Figura 9: Processamento dos camarões *Litopenaeus vannamei* (BOONE, 1931) realizado após a despesca na fazenda de camarão Nossa Senhora de Fátima.

Foi fundada em 2003, com 02 hectares de lamina d'água, dispostos em 02 viveiros com 1 hectare cada um. A fazenda absorve a mão de obra da comunidade, nas várias funções como: vigia e trabalhadores que atuam na manutenção da fazenda (SILVA & SILVA, 2007). A figura 10 a seguir ilustra uma vista área da fazenda de camarão:



Figura 10: Vista aérea da fazenda Nossa Senhora de Fátima ,com a disposição dos viveiros.
 Fonte: Laboratório de Dinâmica de Populações CEPNOR/IBAMA

Nos dados a seguir é possível observar que a população pode ser considerada jovem, 60 % dos moradores estão na faixa etária de 0 a 30 anos. Um fator bastante relevante a ser observado refere-se ao fato da maioria das famílias possuírem em média de 2 filhos, por ser uma população jovem, relatam não desejarem ter muitos filhos, pois cada vez fica mais difícil sustentar muitos filhos. Tal cenário está relacionado ao fato da atividade pesqueira não trazer o mesmo retorno que anos atrás trazia. O gráfico a seguir é revelador.

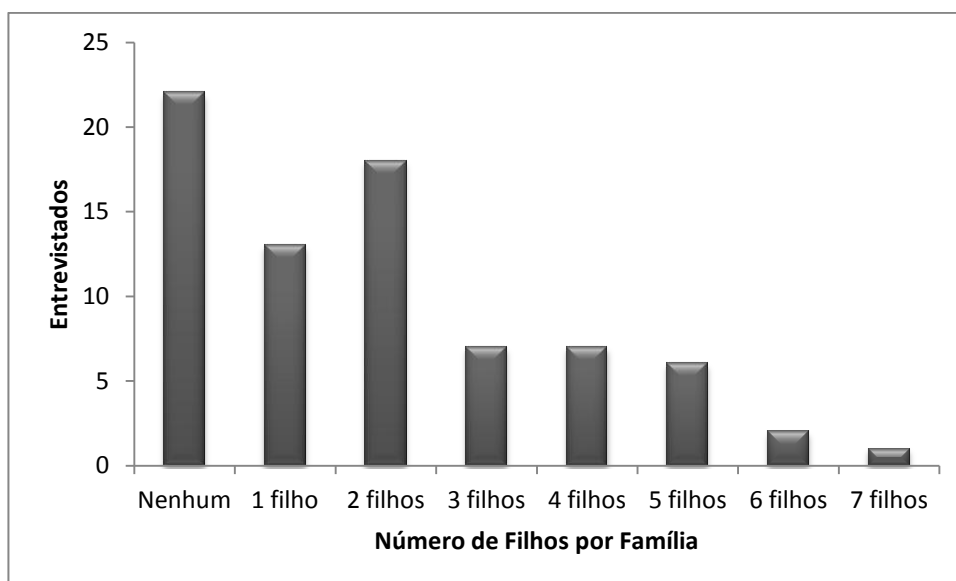


Gráfico 01: Números de filhos correspondentes às famílias entrevistadas.
 Fonte: Tabela 6 na seção apêndice.

Os dados coletados apontam para uma maior incidência de mulheres na localidade e possivelmente esse cenário se estabelece pelo fato de muitos homens irem em busca de outras alternativas de renda em outros municípios da região, afim de ajudar financeiramente suas famílias.

Conforme Torres (2004, pg. 189) esse cenário nas comunidades de Curuçá resultam da grande ocorrência de migração, principalmente dos filhos mais jovens, em busca de melhores condições de trabalho nas grandes cidades. Estes não ajudam os pais com a mesma frequência dos filhos mais velhos, alegando a dedicação ao estudo como principal justificativa, sendo uma obrigação dos pais sustentarem seus filhos, para que estes terminem seus estudos e busquem outro tipo de trabalho que não seja a pesca. O gráfico 02 a seguir revela a amostragem de entrevistados categorizados em sexo e idade.

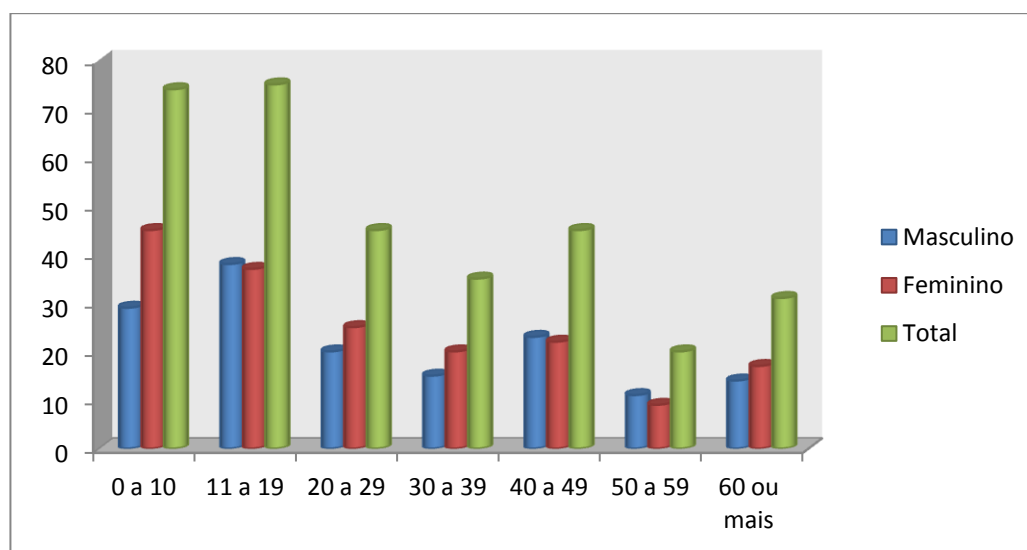


Gráfico 02: Relação da faixa etária e sexo dos entrevistados da comunidade de Caratateua.

Fonte: Tabela 4 na seção apêndice.

Apesar de ser uma localidade afastada do centro municipal, a comunidade de Caratateua apresenta uma infraestrutura que atende às necessidades básicas da população. A escola municipal é de 1º a 8º série, quando os alunos terminam o ensino fundamental²¹, passam a se deslocar à sede municipal. Devido à distância, um ônibus escolar leva

²¹ O ensino fundamental é a etapa da educação básica, com duração mínima de oito anos letivos e é obrigatório e gratuito na escola pública, com o objetivo a formação básica para a cidadania. O conceito de ensino fundamental foi criado a partir da lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, substituindo o antigo primeiro grau. Disponível em: <http://www.educabrazil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=136>.

diariamente os alunos. Apesar de haver essas possibilidades de estudo, o nível de escolaridade presente no local é baixo, muitos não chegam nem ao quinto ano do nível fundamental, principalmente a população adulta. O gráfico 03 abaixo nos expõe o quadro encontrado na educação da localidade.

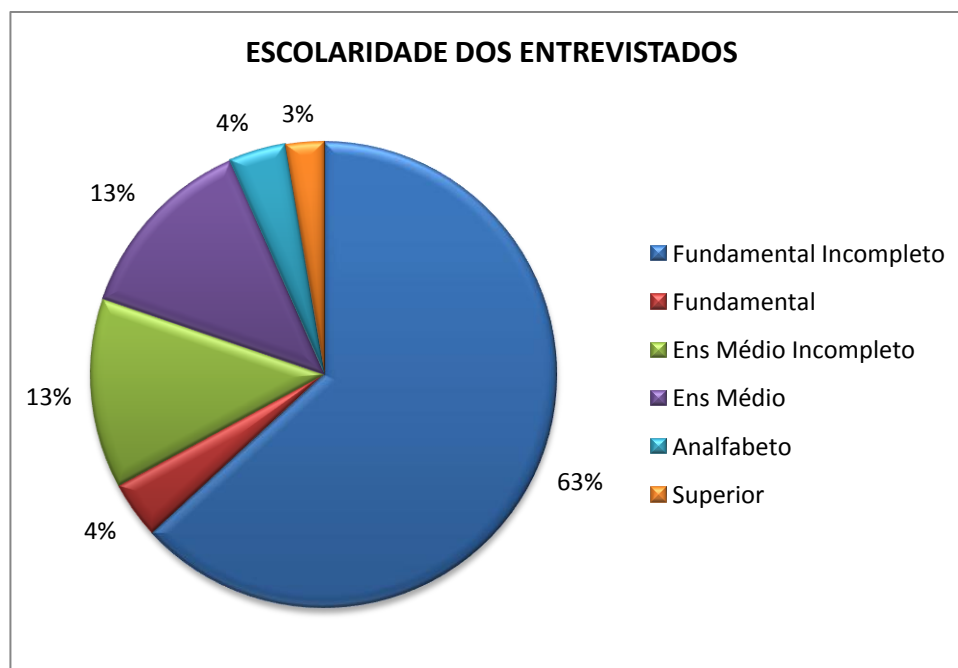


Gráfico 03: Percentagem do nível de escolaridade dos entrevistados da comunidade de Caratateua.
Fonte: Tabela 10 na seção apêndice.

Esse cenário se estabelece em razão do tempo despendido na atividade de pesca e o fato dos moradores casarem cedo, o que os deixa desmotivados para continuarem a vida escolar, alegando que necessitam sustentar suas famílias, pois a pesca é o único trabalho de maior facilidade na região, demandando muito tempo e um elevado esforço físico exercido por esses trabalhadores. Tais razões foram confirmadas no trabalho de Martins (2008) & Oliveira et al (2009), que relata que a dificuldade do acesso dos pescadores a escola deve-se aos fatores do casamento precoce e de incompatibilidade dos horários da pesca com a jornada escolar. O casamento precoce interrompia, no relato desses autores, os planos de estudo para aqueles que desejavam buscar concluir os estudos.

Dos entrevistados, os que se encontravam em atividade escolar ativa eram os filhos dos pescadores, ou seja, a população mais jovem. Os moradores com família constituída alegam investir na educação de seus filhos por não quererem que sigam sua profissão, por ser uma área que demanda correr riscos por terem que realizar viagens cada vez mais longas pela

costa em busca de uma boa captura e em consequência alcançar uma boa produção²². Vasconcelos et. al (2003) confirma que o aumento do índice de escolaridade pelos mais jovens está relacionado ao nível de informação adquirido e ao aumento de escolas públicas. Contudo, os próprios jovens estão cada vez mais preocupados em concluir os estudos, visando a qualificação para o mercado de trabalho, sendo estimulados pelos seus respectivos pais a frequentar a escola.

A seguir, no gráfico 04, é possível observar que a maioria dos estudantes ativos refere-se à crianças e adolescentes.

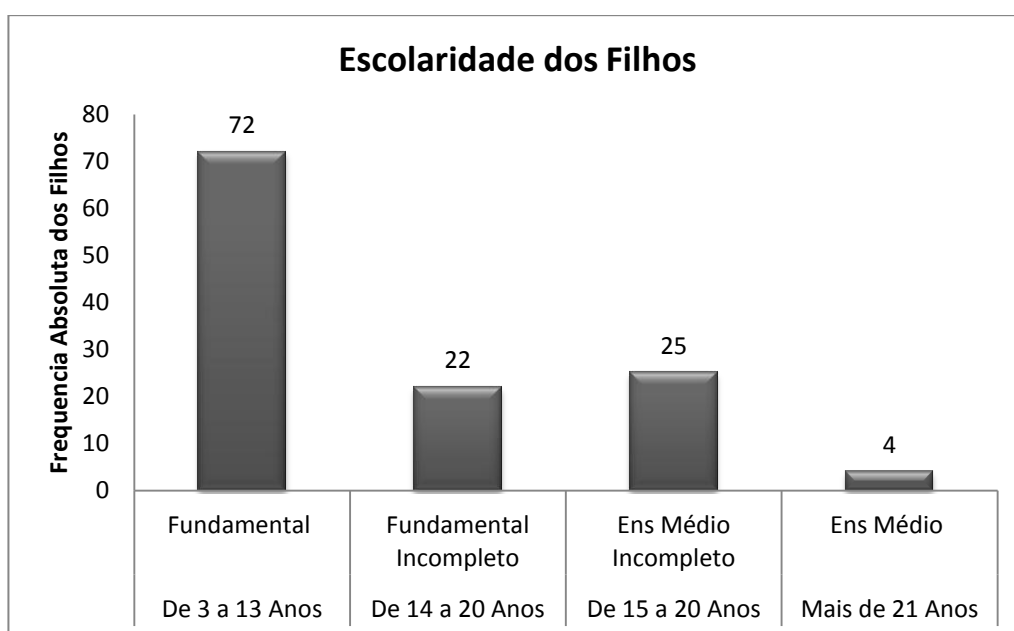


Gráfico 04: Relação da escolaridade dos filhos dos entrevistados com a sua idade.
Fonte: Tabela 10 na seção apêndice.

A permanência da população que conclui o ensino médio no setor pesqueiro se dá pela falta de alternativas de renda. Algo muito relatado durante as entrevistas, refere-se à falta de outra opção de trabalho. Caso queiram trabalhar em outra área, são obrigados a sair da localidade, indo em busca de novas oportunidades em Curuçá ou em Belém, além do mais, os que aderem a essa busca de fonte de renda alternativa são os mais jovens, que não pretendem seguir na atividade pesqueira como seus ascendentes. Porém, as atividades mais exercidas na comunidade são a pesca e a agricultura como demonstrado no gráfico 05 a seguir.

²² A atividade pesqueira da localidade partindo do conhecimento feminino será discutida no capítulo III, sendo relatado o cotidiano das pescadoras da localidade.

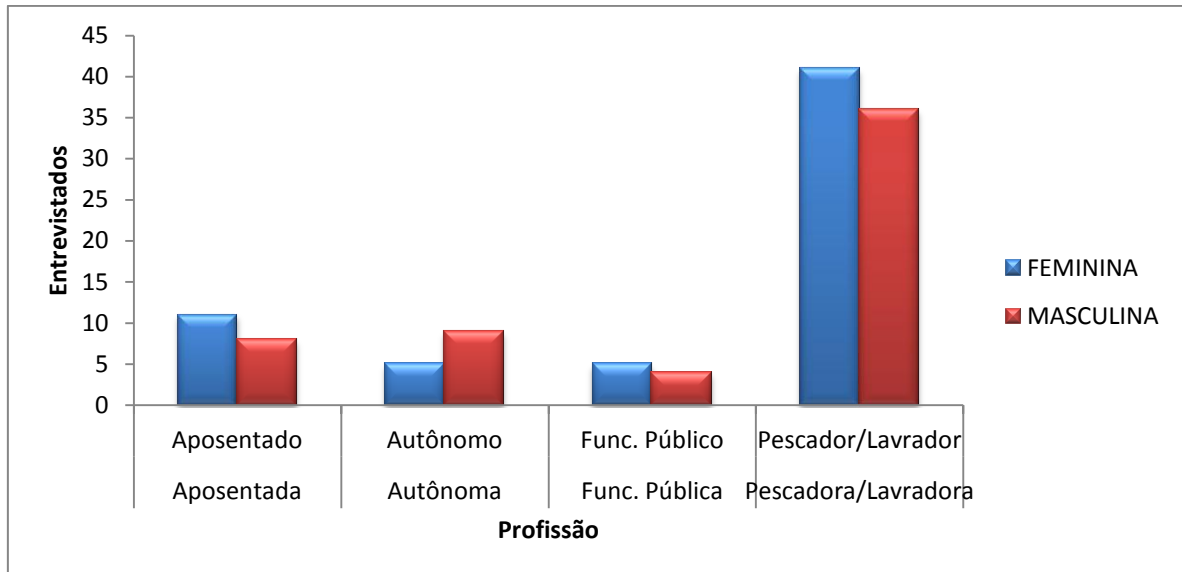


Gráfico 05: Profissões exercidas na comunidade.
Fonte: Tabela 07 na seção apêndice.

Diante desse quadro a renda da comunidade é baixa, visto que o trabalho na pesca não rende muitos lucros aos trabalhadores, sendo a produção (captura), na maioria das vezes, somente para o consumo. Uma grande parte dos entrevistados recebe apenas um salário mínimo por mês, incluindo nessa categoria os aposentados e pensionistas, comerciantes e funcionários públicos. Os pescadores e os lavradores não chegam a renda de um salário, devido a sua produção ser na maioria das vezes somente para o consumo familiar. Uma outra complementação de renda da população se refere à bolsa família, que segundo os relatos aparece como essencial para complementar o orçamento, por ser uma renda mensal segura, diferente da pesca e da roça, que depende de vários fatores climáticos. A seguir o gráfico 06 de distribuição de renda da comunidade.

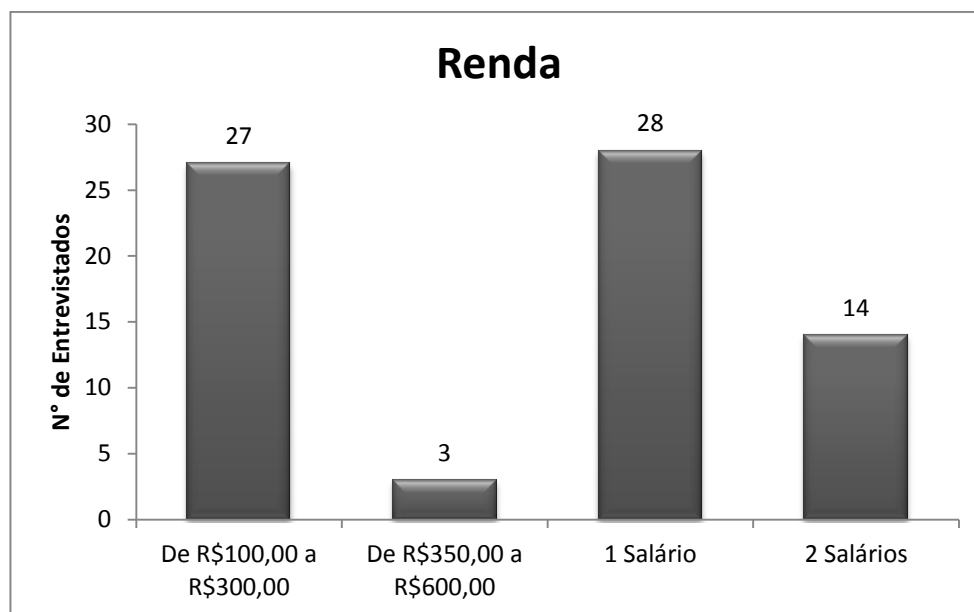


Gráfico 06: Amostragem da distribuição de renda da comunidade.
Fonte: Tabela 18 na seção apêndice.

Com relação às condições de moradia da população, estas são mencionadas pelos moradores como de boa qualidade. Quase não se vê casas de barro, a maioria são de alvenaria, devido a comunidade ter sido contemplada com o Projeto de Crédito Instalação do INCRA²³, concedendo casas aos beneficiários da reforma agrária. As casas de barro que ainda existem são de moradores que habitam há pouco tempo na comunidade, visto que no local há um alto número de pescadores de outras localidades que se mudam para Caratateua, por ser uma área conhecida na região de Curuçá e Marapanim pela produção pesqueira, o que acarretou um crescimento populacional com o passar dos anos, como já mencionado. Abaixo as figuras 11 e 12 demonstram as condições das casas da comunidade, sendo em sua maioria de alvenaria.

²³ “O Crédito Instalação consiste no provimento de recursos financeiros, sob a forma de concessão de crédito, aos beneficiários da reforma agrária, visando assegurar aos mesmos os meios necessários para instalação e desenvolvimento inicial e/ou recuperação dos projetos do Programa Nacional de Reforma Agrária. Com o objetivo de suprir as necessidades básicas, fortalecer as atividades produtivas, desenvolver os projetos, auxiliar na construção de unidades habitacionais e atender necessidades hídricas das famílias dos projetos de assentamento” ((Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/credito-instalacao>. Acesso em: 04/12/2012).



Figura 11: Ilustrações da estrutura de alvenaria da maioria das casas da comunidade de Caratateua



Figura 12: Ilustrações da estrutura de alvenaria da maioria das casas da comunidade de Caratateua

A rotina da comunidade é bem tranquila, a movimentação nas ruas inicia-se bem cedo com as mães levando seus filhos a escola, indo ao comércio, ou até mesmo se deslocando a casas de seus parentes. Ao se aproximar o horário do almoço, o movimento diminui e pós-almoço quase não há. A comunidade tem o costume de repousar pela parte da tarde, uma vez que muitos pescadores trabalham no período da noite e descansam durante o dia. Por encontrar-se à beira do rio, apresenta um clima agradável e facilidade na alimentação dos

produtos derivados da pesca e roça, o que faz com que a maioria dos moradores não queira sair da localidade, especialmente as pessoas mais velhas.

Mas foram apresentados alguns problemas existentes na localidade. A falta de infraestrutura básica, como ausência de hospital, coleta de lixo, escola de nível médio, faz com que os moradores tenham que se deslocar para a sede municipal, o que para muitos é um grande transtorno, principalmente em casos de urgência na questão da saúde. Um grande problema relatado pelos moradores está voltado à contaminação dos lençóis freáticos. Tal contaminação finda comprometendo os corpos d'água. Estes abastecem os domicílios para os afazeres domésticos. Tal contaminação se deu a partir da implantação da fazenda de camarão *Nossa Senhora de Fátima*²⁴, trazendo doenças principalmente às crianças. Muitos moradores buscam água para beber em localidades próximas, o que causa um desgaste muito grande a eles.

Por ser uma localidade afastada da sede municipal, Caratateua é muito carente de assistência do poder público. O diagnóstico socioeconômico permitiu apresentar a comunidade evidenciando suas fragilidades, assim como evidenciou os fatores socioeconômicos em sua relação com a pesca. Discorrer sobre essa atividade no cenário regional permite compreender melhor o lócus desta pesquisa. Sobre esse cenário trata o próximo capítulo.

²⁴ Os tanques escavados para o cultivo de camarão da Fazenda Nossa Senhora de Fátima permitiram a infiltração no solo arenoso de alta quantidade de sal e contaminação biológica no poço que abastece a comunidade. Em 2011, o Ministério Público Federal entrou com uma ação civil pública para embargar o projeto e que fosse construído um novo poço em substituição ao que foi contaminado, tendo sido solicitado pela comunidade através de um abaixo-assinado. Disponível em: <http://diariodopara.diarioonline.com.br/N-144000-CRIACAO+DE+CAMARAO+AMEACA+VIDA+EM+CURUCA+.html>. Até o momento a solicitação da construção do novo poço não foi atendida.

3. SOBREEXPLOTAÇÃO DO RECURSO PESQUEIRO E PESCA ARTESANAL NO LITORAL PARAENSE

Este capítulo expõe o cenário do setor pesqueiro no litoral paraense, enfatizando a descrição da pesca artesanal na região amazônica e especialmente como esta deve ser entendida enquanto uma atividade de grande importância no município de Curuçá. O capítulo mostra, ainda, como essa atividade vem se comportando ao longo dos anos diante das ameaças de sobreexploração dos recursos naturais, ocasionadas principalmente pela inovação tecnológica e aumento populacional.

Nesse sentido, o capítulo se divide em três seções. A primeira traz a discussão sobre a pesca artesanal no litoral amazônico. A seção subsequente apresenta o manejo dos recursos pesqueiros, salientando a importância da implementação de práticas de manejo que busquem a diminuição da pressão sobre os recursos da pesca, enfatizando, especialmente, de que forma se deu esse processo no litoral amazônico. A terceira seção aborda o uso do recurso comum na comunidade de Caratateua e como essa comunidade faz uso desse recurso usando conhecimentos tradicionais adquiridos ao longo de gerações.

3.1 Pesca Artesanal na Região Amazônica

O litoral amazônico, que abrange a costa dos estados do Pará e do Amapá, possui condições naturais para a exploração de recursos pesqueiros. Nessa região, a matéria orgânica proveniente da decomposição das florestas de mangue e das planícies inundadas do rio Amazonas e o carregamento dos sedimentos dos rios para a plataforma continental são responsáveis pela alta produtividade da região. A zona costeira amazônica apresenta uma grande diversidade íctica, na qual algumas espécies são muito exploradas, e na sua maior parte ainda possui potencial desconhecido (ISAAC-NAHUM, 2006).

Na Amazônia, desde o período pré-colombiano, a atividade pesqueira foi a principal fonte de alimento para a população indígena, tendo, dentre outras, o arco e a flecha como principais artes de pesca (SMITH, 1979 apud SANTOS; SANTOS, 2005, p. 2).

As espécies amazônicas apresentam adaptações necessárias à sua sobrevivência nos vários ambientes regionais, tais adaptações são ocasionadas pela sazonalidade das chuvas ocorrida na região, sendo esta de grande relevância para a abundância e composição dos recursos pesqueiros. As adaptações destacadas nos peixes amazônicos são a reprodutiva, alimentar, metabolismo respiratório, crescimento e migração. Tais adaptações tornam a região rica em diversidade de espécies e uma área propícia à atividade pesqueira (BARTHEM; FABRÉ, 2004).

A pesca na Amazônia se destaca das demais regiões do Brasil pela riqueza de espécies exploradas e pela abundância de pescado capturado nos principais habitat, nas águas interiores, nas regiões costeiras e marítimas (FURTADO, 2007; BARTHEM & FABRÉ, 2004). Em grande parte da região de águas interiores há o alagamento devido às fortes chuvas, auxiliado pela má drenagem do solo. Nas regiões estuarinas encontram-se os furos e igarapés²⁵, banhados por água doce e alagados diariamente pela maré. Os locais explorados pela pesca no Estuário e Costa são o mangue e as águas abertas. O mangue sofre influência de água salina e da maré, se distribuindo ao longo da costa do Pará e Amapá. As águas abertas do estuário e da costa formam um hábitat de forte influência marinha, por se processar a mistura de águas continentais e oceânicas (BARTHEM & FABRÉ, 2004).

Apesar de a Amazônia apresentar uma grande riqueza em espécies, ainda há pouco conhecimento sobre essa ictiofauna, na qual o maior número pertence à região neotropical, podendo alcançar até 8000 indivíduos (BARTHEM; FABRÉ, 2004).

O pouco conhecimento relacionado à ictiofauna amazônica está relacionado às grandes distâncias, à sazonalidade ao longo do ano, com a formação de lagos, canais e várzeas, nas quais aumentam as áreas de pesca (ISAAC; RUFFINO, 2000). Nesse contexto de dificuldades para a construção de informações, os dados pesqueiros são coletados principalmente no desembarque da pesca comercial nos principais portos da região, sendo possível, assim, realizar estudos ecológicos com as informações de tamanho, composição e quantidade de pescado nas diferentes épocas do ano.

A pesca amazônica é classificada como atividade de subsistência, podendo ser realizada por um ou dois pescadores em uma embarcação de pequeno porte (canoa ou bote) com apetrechos de pesca simples. Pode, ainda, ser categorizada como pesca comercial, na

²⁵ Furos e igarapés são denominações regionais que classificam diferentes corpos d'água.

qual os pescadores vendem sua produção para donos de embarcações de maior porte que possuam urnas de gelo ou caixas, tendo seu destino final os centros urbanos locais, ou até mesmo o mercado externo (ISAAC; RUFFINO, 2000).

As atividades econômicas das comunidades amazônicas são regadas de trabalhos complementares ao seu sustento, poucos executam um só ofício, pois suas principais ocupações como a pesca, a agricultura e a pecuária dependem da sazonalidade do ambiente, como cheia e seca dos rios, estação chuvosa e seca, etc.

Os recursos naturais encontrados na região amazônica servem como base material de sustentação a vida da população amazônica. A pesca e a agricultura são as principais atividades realizadas nessa região. O consumo alimentar é dominado principalmente pelo pescado e a mandioca e seus derivados, considerados como principais fontes de energia dessas populações (RAVENA-CAÑETE, et al. 2010; MURRIETA et. al. 2008; SIMONIAN, 2007). O peixe é considerado o recurso sustentável explorado mais valioso nos rios amazônicos, sendo de grande relevância econômica e nutricional para a população tradicional da Amazônia em geral (SILVA & BEGOSSI, 2004).

Nesse contexto a pesca artesanal assume grande importância socioeconômica, por ser uma prática amplamente desenvolvida na região amazônica. Os pescadores artesanais realizam suas atividades utilizando objetos comerciais e também de subsistência, com embarcações de pequeno e médio porte, geralmente de madeira, adquiridas de pequenos estaleiros, com propulsão motorizada ou não. Podem utilizar, ainda, embarcações construídas pelos próprios pescadores, usando matéria prima encontrada no ecossistema local. As artes de pesca e insumos empregados na atividade são rústicas, geralmente compradas no comércio local ou confeccionadas pelo próprio pescador, proporcionando captura de volumes pequenos ou médio de pescado (SANTOS et. al., 2005).

Como principal atividade e captura na região Norte, a pesca artesanal é caracterizada como de menor escala, com ampla diversidade, e a utilização de várias artes de pesca. Redes de emalhe simples, armadilhas fixas (currais), espinhéis e linhas de pescar aparecem como variedades de arte, todas destinadas a diversos tipos de captura. (ISAAC et al, 2004; MORAES & REIS, 2009; SOUZA et al, 2012). O uso de diferentes tecnologias varia em função dos hábitos alimentares e os padrões de mobilidade da espécie alvo (SILVA & BEGOSSI, 2004).

A mão de obra tem como alicerce as parcerias ou laços de parentesco²⁶ e os produtos, na sua maioria, são vendidos para atravessadores ou para o armador do barco. Estes vendem esse pescado no mercado local ou para empresas processadoras, que destina esse produto a mercados regionais e nacionais. O pagamento dos pescadores, tripulantes das embarcações, também pode ser feita através de pescado. Ainda que essa seja uma opção menos usada, propicia o consumo, pela família dos pescadores, de espécies bastante apreciadas no mercado.

O Estado do Pará ocupa lugar de destaque no setor pesqueiro nacional, o qual é distribuído em três setores: a aquicultura, a pesca industrial e a artesanal. A aquicultura possui uma produção muito pequena, representando 2% do total, com a produção de espécies como tilápia (*Oreochromis niloticus*) e tambaqui (*Colossoma macropomum*). A produção da pesca industrial representa 14,5% do total nacional, tendo como captura e processamento de espécies alvo o camarão-rosa, a lagosta e a piramutaba (SANTOS et. al, 2005).

Por outro lado, a pesca artesanal no nordeste paraense é uma atividade tradicional, apresentando, como mencionado, um grande potencial pesqueiro. Seu maior foco são os municípios de Augusto Corrêa, Bragança, Curuçá, Maracanã, Marapanim, São João de Pirabas, Vigia e Viseu, responsáveis por um grande desenvolvimento da atividade para o estado do Pará (ALMEIDA, 2006). Segundo Furtado (2002) a região do salgado paraense é rica em pesqueiros, ocorrendo tanto no período do verão quanto no inverno, se intensificando principalmente nessa etapa do ano, atraindo pescadores nativos e de fora da região.

Nas últimas décadas, com a introdução de novos aparatos tecnológicos na atividade pesqueira, ocorreu um aumento desordenado no esforço de pesca, diminuindo os estoques pesqueiros, em especial as espécies de maior valor comercial, tais como, a piramutaba, camarão-rosa, gurijuba, pescada-gó, bandeirado, pescada amarela, serra e pargo. Por outro lado, o aprimoramento das artes de pesca e embarcações, atraiu mais pescadores para a atividade, permitindo viagens cada vez mais longas, com um maior esforço de captura e armazenamento de pescado (ALMEIDA, 2006).

²⁶ Segundo Fox (1986) “O parentesco e o casamento tem a ver com os factos básicos da vida. Tem a ver com o ‘nascimento, a cópula e a morte’, a eterna ronda que poderá deprimir o poeta, mas que entusiasma, entre outros, o antropólogo”. Não figura como objetivo deste trabalho descrever e apresentar as relações de parentesco, mas apenas indicar sua presença no cenário estudado, indicando a articulação com outros estudos. Assim, de acordo com Chernela(1997) “as populações se vinculam através do parentesco consanguíneo e afim (por casamento em uma rede abrangente. Esses vínculos criam canais, mediante os quais os recursos são distribuídos”. Sendo assim, também visto por Ravena-Cañete (2011), nas comunidades pesqueiras é comum encontrar as relações de parentesco, as famílias se dedicam a atividade pesqueira, subdividindo funções, alguns irmãos são pescadores, outras são donos de embarcações, e os cunhados muitas vezes ficam responsáveis pela comercialização.

Assim, permanecendo como importante estratégia de acesso à proteína animal a pesca artesanal ganhou novos contornos com os avanços técnicos, especialmente a partir das décadas de 1950, 1960 e 1970, quando a inovação tecnológica adentrou este ramo, com aparelhos caracterizados pela grande capacidade de captura, no uso de motores a diesel nas embarcações e aumento na fabricação de gelo. Tais mudanças tiveram também como especial consequência a expansão da pesca comercial, com o apoio de planos governamentais (SANTOS; SANTOS, 2005). Com essa expansão na pesca comercial e a grande oferta do recurso pesqueiro, a região amazônica passou a ser ocupada nos espaços mais distantes dos principais centros regionais, como Belém e Manaus, e até mesmo por imigrantes de outras regiões em busca de melhores condições de vida (SANTOS, 2005).

Porém as inovações tecnológicas e o aumento da densidade populacional causaram a degradação dos recursos naturais locais, evidenciando que nem todas as práticas nativas são conservacionistas (RAVENA-CAÑETE, 2010; SILVA & BEGOSSI, 2004; HANAZAKI, 2001). Como consequência do desenvolvimento tecnológico, os estoques pesqueiros entraram em um quadro de esgotamento, onde a captura caiu ao ponto de apenas cobrir os custos da pescaria (ISAAC & BARTHEM, 1995; ISAAS, 2006; DIEGUES, 1983, p. 132).

Assim, um novo impasse se estabelece marcado pelos limites dos recursos naturais e os avanços tecnológicos que desenham uma racionalidade econômica. Nesse sentido, Leff (2009, p. 151) afirma que:

A racionalidade econômica conduziu um processo tecnológico orientado para as necessidades de acumulação do capital. Neste paradigma econômico, a tecnologia está inserida em dois “fatores básicos da produção” – capital e trabalho- ficando, assim, associada à produtividade dos meios de produção e da força de trabalho. Certamente, dentro deste paradigma produtivo, os ecossistemas terrestres e aquáticos são fontes de matérias-primas que, através aplicação de capital e trabalho, geram um produto comercializável.

Os estoques pesqueiros aparecem como matéria prima e evidenciam seus limites no contexto econômico da Amazônia..

De acordo com Isaac e Barthem (1995) o esgotamento dos recursos naturais trouxe várias consequências, tais como: degradação ambiental (solo, vegetação, fauna), diminuição

da oferta de alimentos, migração das populações tradicionais de áreas rurais para regiões urbanas, graves conflitos sociais pelo uso dos recursos naturais e concentração da riqueza.

Para Furtado (1997, p. 156) a crise no setor pesqueiro pode ser vista por dois períodos:

O tempo passado: de relativa estabilidade, com pouca mudança ou com um ritmo mais lento, de relativa abundância em recursos naturais; de modificações mais discretas, de maior estabilidade ocupacional e espacial. E um outro, o tempo presente, após 70, de transformação acelerada, de inquietação, de sinais de ameaças, e mesmo de destruição, aos ecossistemas, onde a descaracterização sócio-cultural também toma vulto, provocando mobilidade ocupacional e espacial contínuas.

Diante desse quadro no setor pesqueiro, para resguardar o que consideravam suas propriedades, muitas comunidades da várzea desenvolveram e implementaram práticas de manejo, como forma de diminuir ou controlar a pressão nos estoques pesqueiros (RUFINO, 2005). Tais práticas de manejo serão discutidas na secção a seguir.

3.2 Manejo dos Recursos Pesqueiros na Amazônia

O manejo dos recursos naturais na Amazônia ganhou fôlego a partir de 1980 (DIEGUES, 2001). No setor pesqueiro, o avanço da pesca comercial somado à ampliação da pesca artesanal passou a dar maior corpo aos estudos sobre essa atividade na região. Nesse período observou-se uma crescente inovação tecnológica no setor pesqueiro, advindo também da pressão do crescimento populacional na região. Os barcos mais equipados possibilitaram viagens de longo curso, com apetrechos de pesca com maior eficiência de captura, industrializando a produção a bordo (congelamento e beneficiamento). Com a modernização das frotas, houve, portanto, um aumento no esforço pesqueiro, ocasionando mudanças no acesso e uso dos recursos naturais (DIEGUES, 1983 p. 51; RAVENA, 2010, p. 104).

Segundo Bayler, (1981 apud Isaac et. al., 2004, p. 96) nesse período foram apresentadas quatro opções para a implementação de estratégias de manejo, a saber:

- Proibir permanentemente a pesca comercial;
- Administrar a pescaria para manter a diversidade atual das capturas;
- Administrar a pescaria para obter o máximo rendimento;
- Não fazer nada.

Contudo, segundo Isaac et. al. (2004), vários fatores influenciaram para que nenhuma dessas opções fosse seguida, tais como: a imensidão geográfica da Amazônia, a distância dos centros de poder político e econômico, aliado a desarticulação das políticas nacionais em relação aos recursos pesqueiros. Foram considerados instrumentos legais para a proteção dos recursos as áreas, espécies, épocas de desova, apetrechos ou a magnitude do esforço, mas nunca foi implementada uma política pesqueira para a região, e a maior parte das normas emitidas não são cumpridas ou aplicadas. Diante desses fatores, novas abordagens para o manejo dos recursos naturais renováveis têm sido desenvolvidas na Amazônia e no mundo, surgindo, então, novas condições práticas de concretizar uma rotina de manejo para os recursos pesqueiros na região.

A introdução nas últimas décadas de aparatos tecnológicos na atividade pesqueira, promoveu, como mencionado, um aumento desordenado no esforço de pesca, sendo que tal movimento diminuindo os estoques pesqueiros particularmente de espécies de maior valor comercial, tais como a piramutaba, camarão-rosa, gurijuba, bandeirado e pargo. Por outro lado, o aprimoramento das artes de pesca e embarcações atraiu mais pescadores para a atividade, permitindo viagens cada vez mais longas, com um maior esforço de captura e armazenamento de pescado (ALMEIDA, 2006). Esse cenário corrobora o que afirma Leff (2009, p. 154), pois, “os modelos tecnológicos e os processos produtivos desenvolvidos por esta racionalidade econômica não permitiram um manejo ecologicamente racional dos recursos naturais”.

Esse desenvolvimento levou ao esgotamento de estoques pesqueiros, onde a captura caiu ao ponto de apenas cobrir os custos da pescaria. Uma solução para esse quadro no setor pesqueiro adotada pelas políticas públicas foi o Programa de Desenvolvimento Pesqueiro. Este tem como objetivo aumentar o aproveitamento dos recursos, sendo um meio de desenvolver o setor (DIEGUES, 1983, p. 132).

No entanto, segundo Diegues (1983, p. 132), as indústrias de beneficiamento de pescado foram as maiores beneficiadas com o programa, conseqüentemente aumentando a frota, levando ainda mais pressão aos estoques. Esse aumento da captura reduziu a pesca artesanal, e aumentou a pesca industrial, sendo exportado o produto capturado, o que reduziu o consumo local. Porém, a pressão no estoque não se expressa como o único problema, a marginalização do pescador artesanal foi bastante acentuada na implementação do programa, pois os financiamentos eram destinados àqueles que apresentavam melhores condições

financeiras, pois a burocracia era muito grande para se obter o subsídio. Dessa forma, muitas vezes o pescador artesanal não conseguia, por falta de documentação básica como Registro Geral (RG), certidão de nascimento, etc, acessar esse tipo de crédito. Além da marginalização do pescador artesanal, segundo Diegues (1983, p. 132), um problema recorrente foi o endividamento dos donos de embarcações e empresas, por muitas vezes não terem controle do recurso recebido como crédito, investindo em outras coisas que não a pesca e finalmente deixando de quitar suas dívidas com o governo.

O manejo aparece, então, como uma forma de resguardar o ecossistema, pois procura diminuir os impactos das diferentes atividades no meio, a fim de melhorar a produção geral, diminuindo a exploração exclusiva de apenas um recurso. Ou seja, partindo desse conceito de manejo, o ecossistema deve ser manejado como um todo, pois muitas atividades interferem na pesca dos sistemas fluviais, tais como a agricultura, pois que esta reduz a cobertura vegetal, consequentemente a alimentação dos peixes fica prejudicada, alterando outras atividades também, como a criação de gado²⁷, por exemplo. (MCGRATH et al., 2009).

Todas essas peculiaridades que marcam o cenário amazônico findam por desenhar contextos de conflito entre as comunidades, pois uma atividade feita em grande escala acaba por prejudicar as demais, no caso do foco deste estudo, os pescadores que sobrevivem da exploração do recurso pesqueiro. Uma forma de reduzir esses conflitos repousa na implantação dos acordos de manejo coletivo. Quando se explora o recurso de forma sustentável, as diferentes atividades podem render lucros à comunidade, pois uma pesca manejada é uma atividade bastante lucrativa, favorecendo a execução de diferentes atividades econômicas (MCGRATH et al., 2009).

De acordo com Mcgrath et al. (2009), na abordagem de ecossistema a manutenção dos sistemas fluviais é de grande importância para a interação ecológica entre o hábitat e espécies aquáticas e terrestres durante as diferentes épocas do ano, pois garante a manutenção das florestas, até mesmo na cadeia ecológica, com o fluxo de energia, o ciclo hidrológico e biogênico, favorecendo a manutenção dos estoques pesqueiros.

²⁷ As atividades na área de várzea são realizadas de acordo à dinâmica ambiental, desdobrando-se de forma diversa, como a pesca, a agricultura, criação de pequenos animais e criação de gado. Esta última atividade praticada há muitos anos, se tornando nas últimas décadas uma atividade predominante na região. De forma geral essas atividades estão assim dividida enquanto fonte de renda para a população da região: a pesca representado 31% do total da renda, a agricultura 18% e a criação de gado 3% (AIMEIDA, 2006).

Uma estratégia importante apontada por Pedrosa et al (2005), refere-se à limitação de esforço, através de licenças, restrição no número de barcos, artes de pesca, etc. Essa medida visa diminuir o esforço de pesca, no entanto, ela não se consolida de forma muito eficiente, pois ao se limitar embarcações, o esforço é diminuído em um curto prazo, mas no longo prazo dispõe-se de mais tempo para aprimorar as embarcações e as artes de pesca. Sendo assim, a limitação de malhas, na pesca monoespecífica, poderia ser uma opção mais eficiente, pois apenas uma espécie seria o alvo da captura. Contudo, essa limitação também apresenta falhas, haja vista que a diminuição da malha na pesca multiespecífica finda capturando juvenis de outras espécies que não são alvo, levando de volta à sobrepesca.

Outra forma de controle adotada se refere à proteção do período reprodutivo das espécies, denominada defeso. Segundo Marinho (2009), são proibidas as pescas nesse período e, para tanto, o pescador recebe um auxílio do governo para suprir as necessidades enquanto não pode pescar. É uma medida bastante eficiente, porém há diversos entraves, pois muitos pescadores não respeitam esse período, devido à falta de fiscalização, até mesmo por não serem contemplados pelo seguro-defeso.

Outra medida adotada refere-se à definição de cotas máximas de capturas, visando uma captura sustentável onde se estabelece um limite para a mesma. No entanto, esta medida gerou diversos conflitos entre os pescadores, principalmente a competição pela parcela fixa do estoque. Cada vez mais os pescadores buscavam pela maior cota permitida, sendo estas feitas através de sorteios, leilões, etc. (DIEGUES, 2001). Finalmente, criaram-se as cotas individuais transferíveis, onde o pescador que possui uma maior cota pode vender ou dividir a mesma cota com o que tem menor cota, resultando em uma concentração de cotas com os grandes pescadores, ocorrendo uma marginalização do pescador artesanal.

A implantação de impostos na pesca, assim como o sistema de cotas veio como uma forma de diminuir o esforço, tendo como objetivo uma pescaria mais sustentável, pois com a adição dos impostos, a pesca fica mais cara, fazendo com que o esforço diminua. Mas a aplicação dos impostos pode incentivar os investimentos em artes de pesca mais eficientes, aumentando novamente o esforço (PEDROSA et al., 2005).

Um outro meio de preservar as espécies ameaçadas, ainda segundo Diegues e Arruda (2001), constitui-se na formação de um Reserva Extrativista (RESEX), com o objetivo de garantir a proteção do ecossistema, beneficiando as populações tradicionais do entorno da

reserva. Nesse sentido Almeida (2009) relata que o estuário de Curuçá possui uma área de importância ambiental alta, levando à necessidade de criação da unidade de conservação denominada Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá. Esta, como mencionado, abrange uma área aproximadamente de 37.062 hectares, porém não há um plano de manejo, que regulamente o uso sustentável do ecossistema por meio de legislação ambiental (ALMEIDA, 2009).

A RMG de Curuçá é uma importante unidade de conservação localizada na costa paraense, residindo nas comunidades de seu entorno aproximadamente seis mil pescadores, localizadas próximo a furos, rios, praias e manguezais da reserva (FIGUEIREDO, 2007).

A sobreexploração dos recursos pesqueiros se reflete numa teoria apresentada por Garret Hardin em 1968 na “Tragédia dos Comuns”, explicando que o livre acesso ao recurso comum, podem levar a sua extinção. Tal teoria e o uso do recurso comum em Caratateua serão abordados na seção a seguir.

3.3 Uso do Recurso Comum na Comunidade de Caratateua

Os sistemas de recursos naturais utilizado com livre acesso pelos indivíduos podem ser classificados como recursos comuns. Os sistemas de recursos naturais incluem tanto sistemas naturais como os artificiais feitos pelo homem, tais como: águas subterrâneas, sistema de irrigação, pastagens, etc., e os recursos de uso comum que são a água, os pastos, a madeira, etc. A partir desses recursos, o homem faz uso do mesmo extraíndo os produtos para fins de uso de consumo pessoal, troca e venda de produtos de valores comercial (OSTROM, 2002).

Nos últimos anos tem-se observado mudanças na utilização dos recursos naturais, ocasionado pelas ações individuais por muitas vezes equivocadas, comprometendo o uso coletivo dos recursos comuns. A tese de Hardin (1968), a Tragédia dos Comuns, apontava as consequências do uso irracional do recurso comum, em que um indivíduo em uma prática de livre acesso ao recurso, acabava por utilizá-lo de forma exarcebada, degradando o meio ambiente, evidenciando a sobreposição dos interesses individuais aos interesses coletivos.

Em seu texto “A tragédia dos Comuns”, Hardin (1968) debate as mudanças sociais ocorridas em grande escala causando problemas como superpopulação, degradação de

recursos e poluição atmosférica e hídrica. Diante de uma metáfora, sobressaltou as diferenças entre a racionalidade individual e coletiva por partes dos criadores de gado e um pasto, ressaltando assim aos problemas populacionais e a escassez de alimentos, causados pelos interesses individuais dos criadores. Sendo assim a partir do momento que os criadores decidem aumentar seus lucros adquirindo animais extras, sem se importar se a pastagem iria suportar, ocasionaria uma tragédia, pois muitos animais morreriam de fome. Concluindo assim sua teoria: *“a liberdade em relação a recursos comuns gera a ruína de todos”*.

Afim de evitar a tragédia dos recursos comuns, Hardin (1968) concluiu que só haveria dois meios para prevenir a tragédia: a propriedade comum teria que ser convertida em propriedade privada, ou que normas governamentais ao uso dos recursos fossem implantadas.

No entanto, essa perspectiva de Hardin (1968) é ampliada na obra de Feeny et al (2001), já que este autor visualiza mais alternativas além da privatização ou estatização para o uso dos recursos. Assim, Fenny et al (2001) defini quatros categorias de direito de propriedades:

- Livre Acesso: O acesso aos recursos naturais é livre, sem regulação e aberto a qualquer pessoa;
- Propriedade Privada: A exploração e a regulação da exploração dos recursos são de direito individuais ou de empresas, excluindo o uso de terceiros, sendo reconhecidos e impostos pelo Estado;
- Propriedade Estatal: O recurso é de propriedade do governo, ficando este responsável pelas decisões em relação ao seu uso;
- Propriedade Comunal: Os recursos são manejados por uma comunidade, excluindo a ação de indivíduos externos, no qual os membros da comunidade local regulam o uso dos recursos.

Segundo Hardin (1968), o principal motivo ao uso irracional dos recursos naturais de uso comum é o crescimento populacional, principalmente nas atividades realizadas nos locais de livre acesso, sem qualquer normas ou controle do seu uso, como em áreas de rios e mares, e no uso da terra. É importante observar que as obras de Hardin (1968) e Fenny et. al. (2001) contribuíram para uma compreensão das interações entre populações humanas e os recursos naturais, ampliando os estudos de Ecologia Humana. Essas interações estão ligadas a relações

ecológicas no contato direto com os recursos naturais, a dependência econômica por parte dos recursos aquáticos e a vegetação.

Ao lançar um olhar sobre a realidade socioambiental do município de Curuçá, as obras até agora tratadas permitem ampliar compreensões. Curuçá concentra sua economia nas atividades de pesca, extrativismo e agricultura de subsistência com predomínio da lavoura de mandioca, cultivo de hortaliças e frutas variadas, geralmente voltadas para consumo familiar e/ou comercializadas na própria comunidade. A sociedade local dedica-se há anos a atividade pesqueira principalmente para o consumo doméstico e mais recentemente visando o abastecimento dos mercados locais, nacional e internacionais. Porém, a agricultura também é muito importante para a região. Essa atividade está associada à pesca e ao extrativismo, variando de acordo com as características geográficas e localização de cada comunidade. A economia do município está também diretamente ligada à extração de mariscos (caranguejo e mexilhões) (BATISTA, 2010).

Na comunidade de Caratateua observa-se esse cenário econômico. As atividades diárias da população são voltadas para a pesca e a agricultura e é possível observar nitidamente a separação de atividades entre homens e mulheres.

Confirmado na pesquisa de campo de Machado (2010), nas comunidades pesqueiras a divisão de trabalho é bem acentuada. Os homens têm a função de garantir o sustento da família, exercendo atividades ligadas ao mar ou ao rio, sendo considerado um trabalho perigoso, destinado somente aos homens, enquanto as mulheres ficam responsáveis pela educação dos filhos e pelos cuidados da casa. Na pesca atuam nas proximidades de suas residências (rios, mangues, praias), nas atividades referentes ao beneficiamento do pescado, na tecelagem de redes de pesca (reparos e manutenção) e na captura (pesca de linha de mão e pequenas redes e coleta de mariscos) e comercialização de peixes.

Os homens se dedicam à captura de camarão e à pesca de alto mar, realizando viagens próximas à costa, devido à falta de infraestrutura para realizarem viagens mais longas. Suas embarcações são de pequeno porte conhecidas como voadeiras. Enquanto não estão no mar, estão concertando redes e canoas, vendendo o produto capturado, enfim sempre realizando atividades voltadas a pesca. A figura 13 a seguir ilustra o porto localizado em frente à comunidade, demonstrando as embarcações utilizadas nas atividades masculinas da pesca.



Figura 13: Porto do em frente a comunidade de Caratateua com as embarcações de pequeno porte.

Às mulheres cabe trabalhar no mangue e na roça. Como não podem estar sempre no mangue para o extrativismo de mariscos (sururu, sarnambi, ostra, etc.) trabalham na lavoura da mandioca, principalmente na fabricação da farinha, que relatam ser o alimento complementar, como se observa no relato a seguir:

***Pesquisadora:** quando a sra não está pescando, a sra faz o que?*

***Pescadora:** ah eu vou pra roça, que nós temos um pedaço de roça ali, ai eu vou com a minha cunhada pra lá, cortar lenha, fazer carvão, ou então vou pro mato tirar pau, se vc chegar em casa e eu não tiver, ou eu tô na roça, ou tô pra maré pescando, quando fico em casa faço os serviços de casa.*

N., 57 anos.

As imagens abaixo mostram alguns dos recursos coletados pelas mulheres da comunidade.



Figura 14: Recursos naturais coletados principalmente pelas mulheres de Caratateua: A e B: sururu; C: local onde se retira o sarnambi; D: Sarnambi; E: Ostra.

Todas as atividades ocorridas ao longo do ano são voltadas a atividade pesqueira. As festas tradicionais como o festival de camarão realizado no mês de setembro, e o festejo de São Pedro onde são vendidos produtos derivados dos organismos capturados. Durante essas festas a comunidade toda se mobiliza atraindo muitos turistas.

Entretanto, os produtos capturado são destinado principalmente ao consumo familiar e são vendidos na comunidade. No período de safra do pescado, que ocorre entre os meses de

maio a setembro, os moradores de Caratateua vendem sua produção no mercado de Curuçá ou até mesmo em Belém. Neste último caso essa opção somente é possível para aquele que possui um poder aquisitivo maior e capaz de viabilizar o transporte para a comercialização.

O ritmo de atividade dos moradores sempre está em função das águas. De acordo com a maré sabem que tipo de rede usar para determinada espécie. A maré de lance ou maré grande não é muito boa pra pescar, já a maré morta é a que dá mais pescado, possuindo preferência para pescar. O relato a seguir corrobora essa afirmação.

A melhor maré pra pescar são as mortas, a morta choca porque passa 5 dias que a maré não corre e a água clareia, e são ocorre duas vazantes sempre na lua minguante, por isso é a melhor pra pescar. E a morta pegada que só clareia um dia, da cabeça e lança longo, sempre na lua crescente.

(E., 59 anos).

Por viverem da atividade pesqueira, possuem uma plena consciência de como se encontra o cenário pesqueiro atual. Se preocupam em não pescar no período de desova de algumas espécies, apesar de não haver defeso de nenhuma espécie em particular, mas com o conhecimento adquirido ao longo dos anos, sabem quando ocorre a reprodução de algumas espécies, principalmente do caranguejo. Pescar em Caratateua é, assim, uma arte, um saber, por fim, um modo de ser. Sobre essa questão trata o capítulo a seguir.

4. O MODO DE SER PESCADOR EM CARATATEUA

O presente capítulo traz como discussão central o modo de ser dos pescadores de Caratateua, abordando um panorama de como os pescadores se definem na atividade pesqueira executada na região, em especial, como as mulheres se caracterizam e qual a sua participação na pesca. A primeira seção caracteriza o pescador/pescadora artesanal, enfatizando a divisão de trabalho nas comunidades, assim como aponta um perfil de avanços sociais e políticos para esse segmento da sociedade. A segunda seção mostra a definição das trabalhadoras marisqueiras evidenciando especialmente o trabalho que define tal papel. A última seção apresenta as rotinas das mulheres de Caratateua, sua participação na pesca e quais as dificuldades enfrentadas na atividade.

4.1 O Pescador/Pescadora Artesanal

Os pescadores artesanais podem ser definidos como os trabalhadores que atuam na área sozinhos e/ou usam mão de obra familiar ou não assalariada, explorando a costa brasileira, pois a estrutura das embarcações e a aparelhagem utilizada não permitem realizar viagens longas. Os pescadores artesanais possuem contato direto com o meio ambiente natural, e assim possuem um conhecimento bem apurado acerca desses ambientes, conhecendo suas particularidades, como comportamentos, biologia, especificamente da região onde vivem (CLAUZET, RAMIRES, & BARRELLA, 2005).

Esses conhecimentos são transmitidos ao pescador por seus ancestrais, pelos mais velhos da localidade, ou até mesmo adquirem através da interação com os companheiros do ofício. Neste tipo de pesca a experiência e o saber adquiridos ao longo do tempo são de suma importância para o seu exercício.

Diegues (1983, p.193), caracteriza o pescador artesanal como aquele que não vive da pesca e sim aquele conhecedor dos meios de produção da pescaria, possuindo “controle de como pescar e do que pescar, ou seja, o controle da arte da pesca”. Tais conhecimentos são em geral transmitidos de pai para filhos, sendo modificado ao longo do tempo devido às

modernidades ocorridas com o passar dos anos no setor e as mudanças que ocorrem no ambiente marítimo.

Os pescadores artesanais constituem-se dentro de um grande universo de trabalhadores, convivendo diariamente com a imprevisibilidade, em precárias condições de trabalho e aparatos tecnológicos. Por não apresentarem condições adequadas para realizarem viagens longas, esses entraves podem contribuir para um baixo padrão de qualidade do produto capturado, somado às precárias condições de armazenamento do mesmo, mesmo nas breves viagens dos pescadores (MARTINS, 2008).

A divisão sexual de trabalho se apresenta de forma nítida nas comunidades pesqueiras no litoral paraense. Os homens pescam e as mulheres cuidam da casa e dos filhos. Entretanto, durante a infância, essas mulheres acompanham seus pais nas atividades cotidianas, seja na pesca ou na roça, nos locais próximos de suas residências. A princípio acompanham seus pais como uma brincadeira, e à medida que crescem passam a participar mais ativamente na pesca e na manutenção de suas roças (TORRES, 2004; SILVA & BEGOSSI, 2004; CARDOSO, 2002; MANESCHY, 2000).

Dentro desse contexto a mulher possui um papel de extrema importância durante a ausência de seus companheiros. De acordo com Maneschy (2000) & Torres (2004), entre comunidades pesqueiras a produção das mulheres é de extrema relevância para o sustento da família, embora não seja reconhecida como tal.

Seja através do trabalho ou na luta por seus direitos, as mulheres pescadoras vêm ganhando reconhecimento do valor da participação feminina na pesca artesanal, seja na participação das colônias de pescadores ou em associações ligadas a atividade pesqueira. Atualmente a legislação vigente já assegura direitos previdenciários à mulher que trabalha no setor pesqueiro como pescadora, ou a esposa ou companheira do pescador (FIGUEIREDO & SANTANA, 2009).

De um modo geral, as mulheres realizam diversas tarefas cotidianamente, tais como, a captura de peixes (pesca de linha de mão, coleta de mariscos e redes, etc), o beneficiamento do pescado (na salga e evisceração do pescado) e na manutenção dos instrumentos de pesca (no reparo de redes e confecção, etc) e na comercialização do pescado (MANESCHY, 2000;

MACHADO, 2007). As mulheres que realizam tais atividades pertencem à categoria de pescadoras artesanais/marisqueira²⁸, por estarem diretamente ligadas a atividade da pesca.

4.2 Caracterização da Marisqueira

Segundo Fadigas (2009) a marisqueira pertence à categoria de pescadora artesanal, trabalhando na coleta de mariscos e eventualmente outros moluscos e crustáceos, exercendo a pesca como sua profissão principal ou o principal meio de vida.

Por ser artesanal, na pesca dos mariscos, as marisqueiras utilizam somente equipamentos que causam baixo impacto ambiental, caracterizando-as como população tradicional. Os equipamentos são usados de acordo com as condições de pesca. Utilizam geralmente uma faquinha para a retirada do marisco da área ou da lama, puçá, ou gancho para captura do sarnambi. De acordo com Figueiredo (2011), na pesca dos mariscos utiliza-se instrumentos rudimentares, que por muitas vezes são confeccionados pelas marisqueiras. Observou-se ainda que algumas marisqueiras estão mudando seus instrumentos ao manejo adequado do marisco.

A marisqueira habitualmente trabalha em regime familiar, o que torna extremamente importante a participação dos membros familiares ou até mesmo a colaboração de conhecidos, como vizinhos para o exercício de sua profissão. Sendo assim, é muito comum irem para a maré acompanhadas de filhos e amigas ou vizinhas, visto que é uma atividade exercida principalmente pelas mulheres enquanto seus maridos trabalham em alto mar. Devido a este fator, dificilmente os homens mariscam, só vão quando a pesca dos demais recursos não está rendendo, desempenhando a atividade como segunda opção.

De acordo com Machado (2010) antes de irem pescar, realizam seus afazeres domésticos, em muitos casos as filhas mais velhas passam a assumir as tarefas domésticas, ou recorrem a uma vizinha que faça o almoço. Ou seja, mesmo atuando na atividade pesqueira, conseguem conciliar com as atividades do lar.

²⁸ A discussão sobre a definição da mulher como pescadora ou marisqueira aparece em grande parte da literatura sobre a pesca (MANESCHY, 2000; CARDOSO, 2002, 2007). Não se consolida como intenção deste trabalho ampliar esta discussão, apenas reconhecê-la evidenciando que em campo a autodefinição como pescadora apareceu nos relatos das entrevistadas.

Ao se definir a marisqueira segundo Fadigas (2009) e observado na minha de coleta de dados através das entrevistas semi-estruturadas, estas podem ser caracterizadas nas seguintes categorias:

- o Pescadora profissional;
- o Mulher “trabalhadeira”;
- o Aquela que tem uma vida sofrida;
- o Aquela que se preocupa com os filhos para que não tenham fome;
- o Aquela que se expõe a muitos riscos e péssimas condições de trabalho;
- o Aquela que vai para maré e ainda concilia o trabalho com o cuidar dos filhos.

A recorrência de uma articulação entre atividades e papéis (dona de casa/marisqueira; mãe/marisqueira; mulher/marisqueira; trabalhadora/marisqueira) é a tônica da fala das entrevistadas. A atividade da pesca, pode ser vista, então, como uma condição elementar entre essas mulheres, pois, independente da atividade exercida, ela é sempre marisqueira.

4.3 O Modo de Ser Pescadora/Marisqueiras na Vila de Caratateua

Para as comunidades pesqueiras litorâneas das regiões Norte e Nordeste, quando se menciona a atividade de pesca exercida pelas mulheres, geralmente são citadas no beneficiamento do pescado, tecer redes, coletar mariscos e algas e pescar de beira, e estando sempre ligadas a tarefas de casas (MANESCHY & ÁLVARES, 2010). E em muitas comunidades as atividades pesqueiras são praticadas em conjunto ao trabalho com agricultura, em especial a roça, para complementar o sustento familiar.

Na comunidade estudada a participação na atividade pesqueira exercida pela mulher caracteriza o cotidiano da comunidade. Embora aparentemente seja pequena sua atuação, nos relatos durante as entrevistas ficou bem evidenciado que há uma grande cooperação para a atividade da pesca. Nos portos locais, dificilmente vê-se embarcações com tripulação feminina saindo para pescar durante o dia, poucos foram os registros observados.

Durante as entrevistas foi relatado que quando saem para pescar no mar, vão à noite com seus maridos, principalmente na pesca do camarão, pois durante o dia, possuem seus afazeres de casa, da roça ou vão ao mangue. As atividades femininas se iniciam cedo. As mulheres arrumam suas crianças para irem à escola e, dependendo do horário da maré,

preparam o almoço e fazem as tarefas de casa. Se a maré baixa ocorrer pela manhã, vão primeiro coletar mariscos, ou pescar. Se a maré estiver alta pela manhã, a roça é a opção prioritária. Tal fato pode ser observado por Almeida (2002) numa comunidade no município de São Caetano de Odivelas/Pa. Antes das mulheres irem realizar as tarefas de roça e pesca, fazem a suas tarefas de casa muitas vezes com o auxílio de suas filhas. No caso de Caratateua, a atividade da roça é realizada em conjunto com a pesca, por ser um complemento ao sustento das famílias da localidade, pois os alimento mais consumido pelos moradores são os originados da pesca juntamente com a farinha.

As mulheres da comunidade se autodenominam como pescadoras e marisqueiras, por exercerem os dois tipos de pescarias. Quando indagadas qual a principal atividade, relatam que não há, pescam de acordo com a sua necessidade, visto também o mesmo cenário por Ravena-Cañete et. al. (2011) na Vila de Bonifácio²⁹. A pesca do peixe depende de vários fatores, como o ciclo de marés e período do pescado, enquanto que a pesca de mariscos pode acontecer em qualquer período do ano. As informantes relatam que, quando não há nada para comer, vão ao mangue pegar sururu por ser mais rápido do que ir pescar na maré, como se observa no relato a seguir.

Quando eu era pequena, minha mãe trabalhava na roça, quando ela chegava, e às vezes não tinha nada pra comer, eu ia tirar sururu com ela, quando não tinha sururu, a gente tirava maracuaim, e trazia, pro almoço e janta”

F., 28 anos.

A minha busca incessante de acompanhar alguma mulher na sua atividade pesqueira foi longa. As informantes com quem interagi nem sempre estavam dispostas a aceitar que eu as acompanhasse no período que eu estava na comunidade. Afinal de contas quando vão ao mangue, devido seu conhecimento adquirido ao longo dos anos, realizam a captura de forma rápida, pelo fato de muitas vezes terem que deixar seus filhos em casa de parentes ou até mesmo tendo que voltar antes que saiam da escola. Sabendo que eu não tinha prática na

²⁹ Estudo realizado na Vila de Bonifacio no município de Bragança, no qual explora a contribuição da mulher no cenário da pesca artesanal, mais informações consultar a seguinte referencia: RAVENA-CAÑETE, Voyner; NAHUM, V. J. I.; CANETE, T. M. R.; MASCARAENHAS, H. CENÁRIOS DE PESCA NO LITORAL PARAENSE: RECURSOS PESQUEIROS, ATORES SOCIAIS E INSTITUIÇÕES. In: IX Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, 2011, Brasília. IX Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, 2011.

atividade, não poderia desenvolver suas atividades no mangue da forma rápida como estavam acostumadas a fazer. Para alguém me levar, significava que teria que dispor de tempo³⁰.

Finalmente, quando alguém aceitava me levar, acontecia algum imprevisto negativo, semelhante ao que acontece quando as mulheres vão ao mangue no período menstrual (panema)³¹: o motor apresentava problema, principalmente para pesca com rede, de caniço e para despescar o curral. Essas atividades requerem mais tempo para serem executadas, pois estão distantes da comunidade. Assim, o máximo que pude acompanhar se restringiu à despescar dos currais. Essa atividade já era de muita valia para minha pesquisa, por ser uma atividade bastante executada na comunidade, porém exercida principalmente pelos homens, e o meu maior interesse era acompanhar uma atividade que fosse exercida especialmente pelas mulheres.

Finalmente, em um dia qualquer, uma marisqueira me convidou para ir ao manguezal, o que me deixou bastante satisfeita, pois apesar de estar acompanhando suas atividades cotidianas, faltava executar essa atividade, já que a mesma apresentava elevada importância na vida dessas mulheres. No dia seguinte esperamos a maré baixa e depois do almoço fomos ao mangue, acompanhadas da filha dessa informante. No caminho fui alertada sobre não ser fácil andar no mangue, por isso íamos no local mais próximo da comunidade, pois que eu precisava ser rápida, caso contrário iria me atolar. Por ser um local próximo do centro da comunidade, o manguezal onde fomos é bastante frequentado. Pude observar que muitas mulheres aguardavam a maré baixar, pois quando chegamos ao local a maré ainda estava um pouco alta. Nas imagens a seguir é possível observar os ambientes onde são capturados os mariscos na localidade.

³⁰ A percepção sobre o campo, a subjetividade do informante e a disponibilidade da informação se traduz em uma das principais discussões no cenário antropológico. O uso da primeira pessoa no texto evidencia a preocupação em salientar a experiência de campo vivida. Não é objetivo deste trabalho discutir a subjetividade do pesquisador, apenas indicar como esta aparece e se mostra importante no processo de coleta de dados (MALINOWSKI, 1976).

³¹ Na Amazônia, o azar é conhecido como panema, sendo que a mulher, quando em período menstrual é vista como em condição de panema. Farta é a literatura sobre essa temática, a este texto basta mencionar a situação ocorrida e sua inserção na discussão da literatura (SILVA, 2011).



Figura 15: Atividades de mariscagem exercida pelas mulheres da comunidade. A: Vista do local onde se retira o marisco Itam; B: Captura do sururu.

Enquanto aguardávamos, a marisqueira me ensinou a capturar um organismo encontrado na areia denominado Itam. Mas alegou não gostar de coletar tal molusco, por ser muito difícil encontrá-lo, pois o mesmo é muito ágil e facilmente escapa na areia. Porém a sua filha demonstrou gostar de “procurar” o Itam (também conhecido como mexilhão da areia). Me ensinou como fazer para achá-lo, demonstrando os ensinamentos repassados por sua mãe. Observei que para a criança o ato da coletar o Itam é uma forma de brincadeira, divertindo e se entristecendo por não achar nenhum. De forma lúdica as crianças vivenciam ensinamento que levarão por toda vida, tal qual como aconteceu com sua mãe, que me relatou ir ao mangue desde pequena também. A figura 16, a seguir, retrata a marisqueira ensinando-me a coletar o marisco Itam.



Figura 16: Demonstração de como se coleta o marisco Itam.

Devido aos anos de experiência nessa prática, as marisqueiras conhecem perfeitamente a dinâmica do ambiente e dos recursos capturados. Todo esses conhecimentos são adquiridos principalmente na relação entre mãe e filha, especialmente quando as mães as levam desde pequenas para pescar. As crianças vão para não ficarem em casa sozinhas. De início é para fazer companhia para as mães, conforme vão aprendendo, passam a ajudar assiduamente. Esse cenário pode ser confirmado a partir de perguntas abertas e respondidas com as frases a seguir.

Quando eu morava com os meus pais, quando eu não ia pra roça com a minha mãe, eu ia pro sururu com o meu irmão e quando ela chegava da roça o almoço já tava garantido.

F., 28 anos.

Quando eu era pequena, quando a gente não dava conta de fazer um serviço em casa, eles tinham que levar a gente pra beira da roça, mas em casa eles não deixavam, pra gente não ficar na rua, aí a gente aprendeu desde pequeno a pescar e trabalhar na roça, acho que por isso que hoje a gente sabe de tudo um pouco, tenho quatro irmãos que moram pra Belém, mais quando chegam aqui, fazem de tudo.

N., 57 anos.

A figura 17 abaixo apresenta esse cenário do conhecimento feminino acerca dos recursos pesqueiros iniciado ainda na infância. A pequena J. (4 anos) me ensinava como encontrar o marisco denominado Itam.



Figura 17: Captura do marisco Itam ensinado pela filha da marisqueira.

Durante a coleta do sururu, da ostra e sarnambi, a informante me relatou as diferenças observadas com o passar do anos em relação à abundância dos recursos pesqueiros. No passado, encher um balde com mariscos era tarefa rápida. Atualmente essa coleta demanda muito mais tempo, além de que muitas vezes é necessário ir mais longe para capturar mexilhões maiores e em maior quantidade. Fica cada vez mais difícil capturar esses organismos. Relatou, no entanto, gostar muito da atividade, apesar de todas as dificuldades atualmente vividas, pois é no mangue que encontram alimentos quando não têm nada para comer.

Uma das dificuldades enfrentadas por essas pescadoras está relacionada à saúde, como mencionado por Leitão et al (2009). Durante a captura dos mariscos, com o contato acidental com os que estão presos a rocha, as mulheres ferem os dedos, e a permanência na água salobra na posição curvada finda por propiciar o desenvolvimento de reumatismo e problemas de coluna. Na imagem 18, a seguir, é possível observar a posição curvada na qual essas

mulheres ficam durante a coleta dos mariscos, ao desenvolvimento das enfermidades já mencionadas.



Figura 18: Captura do sururu.

Em outra atividade de captura, a pesca do peixe, as mulheres geralmente iniciam a atividade na fase juvenil, por ser uma atividade que necessita de maior esforço físico, maior exposição ao sol e por ser mais perigosa. Uma das razões de aderirem a essa atividade são os casamentos precoces, por necessitarem sustentar sua família, passam a ajudar seus respectivos maridos nas pescarias, tais como: de emalhar, espinhel, linha de mão, etc.

Já na pesca no mar, a exposição ao sol, finda por ocasionar o desenvolvimento de problemas na pele, como envelhecimento precoce. Todos esses problemas provocam constantemente o afastamento temporário dessas mulheres das atividades pesqueiras. As poucas mulheres que conseguem uma outra alternativa de renda, como funcionária pública, trabalhando na escola e no posto de saúde local, alegam que sempre quando podem vão pescar, pois essa é uma atividade que desempenham desde criança, repassada de pais para filhos.

Como descrito neste capítulo, o conhecimento ancestral sobre a pesca desenha o cotidiano, a vida e as expectativas das mulheres marisqueiras. Compreender sua importância e aplicabilidade no espaço doméstico e de mercado é o objetivo do capítulo que se segue.

5. MULHER, ESPAÇO DOMÉSTICO E ESPAÇO DE MERCADO

Este capítulo aborda a mulher no espaço doméstico e no espaço do mercado. A mulher apresenta uma participação bem destacada no ramo pesqueiro, em especial no manejo do recurso. Este capítulo expõe como o uso do recurso comum é realizado no espaço doméstico e no mercado, partindo do pressuposto que as populações tradicionais são respaldadas com seus conhecimentos tradicionais pesqueiros, no qual apresenta grande importância na manutenção dos recursos naturais.

Na primeira e a segunda seção é abordado uma discussão dos conhecimentos tradicionais pesqueiros, mostrando a sua importância para essas populações tradicionais amazônicas e para a manutenção dos recursos naturais. Na terceira seção mostra o cenário do mercado do setor pesqueiro, como ele se apresenta no litoral amazônico. A quarta seção discute a introdução de novas espécies no mercado, a partir de que momento houve essa necessidade de inserção de novas espécies de pescado, como se deu esse processo ao longo dos anos e quais espécies adentraram no mercado. E na última seção expõe a inserção de novos pescados na dieta alimentar dos pescadores, como se procedeu tal processo, quais espécies foram inseridas, descrevendo a importância dos conhecimentos femininos adquiridos ao longo de gerações neste processo.

5.1 Conhecimento Tradicional Pesqueiro

As sociedades tradicionais são grupos humanos diferenciados do ponto de vista cultural, reproduzindo seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, tendo embasamento na cooperação social e relação com a natureza (DIEGUES; ARRUDA, 2001). Segundo Arruda (2000) essa relação está interligada tanto aos povos indígenas quanto à população nacional, por terem desenvolvidos modos específicos de existência e adaptações ao meio em que vivem.

De acordo com Diegues e Arruda (2001) populações tradicionais são classificadas em várias modalidades, tais como: comunidades caiçaras, sítiantes e roceiros, quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, grupos extrativistas, indígenas, dentre outras tantas e diversas comunidades com formas específicas de se relacionar e usar os recursos naturais.

A partir da lei de nº 9.985, de 18 de julho de 2000 do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação)³², defini-se como população tradicional aqueles povos cuja subsistência se fundamenta no extrativismo, como atividade complementar à agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte. Essas populações se baseiam no uso sustentável dos recursos naturais, realizado ao longo de gerações, apresentando uma função de extrema importância na proteção da natureza e da diversidade biológica.

As culturas tradicionais possuem uma relação direta com a natureza através dos sistemas de manejo dos recursos naturais, sendo que essa relação não se expressa com fins econômicos, e sim busca suprir as necessidades dos grupos sociais em uma relação de caráter mais harmônico e de preservação dos ecossistemas através dos conhecimentos adquiridos de forma geracional. Essas culturas se diferenciam do restante da sociedade capitalista, que só visa o lucro sobre os recursos naturais, não fazendo uso sustentável dos mesmos (ADAMS, 2000; DIEGUES, 2001).

Segundo o SNUC, a proteção dos recursos naturais é indispensável na subsistência das populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente. De acordo com Sahlins (2001, p. 171), a partir da teoria de Obeyesekere, toda população vive de acordo com a natureza e cultura, citando que “a natureza está para a cultura assim como a racionalidade está para X”.

As comunidades tradicionais são conceituadas, ainda, pelo uso e importância das simbologias, mitos e rituais ligados à caça, pesca e atividades extrativistas, tendo suas atividades econômicas e sociais passadas por várias gerações, sempre com o objetivo de conservar o ecossistema no qual residem. Sendo assim, essas populações tradicionais

³² A lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, no qual estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. O SNUC divide em duas categorias as unidades de conservação: o de proteção integral formado por Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre, e o de uso sustentável sub-dividido em Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Reserva Particular do Patrimônio Natural. O SNUC é uma das alternativas criadas pelo governo federal para criar áreas protegidas, afim de resguardar a existência de meio ambiente ecologicamente equilibrado.

garantem a proteção dos ecossistemas tanto florestais como aquáticos, nos quais é essencial a conservação da biodiversidade (ARAGÃO; SOUZA, 2009).

Dessa forma, a sabedoria tradicional está relacionada aos conhecimentos ligados à natureza e ao mundo sobrenatural, sendo passado de forma geracional. Vale ainda ressaltar que em muitas sociedades, especialmente as indígenas, há uma ligação entre o mundo natural, o sobrenatural e a organização social (DIEGUES; ARRUDA, 2001).

Desdobrando a análise, vale salientar que Segundo Leff (2010), o meio ambiente está sofrendo devido a um problema do conhecimento, da forma como esse conhecimento é empregado no meio ambiente e na forma como se construiu a civilização moderna. Nesse modelo, se destruiu a natureza, aviltando o ecossistema, tendo esse cenário uma relação direta com os efeitos da globalização econômica, resultando na degradação do ecossistema e contaminação do ambiente. Essa prática normalmente subjuga os saberes tradicionais que foram construídos ao longo dos anos. Assim, os saberes tradicionais necessitam ser revalidados dentro de uma racionalidade ambiental. Ainda segundo Leff (2010, p. 84) a “natureza deixou de ser natureza para ser um objeto científico, objeto de conhecimento, matéria-prima e meios de produção”.

Nesse sentido, as populações tradicionais detêm técnicas próprias de uso e manejo do ecossistema, garantindo a regeneração de áreas modificadas, promovendo assim um aumento na riqueza de espécies na natureza. O conhecimento tradicional é de suma importância na formulação de propostas de manejo e conservação do meio ambiente, até mesmo no desenvolvimento ecológico e cultural, no uso sustentável do recurso (MOURA; MARQUES, 2007). Esse conhecimento abrange diversas áreas da ecologia das espécies, tais como o comportamento dos peixes, migração, cadeia alimentar, taxonomia, reprodução, e a classificação das espécies.

Segundo Cunha (1999) o conhecimento tradicional produz um saber valioso que o mercado está começando a conhecer, tendo um valor próprio, independente de parâmetros de veracidade. Esse saber local não deve ser desprezível e infalível, e sim valorizado na construção do uso sustentável dos recursos naturais.

O conhecimento tradicional feminino sobre o meio ambiente é de grande importância para a preservação de espécies, principalmente nos locais onde a economia depende dos

recursos naturais. Conforme Woortmann (1991), a mulher figura como a maior responsável por transmitir saberes ligados ao manejo dos recursos naturais, estreitando a relação com o meio ambiente.

5.2 Participação da mulher na atividade pesqueira

Do ponto de vista da manutenção dos recursos naturais, o papel da mulher nas comunidades pesqueiras é de grande importância para o meio ambiente, visto que elas possuem uma relação de proximidade com a natureza através dos conhecimentos tradicionais adquiridos nas relações geracionais. Este possui extrema importância para a conservação das espécies, em especial as que estão ameaçadas pela sobreexploração do recurso pesqueiro. Como visto, a mulher exerce um papel muito dinâmico dentro do âmbito familiar, exercendo várias atividades, tais como: cuidados da família, criação de animais, roça, transporte de água, lenha, etc. (CARDOSO, 2007; ALMEIDA, 2002).

Nas comunidades pesqueiras, como mencionado, a divisão de trabalho é bem acentuada. Os homens têm a função de garantir o sustento da família, exercendo atividades ligadas ao mar ou ao rio, sendo considerado um trabalho perigoso, destinado somente aos homens, enquanto que as mulheres ficam responsáveis pela educação dos filhos e pelos cuidados da casa (MACHADO, 2010). Na pesca atuam nas proximidades de suas residências (rios, mangues, praias), nas atividades referentes ao beneficiamento do pescado, na tecelagem de redes de pesca (reparos e manutenção) e na captura (pesca de linha de mão e pequenas redes e coleta de mariscos) e comercialização de peixes (MANESCHY, 1995; MACHADO, 2010; MANESCHY, 2006; MANESCHY & ALMEIDA, 2002). Na captura do caranguejo, trabalham em conjunto com seus maridos, de seus filhos ou até mesmo sozinhas nos manguezais próximos de suas casas, porém sua dedicação é sazonal, no verão é a época que mais se dedicam a atividade por haver menor incidência de chuva e facilidade na captura, permitindo o meio de captura através do laço³³ (ALMEIDA, 2002).

Este cenário visto por Maneschy & Almeida (2002) as mulheres participam ativamente das atividades de roça, na qual trabalham ao longo do ano, e na pesca, atuando na

³³ Laço é uma arte de pesca utilizada na captura do caranguejo, feito com linha de náilon amarrada a uma pequena vara, e colocada na entrada da toca do caranguejo.

pesca de rio, e principalmente nas áreas de manguezais próximos de suas residências. Por muitos anos a mulher foi educada para cuidar da casa e dos filhos, enquanto que o homem era educado para trabalhar fora de casa para sustentar sua família (ALMEIDA, 2002).

Crianças de ambos os sexos começam a ajudar seus pais desde cedo, as meninas iniciam a ajudar suas mães nos seus afazeres de casa e reparando os irmão mais novos, já os meninos por volta de oito anos começam a ajudar seus pais nas atividades roça, pesca do camarão (preparando isca), participando mais como um telespectador, a fim de aprenderem tais atividades (SIQUEIRA, 2006).

Segundo Cardoso (2007), essa divisão de trabalho é vista de forma tradicional nas comunidades. O trabalho feminino na pesca é pouquíssimo valorizado, mesmo participando ativamente na atividade, principalmente na coleta de mariscos nos manguezais, devido à pesca ser uma atividade tradicional dos homens dentro da comunidade, cabe às mulheres outras atividades como fonte de renda.

Um trabalho feito com as catadoras de caranguejo por Cardoso (2007) observou que o trabalho feminino não é reconhecido perante a sociedade, em especial pelo poder público, sendo desvalorizados seus saberes tradicionais acerca dos manguezais, o qual seria de grande importância para a preservação desses ambientes. Segundo Simonian (2009), a relação da mulher com os recursos naturais, e suas tecnologias adotadas, são saberes adquiridos de tempos muito antigos e devem ser valorizados pela sociedade maior.

Mas esse falta de reconhecimento do trabalho feminino não corresponde somente ao olhar da sociedade. Finalmente esse olhar resulta da própria percepção da mulher sobre si mesma e sua relação com a sociedade. Tal como o homem, criado para ser o responsável em sustentar a família, as mulheres foram educadas para serem submissas e acabam se omitindo perante seu companheiro, temendo até mesmo represálias, pois o poder maior cabe ao homem desde muitas gerações passadas, mas na realidade as decisões do lar são feita pelas mulheres. No entanto, aos olhos da comunidade o homem é quem comanda as decisões familiares (CARDOSO, 2002).

O trabalho feminino na atividade pesqueira nas últimas décadas vem crescendo e aparece de forma incisiva nas discussões em regiões com a economia voltada aos recursos pesqueiros. Segundo Maneschy (2001), a produção feminina nas comunidades pesqueiras é

tão importante quanto a dos homens, embora não haja um reconhecimento como tal. A inserção da mulher na atividade pesqueira é decorrente de vários fatores como o aumento da pobreza e da exclusão social das populações litorâneas, fazendo com que o trabalho feminino passe a ter suma importância na sobrevivência das famílias que vivem exclusivamente da pesca (FIGUEIREDO & SANTANA, 2009). As mulheres visam contribuir no orçamento doméstico, para tentar suprir as necessidades básicas de suas famílias (MANESCHY, 1995).

As atividades femininas domésticas, tais como cuidar da família, da casa, e atividades complementares ao sustento como pescar, artesanato e plantar devem ser analisadas minuciosamente, pois ainda há quem não reconheça seu trabalho. Enquanto seus esposos realizam longas viagens pescando, são as mulheres que enfrentam os problemas familiares diários, tendo que ingressar no setor pesqueiro como uma forma de manter a subsistência da família, realizando atividades como a coleta de mariscos, tessitura de redes de pesca, pesca de praia e nos rios, beneficiamento de pescado e mesmo nas atividades administrativas das associações e colônias de pescadores (MANESCHY, 2001).

As marisqueiras e as demais trabalhadoras da pesca buscam o reconhecimento tanto social como profissional de seu trabalho, a fim de possuir seus direitos, tais como aposentadoria ou seguro desemprego, embora em alguns lugares as “marisqueiras” tenham conseguido esse reconhecimento como pescadoras (MANESCHY, 2001).

Nas últimas décadas muitas mudanças vêm ocorrendo no meio ambiente afetando as relações econômicas dos pescadores, Woortmann (1991, p. 18), afirma que “as transformações ecológico-sociais que atingem a terra afetam diretamente as mulheres. Outras transformações, relativas ao mar, atingem os homens, e seus efeitos se projetam sobre as mulheres”. O que antes era farto na agricultura e nos manguezais, passa a ser escasso devido ao seu uso exarcebado.

Como descrito, com o passar dos anos a atuação da mulher na pesca passou a se acentuar, as atividades antes realizadas apenas com objetivo de ajudar o marido, a exemplo da atividade de tecer redes, passou a ser remunerada, contribuindo na fonte de renda familiar. Por outro lado, as tarefas domésticas passaram a ser exercidas em menor proporção, dedicando a maior parte do tempo às outras atividades do mercado.

Uma outra atividade, o beneficiamento de caranguejo e mexilhões, passou a fazer parte do cotidiano de muitas mulheres da costa paraense especialmente nos municípios de Bragança, Marapanim e São Caetano de Odivelas, onde as mulheres passaram a ser chamadas de “catadeiras” (MANESCHY; ÁLVARES, 2010). Conforme visto por Cardoso (2007), na vila de Guarajubal³⁴ a catação do caranguejo passou a ser uma atividade econômica bastante relevante para a comunidade, exercida principalmente pelas mulheres da localidade.

É possível dizer, então, que a mulher findou por transitar entre o espaço doméstico e de mercado do setor pesqueiro. Essa característica findou por conferir à mulher um domínio sobre dois mundos que se traduziu na possibilidade de, ao dominar conhecimentos sobre recursos pesqueiros, ampliar a inserção dos mesmos em um mercado com maior demanda. Assim, ao mesmo tempo em que a demanda por recursos pesqueiros se amplia no mercado, os estoques das espécies mais apreciadas diminuem. Coube à mulher oferecer, através de seu conhecimento, novas espécies para o mercado de consumo.

Portanto, nas últimas décadas o mercado consumidor pesqueiro passou por um grande desenvolvimento econômico, necessitado da inserção da mão de obra feminina, como já mencionado, passando ao mesmo tempo pela ampliação da demanda por novas espécies para comercialização. A seção a seguir traz uma abordagem acerca do mercado consumidor na região amazônica.

5.3 Mercado do Setor Pesqueiro

A pesca comercial foi uma das primeiras atividades econômicas da Amazônia colonial. Os recursos mais explorados eram a tartaruga da Amazônia (*Podocnemis expansa*), peixe-boi (*Trichechus inunguis*) e o pirarucu (*Arapaima gigas*). O aumento da demanda por essas espécies levou a uma super exploração, baixando, assim, a disponibilidade desses recursos, se intensificando nos períodos de decadência de outros produtos regionais como a borracha e a juta (ISAAC et al 2004).

³⁴ A vila de Guarajubal está localizada no Nordeste do estado do Pará, no município de Marapanim. A principal atividade econômica da região é a pesca de peixes e crustáceos. Nos últimos anos o beneficiamento de caranguejo passou a representar forte importância na economia da comunidade (CARDOSO, 2002).

Do pescado desembarcado em Belém, Santarém e Manaus, nos quais são considerados os principais portos de desembarque na Amazônia, grande volume é destinado às indústrias, onde as empresas atuam tanto no mercado nacional, como no internacional. No mercado nacional as principais espécies comercializadas são a piramutaba, dourada, bagre e camarão. No mercado internacional a preferência estende-se à venda de lagosta e camarão (LOPES et al, 2010).

O desenvolvimento da pesca comercial se deu desde o século XVIII no Baixo Amazonas, motivando a necessidade de medidas normativas de controle a fim de reduzir ou evitar a captura irresponsável. Essas medidas podem ter colaborado para diminuir o impacto da pesca desde então, no entanto, não foram satisfatórias para produzir o uso sustentável dos recursos e evitar a degradação de locais de várzea na região, bem como evitar a redução da disponibilidade dos recursos e o incremento dos conflitos dos usuários (ISAAC et al 2004).

A expansão da pesca comercial na Amazônia iniciou na década de 1950, devido ao desenvolvimento na tecnologia de pesca, transporte e armazenamento dos produtos pesqueiros capturados. A introdução das fibras monofilamentosas foi a principal inovação tecnológica de captura, e conseqüentemente o crescente uso de malhadeiras. Outras inovações ocorreram durante esse período, como na área de transporte e tecnologia de armazenamento, modificando-se a frota pesqueira de vela para diesel, o que possibilitou aos barcos pesqueiros viagens cada vez mais longas em um curto período de tempo. Essas mudanças tecnológicas foram acompanhadas pelo elevado aumento populacional regional e da exportação de peixes da Amazônia para os mercados nacionais e internacionais. Esse aumento ocorreu devido ao crescimento explosivo das cidades amazônicas nos anos de 1970 e 1980 (McGRATH, 1991).

A indústria pesqueira da região amazônica é responsável por consumir grande parte do volume de pescado local. Em Belém, para cada quilo de pescado desembarcado no mercado regional, aproximadamente 3 quilos é direcionado aos frigoríficos. Em Santarém, essa relação gira em torno de 50%, ou seja, metade do pescado desembarcado no local é destinado aos frigoríficos. Em Manaus, apesar de ser um grande centro comercial de pescado, essa relação assemelhasse menos, de toda forma esses números revelam a grande participação da pesca no abastecimento industrial (ALMEIDA et al, 2004).

O consumo de pescado no Brasil esta diretamente ligado ao poder aquisitivo da população, quantidade e qualidade ofertada, conservação, alternativas para produtos

substitutos, preços e hábito alimentar. Necessita-se conhecer o consumidor, para poder ofertar produtos de melhor qualidade, atendendo as necessidades do consumidor (LOPES et. al, 2010).

As espécies comercializadas industrialmente se diferenciam de acordo com o mercado. As principais espécies comercializadas no mercado local são o tambaqui, o curimatá e o tucunaré. No mercado estadual a demanda tende a ser dominada por peixes de escamas como o tucunaré e o jaraqui (Manaus). No mercado nacional os peixes de couro como a piramutaba e o surubim, assim como os crustáceos (lagosta e camarão) passam a ser a preferência do consumidor. Nesse mesmo formato, os produtos comercializados também variam de acordo com o mercado de origem. Nos mercados locais, o pescado sofre menor grau de processamento, sendo vendido o pescado inteiro ou eviscerado congelado, enquanto que para os mercados nacionais e internacionais o pescado passa por um processo mais elaborado, como vários produtos originados pelo processamento dessas empresas, tais como o fishbúrguer, a lingüiça e o filé de peixe defumado, peixe desossado, patê de peixe, bochecha de garoupa, poupa de pescado, óleo de peixe, grude, bolinho, cubinho, costela (ALMEIDA et al, 2004).

As espécies que possuem o maior valor agregado da atividade da indústria pesqueira ainda são aquelas espécies comerciais que consolidaram nos anos de 1970 e 1980 a atividade da pesca, tais como a piramutaba, o camarão rosa, a dourada e o pargo, este especialmente comercializado no exterior. Concomitantemente a diminuição da captura dessas espécies comerciais clássicas, tem ocorrido um aumento na produção e comercialização de espécies antes apreciadas como secundárias. Dentre essas espécies estão o bagre (*Bagre sp*), o bandeirado, a gurijuba, arraia (*Dasiatis spp.*) e o cação (*Carcharhinus sp*) (ALMEIDA et al, 2004).

O mercado consumidor com a escassez de espécies tradicionalmente comercializadas, teve que se adaptar às novas espécies de pescado antes não muito apreciadas, a fim de suprir o aumento da demanda populacional ocorrida ao longo dos anos. A partir do momento que a mulher passa a adentrar o universo do mercado econômico pesqueiro, esta passa a refinar sua percepção acerca das espécies apreciadas no mercado consumidor e quais espécies podem ser inserida nesse setor, tal cenário será discutido na sessão a seguir, enfatizando este processo de inserção de novas espécies de pescado através da participação feminina.

5.4 Introdução de Novas Espécies de Pescado no Setor Produtivo Pesqueiro

Ao longo do tempo, novas espécies de pescado têm adentrado o setor produtivo pesqueiro. São espécies pouco exploradas quando comparadas com as tradicionais, porém são conhecidas. Esse quadro no setor pesqueiro se deu devido à redução dos estoques das espécies preferidas do consumidor e uma alternativa afim de abrir novos mercados. Com o aumento da demanda mundial, o pescado vem deixando de ser um produto de baixo valor comercial, atingindo altos valores no mercado, e com redução dos estoques, conseqüentemente o preço desse produto se eleva (ALMEIDA et al, 2007).

Apesar da região Amazônica apresentar grande potencial pesqueiro, as principais espécies comercializadas começaram a mostrar sinais de sobrepesca, exemplo verificado na pesca da piramutaba e tambaqui. Sendo assim, as indústrias começaram a enfrentar problemas a respeito do abastecimento da matéria prima, decorrente do período de defeso, da sazonalidade das espécies e concorrência com outros mercados (LOPES et al, 2010).

O aumento da exploração no setor pesqueiro resultou na sobrepesca dos estoques pesqueiros, afetando tanto as espécies que abasteciam o mercado industrial, como aquelas voltadas para o mercado regional. Espécies tradicionalmente exploradas e destinadas ao mercado regional com alto valor econômico, tais como o pirarucu (Queiroz e Sardinha 1999), o tambaqui (Isaac e Ruffino 1999, Costa *et al.* 1999), a piramutaba (Barthem e Goulding 1997), a dourada (*Brachyplatystoma flavicans*) e o surubim (*Pseudoplatystoma tigrinum*) (Ruffino e Isaac 1999), revelaram sinais de sobrepesca, ou níveis próximos aos de sustentabilidade (ALMEIDA et al, 2004).

A falta de infraestrutura e equipamentos indispensáveis para produzir em larga escala, inseguranças relacionada a abertura de novos mercados e garantia de lucratividade levaram as indústrias a investir em novos produtos (fishburger, defumados, triturados, empanados, marinados) e subprodutos do pescado (aproveitamento da barbatana e bexiga natatórias já exportadas por duas empresas em Belém), bem como na inserção de novas espécies e expansão dos mercados (LOPES et al, 2010).

Segundo Almeida et. al. (2004), os motivos expostos em seu estudo para a introdução de novas espécies foram à diminuição dos estoques pesqueiros das espécies tradicionalmente comercializadas, a expansão e diversificação do mercado, o período de defeso de espécies

comercializáveis, a agregação de valor ao produto final de espécies de baixo valor comercial e a demanda do mercado por determinadas espécies. A expansão do mercado consumidor pesqueiro ocorreu pelas seguintes razões: crescimento populacional, aumento da importância do pescado comercializado nos supermercados, aumento da consciência da alimentação saudável e os processos da preparação industrial.

De acordo com Frédou et al (2009) a introdução de algumas espécies nas empresas ocorreu desde a década de 1970 e continuam sendo incluídas como produtos para outros estabelecimentos (bagre, corvina, dourada, gurijuba, pescada branca, pescada amarela, piramutaba e mapará). Com o esgotamento dos estoques pesqueiros de algumas espécies de alto valor comercial, a maior parte das novas espécies foram introduzidas na década de 1990. Porém a pescada gó, arraia, atum, pirarara e pirarucu adentraram o mercado apenas na década atual (Tabela 1). Em relação às espécies beneficiadas no início do desenvolvimento industrial pesqueiro, somente algumas espécies continuam sendo processadas comprovando sua rentabilidade que são: o bagre, cação, corvina, camarão-rosa, dourada, gurijuba, mapará, piramutaba, pescada branca e pescada amarela.

Espécies Beneficiadas	Ano de Introdução das Espécies			
	Década de 70	Década de 80	Década de 90	Década de 2000
Agulhão				x
Anchova			x	
Ariacó				x
Arraia				x
Atum				x
Bacu			x	
Badejo				x
Bagre	x			
Bandeirado				x
Barbado			x	
Bejupirá				x
Bico Doce				x
Bicudo				x
Bonito				x
Branquinho				x
Cação	x		x	x
Cachorro				x
Caica				x

Camarão sete barbas				X
Camarão Rosa	X	X	X	X
Cambéua			X	X
Camorim				X
Cascudo				X
Cavala			X	X
Cherne				X
Corvina	X		X	X
Dourada	X	X	X	X
Espada				X
Filhote			X	X
Galo				X
Garajuba				X
Garoupa				X
Giquiri				X
Guaiuba				X
Gurijuba	X	X	X	X
Lagosta				X
Jáú			X	X
Mandirá				X
Mapará	X		X	X
Merluza				X
Pargo			X	X
Parú				X
Peixe Pedra				X
Pescada Amarela	X	X	X	X
Pescada Branca	X		X	X
Pescada Cambuçu				X
Pescada Gó				X
Piramutaba	X	X	X	X
Piranga				X
Pirapema				X
Pirapara				X
Pirarucu	X	X	X	X
Ribita				X
Rosado				X
Sarda				X
Sarda Amarela				X
Sarda Branca				X

Sardinha			x	x
Serra			x	x
Surubim	x	x	x	x
Tambaqui	x	x	x	x
Timbiro				x
Tubarão				x
Tucunaré	x	x	x	
Uritinga		x	x	x
Xaréu				x

Quadro 1: Ano de introdução das espécies no estado do Pará.

Fonte: Frédou et al (2009)

O quadro acima evidencia como a sobrepesca apresentou seus resultados através da ampliação da oferta de espécies. Mais de 50% das espécies atualmente consumidas resultam de um processo recente de incorporação, certamente essa inserção resulta de uma relação direta com baixa oferta das espécies tradicionalmente apreciadas, somado a um aumento populacional na região e no país.

5.5 Introdução de Novas Espécies de Pescado no Mercado Municipal de Curuçá e na dieta dos pescadores de Caratateua

Mediante esse quadro de introdução de novas espécies no mercado nacional, os mercados regionais passaram a sofrer consequências ao longo dos anos. Nesse sentido, o mercado municipal de Curuçá vem passando por esse processo, ademais de outras diversas razões relatados pelos vendedores do local. Os entrevistados não souberam informar ao certo o período do ingresso dessas espécies, porém alegam a percepção da escassez de alguns pescados antes vendidos em abundância com o passar dos anos, tais como a pescada gó, tainha, dourada, piramutaba, pescada amarela, serra, mero³⁵. Atualmente esses pescados somente são vendidos no período de safra de cada espécie, a exceção do mero que encontra-se um processo de renovação de estoque.

³⁵ O mero (*Epinephelus itajara*) é uma das maiores espécies de peixes marinhos, podendo chegar a pesar de 250 kg a mais de 400 kg e medir 2,7 metros. Podem ser encontrados em todo o litoral brasileiro, sua pesca, captura, transporte, comercialização, beneficiamento e industrialização foi proibida até setembro de 2007 pela Portaria IBAMA Nº 121 de 20 de setembro de 2002, prevista na Lei de Crimes Ambientais, com uma multa de R\$ 700,00 a R\$ 1.000,00 ou uma pena que variava de 1 a 3 anos de detenção a ser aplicada aos infratores que pescassem os meros. Fonte: http://www.merosdobrasil.org/arquivos/portaria_ibama.pdf

A maioria dos entrevistados, comerciantes do mercado de peixe de Curuçá, já haviam sido pescadores e atualmente apenas revendiam o pescado, alegando o abandono da atividade referente às dificuldades encontradas na pesca artesanal. Com a escassez das espécies tradicionais, as viagens se tornaram cada vez mais longas, o que no fim não lhes rendia bons lucros devido aos gastos ocorridos durante as viagens. Abaixo, o quadro 2, mostra as razões que levaram a inserção de novas espécies no mercado de Curuçá, a partir da percepção dos vendedores.

Razões para os vendedores introduzirem novas espécies	Nº de entrevistados que alegaram as razões identificadas (9 entrevistados)
Atendimento da demanda do mercado	5
Adaptação à oferta de pescado	6
Sobreexploração das espécies tradicionais	9
Crescimento populacional	9

Quadro 2: Razões para a introdução de novas espécies de pescado no mercado municipal de Curuçá.

Fonte: Dados de pesquisa

Os entrevistados relataram que a maioria das espécies inseridas no mercado antes não eram valorizadas. Quando começaram a vender algumas espécies, por muitas vezes chegavam a doar os produtos por não conseguirem vender, a exemplo da sardinha. Atualmente o consumidor se adaptou às novas espécies, mas o consumidor considera esses pescados menos importantes e no linguajar local “de segunda”, com valores mais baixos, possuindo a preferência pelos pescados mais comercializados considerados “de primeira”.

Porém no mercado de Curuçá é difícil encontrar esses pescados avaliados como produto de primeira. Os pescados de maior valor comercial são destinados às indústrias pesqueiras e os mercados regionais e nacionais, ficando no mercado local as espécies de pouco valor comercial. Os vendedores relatam que vendem os pescados de acordo com o poder aquisitivo da população local. Os principais pescados de maior comercialização são pescada gó, porém sua abundância é influenciada pela sazonalidade dessa espécie, ocorrendo uma maior comercialização no período de safra durante os meses de abril a setembro. Outra espécie que adentrou o consumo local refere-se ao cação e a arraia, corroborando o cenário identificado por Freire et al (2012), no mercado de Bragança/Pa. Neste, a comercialização de tais espécies se assemelha com o mercado de Curuçá. No quadro 3, a seguir, encontram-se as espécies indicadas pelos vendedores do mercado municipal de Curuçá, indicando quais espécies tradicionais são vendidas no local e quais foram inseridas ao longo dos anos.

Pescados Tradicionais	Nº de Vendedores (9 entrevistados)
Gurijuba	2
Serra	2
Pratiqueira	5
Tainha	5
Pescada Gó	5
Pescada Amarela	6
Uritinga	4
Corvina	3
Bandeirado	3
Xaréu	1
Bagre	1
Anchova	1
Novas Espécies (duas últimas décadas)	
Sardinha	9
Pacamom	1
Uricica	1
Arraia	6
Cambéua	3
Cação	3
Cangatá	2

Quadro 3: Produtos tradicionais e novas espécies introduzidas no mercado municipal de Curuçá.
Fonte: Dados de pesquisa

No período de maior movimentação de turistas na cidade, há uma circulação maior no mercado, onde é possível encontrar esses pescados tradicionais, mas ainda assim em pouca quantidade, levando em consideração a localização do município e seu papel de polo pesqueiro na região.

Os pescados vendidos no mercado são geralmente adquiridos através dos atravessadores, nos quais compram nas comunidades pesqueiras de Curuçá. Caratateua figura como uma das localidades que fornece pescado para esses atravessadores, principalmente no período de safra.

Quando os pescadores chegam das viagens, são as mulheres que ficam responsáveis pela manipulação e acondicionamento do pescado para a comercialização. Separam os peixes que irão consumir e os que serão vendidos. Daí a importância da participação da mulher nesse

processo de inserção de novas espécies no mercado. A partir de seus conhecimentos tradicionais sabem quais espécies são aptas ao consumo.

Devido ao quadro de escassez dos recursos pesqueiros, as mulheres, através de seus conhecimentos, passaram inserir essas espécies, sendo que muitas delas já se encontravam em sua dieta alimentar, porém ainda não havia chegado ao mercado. Quando indagadas como se deu esse processo, relatam que aos poucos foram introduzindo as espécies como uma forma de sobrevivência, pois havia épocas do ano que não era safra das espécies apreciadas no mercado e que findavam vendendo o que conseguiam pescar a um baixo preço, mesmo correndo o risco de ser rejeitadas pelo consumidor. Dessa forma, é o consumo de espécies variadas no espaço doméstico que fornece a informação necessária para a tentativa de sua inserção no mercado.

As escolhas alimentares são resultantes da interação dos ciclos ecológicos e variações sazonais dos recursos naturais, estruturas habituais do cotidiano, da dinâmica econômica dos mercados locais e regionais, e preferências individuais (MURRIETA, 2001; SILVA, 2007).

A maioria das populações pesqueiras possuem particularidades a respeito de suas preferências e aversões alimentares, ou tabu alimentares, referentes à proteína de origem animal. Tais preferências alimentares podem ser explicadas por fatores como a cultura e o ambiente, em função da disponibilidade do recurso, a posição da espécie na cadeia alimentar, e até mesmo a sua importância socialmente dentro da comunidade (HANAZAKI, 2001).

O peixe consumido é determinado pelas variações sazonais ecológicas, pela capacidade do pescador ou pela sorte. Duas categorias gerais agregam o peixe à classificação do pescado: o peixe liso ou de pele e o peixe de escama. Ambas são apreciadas por diferentes razões. Os peixes lisos são geralmente apreciados pelo sabor “forte” e composição fibrosa da carne. E os peixes de escama possuem um sabor mais “fraco”, leve e suave, de fácil digestão (MURRIETA, 2001).

A disponibilidade dos recursos pesqueiros na comunidade de Caratateua sofre variações sazonais ao longo do ano. No período de maio a setembro, relatam ser a safra do pescado. Nesse período há uma maior abundância de pescado, permitindo à população garantir uma boa renda, e apreciar as espécies disponíveis no período.

Antes da chegada desse período a comunidade se prepara para obter uma boa renda. Consertam suas redes, motor, canoas, a fim de se “garantir” para a safra. Durante a safra a população quase não consome alimentos industrializados.

Durante a safra, as pescadoras relatam capturar toda espécie de peixe. Percebem que a safra começou, quando a sardinha começa a entrar no rio em grande quantidade. Relatam que a sardinha atrai muitas espécies de peixes, por se alimentarem delas. Nesse período os pescadores costumam usar a sardinha como isca na pesca de caniço para capturar os peixes maiores, como a pescada amarela, no qual relatam usar essa isca. Conseguem nessa época do ano pegar os peixes com maior rapidez, num menor período de tempo. Os currais são de grande valia nesse período, por capturar uma grande quantidade de pescado sem esforço por parte dos pescadores.

Fora da época de safra do pescado, os pescadores revezam sua alimentação com os produtos industrializados como os enlatados, macarrão instantâneo (miojo), e com animais que geralmente criam em seus quintais como o frango. Segundo Murrieta et, al. (2008) com dificuldade de obter os tipos de alimentos que não seja o pescado fora de safra, o frango é o alimento de origem animal de consumo mais frequente, originado geralmente da própria criação, como estratégia emergencial de sobrevivência.

A carne bovina quase não entra na dieta desses pescadores, alegando não confiarem que a carne vendida na comunidade seja de boa qualidade, e para compra em outro local teriam que ser na sede municipal, o que seria um gasto maior. Porém, relatam não sentirem falta da carne bovina, que os alimentos mais apreciados, bastam ir na maré pescar, sem precisar gastar nada, a não ser na compra da gasolina. Os moradores que costumam comer carne com mais frequência são os que não vivem da pesca, tais como os comerciantes, professores, funcionários públicos, autônomos, etc.

Quando os recursos pesqueiros começaram a entrar em um quadro de escassez, o nicho alimentar teve que se expandir, incluindo na dieta itens menos apreciados. Pescados que antes não eram consumidos passaram a fazer parte da alimentação, devido as espécies mais apreciadas escassearem ao longo dos anos. Assim, diante da baixa disponibilidade de espécies de importância comercial e muito apreciadas pelos consumidores, pescados tradicionalmente desprezados passaram a fazer parte da dieta alimentar dos pescadores de Caratateua cotidianamente.

A participação feminina teve uma papel fundamental nesse processo, visto que são elas, como já mencionado, que trabalham diretamente na manipulação dos pescados capturados. Ou seja, conhecem perfeitamente os recursos naturais capturados, embora muitas vezes não seja reconhecido tal trabalho. As múltiplas atividades femininas, juntamente com seus conhecimentos tradicionais permitem ampliar a sua percepção na utilização dos recursos naturais, visto que são as mulheres que lidam com as dificuldades diárias de suas famílias, enquanto que seus maridos estão focados na pesca voltada para o mercado. Sendo assim, são as mulheres que percebem quais espécies podem ser inseridas na alimentação de suas famílias, por apresentarem uma maior sensibilidade na sua percepção. Conforme visto por Ferreira et.al. (2009) o processamento e preparo dos alimentos nas comunidades pesqueiras são realizados por mulheres, ficando ao homem a responsabilidade da captura.

Espécies que antes não eram apreciadas pelas famílias, as mulheres começaram a inseri-las aos poucos na sua dieta alimentar, Partindo da imposição ditada pelo mercado das espécies de maior valor comercial, tiveram que substituir espécies e reorientar hábitos. É importante notar, no entanto, que as novas espécies não eram desconhecidas, apenas não apareciam como prioridade de consumo.

As marisqueiras relatam que com o passar do tempo se adaptaram às novas espécies, principalmente no período que o pescado “falha” como os próprios pescadores denominam. Nesse período não há como escolher o que comer, e sim o que conseguirem pescar. O relato a seguir é revelador;

Logo quando me casei, meu marido colocava curral, quando dava gó, ele só escolhia as mais graúdas pra vender, as mais miúdas ele trazia pra casa. E pra não estragar, eu lanhava, salgava, ai a gente trocava por farinha. Por isso não tinha necessidade da gente fazer caso desses outros peixes, como a arraia, do cação, do tralhoto, por que tinha outros peixes gostosos e hoje em dia não.

N., 57 anos.

Atualmente os fatores econômicos seguramente influenciam sobre as escolhas alimentares das populações tradicionais. Antes de vender ou doar o pescado capturado, os pescadores reservam suas espécies preferidas, priorizando aquelas que apresentam baixo valor comercial (SILVA, 2007).

Segundo Hanazaki e Begossi (2004) a escolha do pescado para o consumo e venda está relacionado a algumas variáveis a serem consideradas, tais como a quantidade de espinha, calorias, proteínas, disponibilidade através da pesca, preço e preferências. No caso de Caratateua, as variáveis que mais influenciam na escolha relatada nas entrevistas são a disponibilidade do pescado e preferências pessoais. Há um grande dilema na hora de escolher o peixe de venda e de consumo, pois os pescados que são muito apreciados possuem um preço alto no mercado, como ressalta a fala a seguir.

No verão, o peixe fica escasso, o que vier tem que comer, até por que o que pegamos, já vendemos pro atravessador, aí pra gente aqui fica difícil, nessa época é mais fácil comer peixe em castanhal, do que aqui que é beira de mar.

S., 37 anos.

Entretanto, ao contrário do cenário visto na inserção de novas espécies no mercado, na dieta alimentar dos pescadores essa inserção não ocorreu de fato. Durante as entrevistas quando indagadas sobre inclusão de espécies em sua alimentação, relataram que sempre comeram todo tipo de peixe, a diferença é que antes podiam optar pelas espécies que mais apreciavam, e atualmente não possuem essa opção, conforme se observa no relato abaixo.

Pesquisadora: *E quais são os peixes que a sra vê que tá sumindo?*

Pescadora: *A gó, espada, no inverno que dá muito peixe, vai começar agora a safra do peixe, no verão quase não dá, agora tá dando, piaba, bagre.*

Pesquisadora: *E tem algum peixe que antes a sra não comia e passou a comer devido o sumiço dessas espécies?*

Pescadora: *Tem, o xaréu, a peixe pedra, o bagre, a arraia manteiga. Essa arraia a gente jogava fora, quando vinha uma pescada, cangatá, agora não, tudo que vem a gente come. Olha quando eu morava com a minha mãe, a gente ia nessa beira colocava a lamparina perto da água e via os peixes, eles pulavam pra dentro da canoa, agora não, vamos tarrafejar aí na beira e não pega nada mais, de tanta rede que colocam, os peixes nem chegam mais pra cá.*

Pesquisadora: *E por que a sra não comia esses peixes que a sra falou, como a arraia?*

Pescadora: *A gente comia, só que quando tinha outros a gente preferia os outros, mais assim eu gosto de tudo quanto é tipo de peixe.*

Pesquisadora: *e por que vocês deixavam eles de lado?*

Pescadora: *por que tinha outros peixes.*

Pesquisadora: *por que eram mais gostosos?*

Pescadora: *era, agora não, o que vier a gente come.*

F., 47 anos.

Os peixes de escama ainda estão na preferência da comunidade. O quadro a seguir apresenta os peixes inseridos na dieta alimentar dos pescadores de Caratateua e sua relação com o mercado.

Produtos Tradicionais	Nome científico	Presença no mercado	Presença na mesa	Apreciado pelos Moradores
Anchova	<i>Pomatomus saltatrix</i> (Linnaeus, 1766)	O	O	MA
Bagre	<i>Arius couma</i> (Valenciennes, 1839)	AB	AB	PA
Bandeirado	<i>Bagre bagre</i> (Linnaeus, 1766)	O	O	MA
Corvina	<i>Cynoscion virescens</i> (Cuvier 1830)	O	O	MA
Gurijuba	<i>Arius parkeri</i> (Trail, 1832)	BP	BP	MA
Mero	<i>Epinephelus itajara</i> (Lichtenstein, 1822)	A	A	MA
Pescada Amarela	<i>Cynoscion acoupa</i> (Lacépède, 1802)	BP	BP	MA
Pescada Gó	<i>Macrodon ancylodon</i> (Bloch & Schneider, 1801)	O	O	MA
Pratiqueira	<i>Mugil spp.</i>	O	O	MA
Serra	<i>Scomberomorus Brasiliensis</i> (Collette Russo & Zavalla-Camin, 1978)	BP	BP	MA
Tainha	<i>Mugil spp.</i>	O	O	MA
Uritinga	<i>Arius proops</i> (Valenciennes, 1839)	O	O	MA
Xaréu	<i>Caranx spp.</i>	O	O	MA
Novas Espécies				
Arraia	<i>Dasiatis spp.</i>	AB	AB	PA
Bodó	<i>Hyppostomus cf. verres</i> (Valenciennes, 1840)	BP	AB	MA
Cação	<i>Sphyrna lewini</i> (Cuvier, Griffith & Muller)	AB	O	PA
Cambéua	<i>Arius grandicassis</i> (Valenciennes, 1840)	O	O	PA
Cangatá	<i>Arius quadriscutis</i> (Valenciennes, 1840)	O	O	PA
Pacamom	<i>Batrachoides surinamensis</i> (Bloch & Schneider, 1801)	BP	O	PA
Peixe Galo	<i>Selene vomer</i> (Unnaeus, 1758)	BP	AB	MA
Peixe Espada	<i>Trichiurus lepturus</i> (Lineu, 1758)	O	O	MA
Peixe-Pedra	<i>Genyatremus luteus</i> (Bloch, 1795)	BP	AB	MA
Piaba	<i>Brachyplatystoma Vaillantii</i> (Valenciennes, 1840)	AB	AB	MA
Sardinha	<i>Anchovia clupeioides</i> (Swainson, 1839)	AB	AB	PA
Thalhoto	<i>Anableps anableps</i> (Linnaeus, 1759)	A	AB	PA
Uricica	<i>Cathorops spixii</i> (Agassiz, 1829)	O	O	MA

Legenda: AB – Abundante; A – Ausência; O – Oscilante; BP – Baixa Presença; MA – Muito Apreciada; PA – Pouco Apreciada.

Quadro 4: Espécies de pesca do inseridas na dieta alimentar dos pescadores de Caratateua.

Fonte: dados da pesquisa

Fora da época de safra, a população tem que se alimentar com o que esta disponível. Nesse período, informaram que grande abundância de tralhoto, piaba, bagres etc., passando a

ser os pescados consumidos fora de safra. Para a piaba³⁶ há um caso interessante a relatar. No mês de julho, uma praia próxima da comunidade realiza um festival de piaba, onde os pescadores contam que é uma espécie que dá o ano inteiro na região, principalmente no período de safra mencionado. Entretanto, o tralhoto, apesar de estar inserido na dieta dos pescadores, ainda encontra-se ausente do mercado consumidor.

Os demais pescados de pele mencionados como uritinga, cangatá, cambéua e bandeirado encontram-se oscilante tanto no mercado quanto na mesa dos pescadores, estando disponíveis apenas em determinadas épocas do ano. Porém, é possível se observar que o bandeirado e a uritinga apesar de serem oscilantes, são muito apreciados nos dois setores mencionados, ao contrário do cangatá e a cambéua, apesar de terem sido inseridas na dieta do pescador e no mercado, ainda são poucas apreciadas. De toda forma, a comparação do quadro 1 com os quadros 3 e 4 sugere uma relação direta entre o consumo alimentar dos pescadores e a inserção de novas espécies no mercado.

Os peixes de pele apesar de estarem inseridos na dieta dos pescadores de Caratateua, são pouco apreciados, conforme visto na tabela acima, por serem considerado remosos³⁷. Sobre a arraia, os pescadores alegaram ter um certo receio de comerem, por ter ferrão, e relatam terem medo de encontrar ferrão na carne, principalmente quando alimentam seus filhos. Porém apesar de não serem muito apreciadas, a presença no mercado e na alimentação dos pescadores é constante como os bagres e as arraias.

Barthem & Goulding (1997) durante seus estudos na Amazônia verificaram que há uma abundância de estoques de arraias suficiente para serem exploradas comercialmente. Porém na Amazônia o hábito de consumir arraias ainda é muito restrito, sendo considerado um pescado de baixo valor comercial.

Conforme visto também por Castro (2005) na região do Tapajós, os pescados mais apreciados pelos pescadores locais são os peixes de escamas, como as pescadas em geral. Em Caratateua observa-se a mesma preferência pelos pescados de escamas, todavia as mais

³⁶ Observando as espécies consumidas, foi possível averiguar que o pescado denominado como piaba pelos moradores de Caratateua, corresponde a um tipo pequeno de piramutaba.

³⁷ A reima é uma classificação adotada a proibições e restrições no consumo de determinados alimentos. A reima está dividida em alimentos perigosos (reimosos) e não-perigosos (não-reimosos) a saúde física do consumidor (Murrieta, 1998). Porém, o presente não possui objetivo de aprofundar na questão da reima, mais esclarecer seu significado.

apreciadas encontram-se oscilante no mercado e na dieta da comunidade, como a pescada gó, pratinheira, tainha e anchova por se encontrarem em nível de sobrepesca. A incidência dessas espécies na região é principalmente no período de safra, falhando nas demais épocas do ano.

A comunidade de Caratateua enfatizou a necessidade de práticas de manejo para minimizar a sobreexploração do recurso. Uma prática muito mencionada foi a implantação do defeso de espécies comerciais exploradas, a fim de renovar os estoques pesqueiros. Relataram que se houvesse defeso na região, pescarias no período reprodutivo iriam diminuir. Um outro fator abordado refere-se à questão da fiscalização ser precária, pois apesar de ser uma reserva extrativista, muitos pescadores de fora do estado pescam na região, prejudicando a pesca artesanal local. É necessário que sejam adotadas medidas emergenciais para garantir os estoques pesqueiros futuros, caso não seja, poderá se concretizar uma citação mencionada por quase todas as mulheres entrevistadas:

Se continuarmos pescando muito sem repor, um dia vai acabar o peixe, os mariscos, tudo que vem do mar.

6. CONCLUSÕES

O município de Curuçá é um local privilegiado pela sua localização, por se encontrar às margens de um estuário rico em recursos naturais. O distrito de Caratateua encontrado dentro da Resex Mãe Grande de Curuçá está inserido no contexto de populações tradicionais, pois estas dependem das atividades de pesca e agricultura. Apesar da distância da sede municipal, a comunidade apresenta grande importância por abastecer o mercado local com pescados. Sendo assim, nesta dissertação buscou-se responder as seguintes questões: em que medida o conhecimento tradicional da mulher contribui para a inserção e comercialização no mercado de novas espécies de pescado? Em que medida esse conhecimento garante novas espécies na mesa das famílias de pescadores?

A partir do levantamento socioeconômico foi possível estabelecer uma aproximação descritiva acerca da comunidade de Caratateua, evidenciando a participação feminina na atividade pesqueira na localidade. Observou-se que a comunidade é marcada por uma divisão de trabalho pautada em uma lógica de gênero, ou seja, as mulheres são responsáveis por cuidar da casa, pescar na beira do rio e no mangue, e trabalhar na roça, enquanto que seus maridos pescam em alto mar. As artes de pesca mais utilizadas pela comunidade são os currais de pesca e o puçá na pesca do camarão.

A população é considerada jovem, com famílias compostas em média por dois filhos, sendo recorrente o argumento sobre a dificuldade em criar muitos filhos, em decorrência da baixa renda local. A comunidade conta com uma infraestrutura básica para atender suas necessidades diárias, como energia elétrica, água encanada, escola pública, transporte, etc., o que finda atraindo pescadores de outras localidades em busca de usufruir de tal contexto. Além da infraestrutura, Caratateua atrai migrantes por ser uma comunidade com uma rotina tranquila, sem violência, e relativa disponibilidade de recursos naturais, o que faz com que os moradores não queiram sair da localidade.

Foi constatado, como resultado da pesquisa, que o mercado em geral teve que se adaptar a uma nova realidade para o consumo de pescado, pois a escassez das espécies apreciadas vem se impondo. Tal movimento se expandiu também para o setor industrial,

influenciando também as comunidades pesqueiras que fornecem pescados para essas empresas.

Como apresentado, a participação feminina mostrou uma importância fundamental na inserção de novas espécies no mercado local, visto que são as mulheres que lidam diariamente com os pescados capturados, conhecendo perfeitamente suas características através dos conhecimentos tradicionais repassados pelas gerações passadas. As principais espécies inseridas no mercado de Curuçá foram a sardinha, o pacamom, a uricica, a arraia, cambéua, cação e o cangatá, antes ausentes nesse espaço de comercialização, mas presentes na mesa dos moradores de Caratateua, ainda que pouco apreciadas.

Assim como na inserção referente ao mercado, a participação da mulher se destaca também na comunidade, mas é importante observar que as espécies relatadas como novas na dieta sempre estiveram presentes, apenas não eram apreciadas ou priorizadas para o consumo. Assim, a comunidade sempre teve contato com essas espécies, tais como peixe pedra, arraia, cação, sardinha, etc., porém não as consumiam por dispor de outras opções em forma abundante, como a gurijuba, tainha, pescada amarela, etc. O resultado da pesquisa mostrou que a substituição de pescados mais apreciados pelos menos apreciados na mesa dos moradores, se deu pela necessidade de contemplar a demanda do mercado e comercialização de espécies de maior valor. Assim, permaneceu na mesa do pescador as espécies consideradas de baixo valor comercial, ainda que menos apreciadas, como os bagres, ou até mesmo as espécies que ainda nem chegaram no mercado, como é o caso do tralhoto.

No período fora de safra do pescado é possível visualizar de forma clara o cenário relatado nas entrevistas: pescadores que têm que se contentar com o que conseguem pescar, quadro totalmente oposto há algumas décadas atrás. Os produtos industrializados começaram a fazer parte da dieta dos pescadores e o consumo de frango aumenta nesse período, substituindo o peixe. Porém, a carne bovina não é muito apreciada pela comunidade, já que os moradores não confiam na sua qualidade.

Sendo assim, é a pesca das mulheres que garante uma boa parte do sustento das famílias, não somente no período fora de safra do pescado, como ao longo de todo ano. Por apresentarem uma variedade de atividades em busca do sustento familiar, quando não o peixe, recorrem ao mangue em busca dos mariscos e trabalham na roça, cultivando mandioca,

fabricando os produtos derivados da mandioca, que são tão apreciados na comunidade, a exemplo a farinha.

Mesmo com todas os entraves no setor pesqueiro, as pescadoras de Caratateua alegam gostar da profissão, e que atualmente não deixariam de exercê-la, independente de conseguir uma outra atividade, por ser uma atividade que aprenderam desde criança, e de muitas, é a única profissão que sabem exercer, além da agricultura. Esse conhecimento tradicional é de fundamental importância no setor pesqueiro, e como visto contribui para que haja novas possibilidades de uso dos recursos naturais, embora perante a sociedade, a atividade pesqueira exercida pelas mulheres não seja reconhecida como deveria ser, pois muitas vezes são nomeadas apenas como ajudante de seus maridos.

O trabalho apresentado traz, por fim, o pensamento conservacionista como forte alternativa para minimizar os problemas ambientais relacionados aos impactos ocorridos no setor pesqueiro com a sobreexploração das espécies. Medidas de manejo dos recursos pesqueiro deveriam ser implantadas, como o defeso para as espécies de pescado mais exploradas, a fim de renovar os estoques pesqueiros e ao mesmo tempo consolidar uma maior fiscalização por parte dos órgãos públicos competentes. Tal como na inserção de novas espécies de pescado na mesa das famílias de pescadores e no mercado, a mulher marisqueira pode ser a protagonista dessa nova possibilidade.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. B. A. Efeito de características ambientais no uso dos canais-de-maré por três espécies de peixes bentófagos durante o período transição-seca no estuário de Curuçá (Pará-Brasil). Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ecologia Aquática e Pesca), UFPA/Belém, 2009.

ADAMS, C. As Populações Caiçaras e o Mito do Bom Selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. *Revista de Antropologia* (São Paulo), São Paulo, v. 43, n.1, p. 145-182, 2000.

ALMEIDA, O. T. ; RIVERO, S. L. M. ; ANDROCZEVECZ, S ; Araujo, Nazareno . Inovações e Pesquisa na Indústria Pesqueira na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, v. 10, p. 125-140, 2007.

ALMEIDA, O. T. ; AMARAL, L. ; CABRAL, W ; ALMEIDA, B . Caracterização da indústria pesqueira na Amazônia. In: Miguel Petreire. (Org.). O setor pesqueiro na Amazônia: análise da situação atual e tendências do desenvolvimento da indústria da pesca. Manaus: **ProVarzea/IBAMA**, 2004, v. , p. 61-75.

ALMEIDA, O. T. ; MCGRATH, D. G. ; RUFFINO, M. F. ; RIVERO, S. L. M. . Estrutura, dinâmica e economia da pesca comercial do baixo Amazonas. **Novos Cadernos NAEA**, v. 12, p. 175-194, 2009.

ALMEIDA, O. T. **Manejo de pesca na Amazônia**. São Paulo: Peirópolis, 2006. 132 p.

ALMEIDA, M. P. . Trabalhos femininos e papéis sociais em uma comunidade rural no nordeste paraense. Projeto Integrado: Produção familiar rural paraense. In: HÉBETTE, J. (Org.): **No mar, nos rios e na fronteira; faces do campesinato no Pará**. 1. ed. Belém: EDUFPA, 2002. v. 1.

ARAGÃO, M. C. O. ; SOUZA, R. M. E. . Comunidades Tradicionais: Práticas Culturais e Sustentabilidade na Sociedade Contemporânea. In: Seminário de Estudos Culturais, Identidades e Relações Interétnicas, 2009, Aracaju. **Comunidades Tradicionais: Práticas Culturais e Sustentabilidade na Sociedade Contemporânea**, 2009.

ARRUDA, R. S. V. Populações Tradicionais e a proteção de recursos naturais em unidades de conservação. **Revista Ambiente e Sociedade**, ano II, no. 5, NEPAN/UNICAMP, v. ANO II, n. no. 5, p. 79-93, 2000.

BARTHEM, R. B.; FABRÉ, Nídia Noemi. Biologia e diversidade dos recursos pesqueiros da Amazônia. In: Ruffino, M. L. (Org.). A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia Brasileira. Manaus: **Provárzea**, 2004, v., p. 11-55.

BARTHEM, R. B. ; GOULDING, M. . **Os Bagres Balizadores: Ecologia, Migração e Conservação de Peixes Amazônicos**. Brasília: Sociedade Civil Mamirauá; Brasília: CNPq; Manaus, AM: Instituto de Proteção Ambiental do Estado do A, 1997. 140p.

BATISTA, I. M.S. **Participação, Organização Social e Desenvolvimento Sustentável no Contexto da Resex Mae Grande de Curuçá**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento), NAEA/UFPA, Belém, 2010.

BENTES, B. S. **Diagnóstico da Pesca no Litoral Paraense**. Dissertação de mestrado (Mestrado em Zoologia), UFPA/MPEG, Belém, 2004.

CARDOSO, D. M. . Mulher, Pesca e Ambiente. Espaço Científico - Revista do Instituto Luterano de Ensino Superior de Santarém, Santarém, v. 3, p. 65-72, 2002.

CARDOSO, D. M. . Catadoras de Caranguejo e saberes tradicionais na conservação de manguezais da Amazônia brasileira. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, p. 485-490-490, 2007.

CASTRO, M. A. C. Alimentação e Reima no Vale do Tapajós. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais). UFPA, Belém, 2005.

CHAVES, A. T. P. V. **Gestão Pública gestão Pública e Participação: Uma Análise Do Conselho Deliberativo Da Reserva Extrativista Mãe Grande De Curuçá**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia), UFPA/NUMA, Belém, 2010.

CHERNELA, J.M. Pesca e hierarquização tribal no alto Uapés. In RIBEIRO, D. et al. **Suma etnológica brasileira**. Belém/Pa: Editora Universitária da UFPA, 1997.

CORREIA, M. C. B. A Observação Participante Enquanto Técnica de Investigação. **Pensar enfermagem**, vol. 13, p. 30-36, nº 2, 2º semestre de 2009.

CLAUZET, M.; RAMIRES, M.; BARRELLA, W. Pesca Artesanal e Conhecimento Local de Duas Populações Caiçaras (Enseada do Mar Virado e Barra do Una) no Litoral de São Paulo, Brasil. **Multiciência: A Linguagem da Ciência**, 2005.

CUNHA, M. C.. **Populações tradicionais e a Convenção da Diversidade Biológica**. *Estud. av.* [online]. 1999, vol.13, n.36, pp. 147-163.

DIEGUES, A. C. S. **Pescadores, camponeses, trabalhadores do mar**. São Paulo: Ed. Ática, Série Ensaio, nº 94, 1983. 287p.

_____ **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC e NUPAUB, 2001. v. 1. 161 p.

DIEGUES, A. C. S. (Org.) ; ARRUDA, Rinaldo S V (Org.) . **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. 4. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001. v. 4. 176 p.

FADIGAS, A. B. M. **As Marisqueiras E A Reserva Extrativista Acaú-Goiana: uma análise de práticas participativas para a conservação do ambiente**. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), UFPB, Paraíba, 2009.

FEENY, D.; BERKES, F.; McCAY, B.; ACHESON, B. A Tragédia dos Comuns Vinte e Dois Anos Depois. P. 17-42 em A.C. Diegues e A.C. Moreira (Orgs). **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**. NUPAUB-USP, São Paulo.

FERREIRA, M. D. Percepção ambiental dos moradores do município de Curuçá, Pará, Brasil. 2012. In: III Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental Goiânia/GO, 2012.

FERREIRA, M. V.; JAN KOWSKY, M.; NORDI, N. História e mudanças Do sistema Alimentar de pesca dores : Uma comunidade no Litoral de São Paulo, Brasil. **Interciência**, 2009.Vol. 34 N° 10.

FIGUEIREDO, M. . A Mariscagem e as mulheres na Baía do Iguape - BA. In: Iº Seminário Espaços Costeiros: dinâmicas e conflitos no litoral baiano, 2011, Salvador. Dinâmicas e conflitos no litoral baiano, 2011.

FIGUEIREDO, É. M. ; SANTANA, Graça . Mulheres do Sal: o cotidiano feminino nas comunidades da Ilha de Algodual/Maiandeuá, Maracanã-PA. In: Maria Luzia Miranda Álvares; Eunice Ferreira dos Santos; Cristina Donza Cancela. (Org.). Mulheres e Gênero: as faces da diversidade. Belém: GEPEM, 2009, v. 1, p. 213-228.

FIGUEIREDO, E. M. **Uma estrada na reserva: impactos socioambientais da PA-163 em Mãe Grande, Curuçá (PA)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais), UFPA, Belém, 2007.

FOX, ROBIN LANE. **Parentesco E Casamento Uma Perspectiva Antropologia**. Vega Editora, 1986, 338p.

FREITAS, H.; OLIVEIRA, M.; SACCOL, A. Z.; MOSCAROLA, J.O método de pesquisa Survey. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 105-112, julho/setembro 2000. Disponível: em: http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1138_1861_freitashenriquerousp.pdf.

FREIRE, J. L. ; SOUZA, A. S. ; BENTES, B. . Aspectos econômicos e higiênico-sanitários da comercialização do pescado no município de Bragança (PA). *Biota Amazônia* REBIA, v. 1, p. 17-28, 2012.

FURTADO, L. G. ; NASCIMENTO, I. ; SILVA, M. G. S. ; MANESCHY, M. C. . Formas de Utilização dos Manguezais no Litoral do Estado do Pará: caso de Marapanim e São Caetano de Odivelas. **Amazônia**, v. 1, p. 113-127, 2006.

FURTADO, L. G. Pescadores e “Hidronegócios”: Uma Alternativa Para Trabalho, Renda e Gestão de Recursos?. Acampamento da Via Campesina Pará, 2007.

————— Problemas Ambientais e Pesca Tradicional na Qualidade de Vida na Amazônia. In: Lourdes Goncalves Furtado -Org.. (Org.). *Amazônia: Desenvolvimento, Sociodiversidade e Qualidade de Vida*. Belem: NUMA/UFPA, 1997, v., p. 146-167.

—————Pesqueiros reais e pontos de pesca. Traços da territorialidade haliêutica ou pesqueira amazônica. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Belém, Série Antropologia. Vol 18 (1). 2002.

GARCEZ, R. C. S. ; FREITAS, C. E. C. ; Witkosk, A. C. ; Brito, M. A. S. . Mudanças Sociais na Pesca Artesanal: Um Estudo a Partir da Pressão Sobre o Estoque de Tambaqui (*Colossoma macropomum*, Cuvier, 1818) do Lago Grande de Manacapuru (AM).. In: IV ENANPPAS - Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade, 2008, Brasília. IV Encontro da Anppas, "Mudanças Ambientais Globais" A contribuição da ANPPAS ao debate.. Brasília: ANPPAS, 2008.

GOMES, C. A. A. ; ALVES, T. N. C. ; SANTOS, P. J. P. . Variação temporal da comunidade de meiofauna em área de manguezal em Itamaracá-PE. In: Congresso Nordestino de Ecologia, 2001, Natal-RN. Congresso Nordestino de Ecologia, 2001. p. 1-1.3.

HARDIN, G. **The Tragedy of the commons**. Science162: 1243 – 1248.

HANAZAKI, N. Ecologia de Caiçaras: Usos de Recursos e Dieta. Tese de Doutorado (Doutorado em Ecologia), Unicamp/Instituto de Biologia, 2001.

HANAZAKI, N. ; BEGOSSI, A. . Dieta de populações de pescadores. In: Alpina Begossi. (Org.). **Ecologia de Pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia**. São Paulo: Hucitec, 2004, v. , p. 149-166.

HERCOS, A. P. **Diversidade e Variabilidade Espaço-Temporal da Ictiofauna Da Região Estuarina do Rio Curuçá Município de Curuçá, Pará Brasil**. 2006. Dissertação de mestrado em Zoologia, UFPA/MPEG, 2006, Belém-Pa.

HOSHINO, P. Avaliação e Comparação de Projetos Comunitários de Ostricultura Localizados no Nordeste Paraense. Dissertação de mestrado (Mestrado em Ecologia Aquática e Pesca), UFPA, 2009.

ISAAC-NAHUM, V. J. Exploração e manejo dos recursos pesqueiros do litoral amazônico: um desafio para o futuro. **Cienc. Cult.** [online]. 2006, v. 58, n. 3, pp. 33-36. ISSN 0009-6725.

ISAAC, V. J. ; RUFFINO, Mauro L. Estatística pesqueira no Baixo Amazonas: Experiência do Projeto Iara. Ibama **Coleção Meio Ambiente** Série Estudos Pesca, Brasília, v. 22, p. 201-224, 2000.

ISAAC, V. J.; BATISTA, V. da S ; VIANA, J. P. Exploração e manejo dos recursos pesqueiros da Amazônia. In: Mauro Luis Ruffino. (Org.). **A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2004, v. 1, p. 57-135.

ISAAC, V. J. ; BARTHEM, Ronaldo B. . Os Recursos Pesqueiros da Amazônia Brasileira. BOL. MUS. PARA. EMILIO GOELDI, SER. ANTROPOL., BELEM, Belém, v. 11, n.2, p. 295-339, 1995.

LEFF, E. **Discursos Sustentáveis**. Editora Cortez, 2010. pág. 296.

LEFF, H. **Ecologia, Capital e Cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Petropolis/RJ, 2009, p. 440.

LEITÃO, M. R. F. A.; LIMA, A. S.; FURTADO, G. S. Mulheres Pescadoras: A Construção da Resistência em Itapissuma. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba, PR – 4 a 7 de setembro de 2009.

LUCENA, F. M.; MOURÃO, K. R. M.; MAGALHES, C.; ALMEIDA, O. ; RIVEIRO, S.; THOMPSON, R. Caracterização das pescarias industriais da costa norte do Brasil. **Papers do NAEA** (UFPA), v. 237, p. 1-33, 2009.

LOPES, M. L. B. ; COSTA, P. A. ; SANTOS, J. S. B.; CUNHA, S. de J. T. da ; SANTOS, M. A. S. ; SANTANA, A. C. . Mercado e dinâmica espacial da cadeia produtiva da pesca e aquicultura na Amazônia. 1. ed. Belém: **Banco da Amazônia** S. A., 2010. v. 1. 50p.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do pacífico ocidental: Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanesia**. São Paulo: Abril Cultural, 1976. 436 p. (Pensadores(os); v.43).

MANESCHY, M. C. ; ALVARES, M. L. M. . Mulheres na pesca: trabalho e lutas por reconhecimento em diferentes contextos. Coletiva, v. 1, p. out/dez/2010, 2010. Disponível em: http://www.coletiva.org/site/index.php?option=com_k2&view=item&id=12:mulheres-na-pesca-trabalho-e-lutas-por-reconhecimento-em-diferentes-contextos&tmpl=component&print=1

MANESCHY, M. C. Da casa ao mar: papéis das mulheres na construção da pesca responsável. **PROPOSTA**, Rio de Janeiro, p. 82 - 91, 01 ago. 2000.

MANESCHY, M. C.; ALMEIDA, M. P. Torná-se pescadoras: associações de mulheres e constituição de sujeitos políticos. Projeto Integrado: Produção familiar rural no campo paraense. In: HÉBETTE, J. (Org.): **No mar, nos rios e na fronteira; faces do campesinato no Pará**.. 1. ed. Belém: EDUFPA, 2002. v. 1.

MANESCHY, M. C. . A mulher está se afastando da pesca? Continuidade e mudança no papel da mulher na manutenção doméstica entre famílias de pescadores no litoral do Pará. Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi. Antropologia, Belém, v. 11, n.2, p. 145-166, 1995.

MACHADO, M. F. . Entre a Terra e o Mar: o trabalho das mulheres nas comunidades pesqueiras no Brasil ISSN 1646-6977. **Psicologia.com.pt**, v. 01, p. 01-09, 2010.

MARINHO, M. S. Pesca Artesanal, Defesos de Pesca e Unidades de Conservação, ENADIR “Encontro Nacional de Antropologia do Direito”, Universidade de São Paulo – 20 e 21 de agosto de 2009.

MCGRATH, D. G.; CARDOSO, A.; ALMEIDA, O. T. ; PEZZUTI, J. C. B. Políticas e instituições: uma abordagem ecossistêmica de manejo da várzea no baixo Amazonas. **Papers do NAEA** (UFPA), v. 243, p. 1-35, 2009.

McGRATH, D. G. Varzeiros, Geleiros e o Manejo dos Recursos Naturais na Várzea do Baixo Amazonas. **Papers NAEA**, nº 4, p. 1-25, 1991.

MCGRATH, D. G. . Manejo comunitário de lagos de várzea e o desenvolvimento sustentável da pesca na Amazônia. . **Papers do NAEA** (UFPA), Belém/PA, v. 58, n.1, p. 1-26, 1996.

MARTINS, M. C. . Práticas de trabalho e produção de saberes no cotidiano de mulheres pescadoras. **Sisifo Revista de Ciências** da Educação da Universidade de Lisboa, v. -, p. 71-84, 2008.

MARTINS, A. A. F. A. **Caminho das Águas**: Proposta para o aproveitamento de um subproduto ictiológico na Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá, Pará, Brasil. 2010. Dissertação de mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia, NUMA/UFPA, 2010, Belém-Pa.

MOURA, F. B. P.; MARQUES, J. G. W. Conhecimento de pescadores tradicionais sobre a dinâmica espaço-temporal de recursos naturais na Chapada Diamantina, Bahia. *Biota Neotrop.*, Campinas, v. 7, n. 3, 2007 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-06032007000300014&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 28 jan. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S1676-06032007000300014>.

MORAES, S. C.; REIS, M. S. Conhecimentos Tradicionais da Pesca Artesanal na Amazônia Brasileira Contribuindo para a Educação Ambiental, 2009.

MORAIS, G. C. Estrutura das Assembléias de Zacroinvertebrados de Substratos Rochosos no Litoral de Curuçá, Nordeste do Pará, Brasil. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ecologia Aquática e Pesca), UFPA/Belém, 2011.

MURRIETA, R. S. S. ; BAKRI, MS ; ADAMS, C. ; Souza, P.S. ; STRUMPF, R. F. . Consumo Alimentar e Ecologia de Populações Ribeirinhas em Ecossistemas Amazônicos: um Estudo Comparativo. *Revista de Nutrição da PUCCAMP* (Cessou em 1997. Cont. ISSN 1415-5273 **Revista de Nutrição** (Impresso)), v. 21, p. 123-134, 2008.

MURRIETA, R. S. S. Dialética do sabor: alimentação, ecologia e vida cotidiana em comunidades ribeirinhas da Ilha de Ituqui, Baixo Amazonas, Pará. *Revista de Antropologia*, São Paulo, Usp, 2001, V. 44 N° 2.

OLIVEIRA, Diogo Marques ; FREDOU, Thierry ; LUCENA, Flavia . A pesca no Estuário Amazônico: uma análise uni e multivariada. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Série Ciências Naturais, v. 2, p. 13-23, 2007.

OLIVEIRA, P. A. ; VENDEL, A.L. ; SILVA, M. C. B. C. . Caracterização sócio-econômica e registro da percepção dos pescadores de lagosta das praias do Seixas e Penha, João Pessoa, PB. **Boletim do Instituto de Pesca**, v. 35, p. 637-646, 2009.

OSTROM, E. Reformulando Los Bienes Comunes. In: Smith, Richard C. e Pinedo, Danny. **El cuidado de los bienes communes: gobierno y manejo de los lagos y bosques en la Amazonia**. Lima: IEP; Instituto Del Bien Común, 2002 – (Estudios de la Sociedad Rural, 21), p. 33-48.

PALHETA, G. D. A. Composição e Distribuição Espaço Temporal de Ovos e Larvas de Peixes, nos Estuários dos Rios Curuçá e Muriá (Curuçá-Pará). Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciência Animal), UFPA/Belém, 2005.

PANTOJA, C. S.; TELES, G. C.; PIMENTEL, M. A. O Estudo da Paisagem na Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande de Curuçá-Pa. *REVISTA GEONORTE*, Edição Especial, V.3, N.4, p. 1105-1116, 2012.

PEDROSA, B. M. J.; RAMOS, F. S.; TÁVORA JÚNIOR, J. L. Quotas de captura transferíveis: a eficiência econômica no manejo da pesca, XLIII Congresso da Sober “Instituições, Eficiência, Gestão e Contratos Sistemas Agroindustriais” Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, Ribeirão Preto, 24 a 27 de Julho de 2005.

PINHEIRO, L. A.; FRÉDOU, F. L. Caracterização Geral da Pesca Industrial Desembarcada no Estado do Pará. *Revista Científica da UFPA*, vol. 4, 2004, 16 p.

QUEIROZ, J. S. **Ecoturismo de Base Comunitária na Amazônia Oriental: O caso do Instituto Tapiaim em Curuçá – PA.** 2011. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável), UFPA, Belém, 2011.

RAVENA, N. Ecologia Política e Estratégias de Sustentabilidade: uma reflexão teórica. *Novos Cadernos NAEA*, v. 13, p. 12-34, 2010.

RAVENA-CAÑETE, V. ; NAHUM, V. J. I. ; CANETE, T. M. R. ; MASCARAENHAS, H. Cenários de Pesca no Litoral Paraense: Recursos Pesqueiros, Atores Sociais e Instituições. In: IX Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, 2011, Brasília. IX Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, 2011.

RAVENA-CAÑETE, V ; RAVENA, N. ; SOUZA, Cleide L. de. ; CANETE, T. M. R. ; AVIZ, L.B.S. ; CANETE, U. M. R. . Práticas, saberes e conflito em cenários de escassez de recursos naturais: o lago de Tucuruí 30 anos depois. In: III Encontro Latinoamericano de Ciências Sociais e Barragens, 2010, Belém. Iii Encontro Latinoamericano de Ciências Sociais E Barragens, 2010.

RUFFINO, M. L. **Gestão do Uso dos Recursos Pesqueiros na Amazônia.** Brasília: Ibama, 2005. 135p .

SAHLINS, M. **Como pensam os nativos: sobre o capitão Cook, por exemplo.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. P. 169-212.

SANTOS, G. M.; SANTOS, A. C. M. Sustentabilidade da pesca na Amazônia. *Estud. av.*, São Paulo, v. 19, n. 54, ago. 2005 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000200010&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 14 set. 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142005000200010>.

SANTOS, M. A. S; GUERREIRO FILHO, M. C. S; NEVES, P. R. S.; AGUIAR, C. G. G. Análise socioeconômica da pesca artesanal no Nordeste Paraense, XLIII CONGRESSO DA SOBER “Instituições, Eficiência, Gestão e Contratos no Sistema Agroindustrial”, Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, Ribeirão Preto, 24 a 27 de Julho de 2005

SANTOS, L. S. R. **O Arranjo Produtivo Local da Pesca no Estado do Pará**: identificação e mapeamento dos municípios especializados - 1998 a 2003. Dissertação de mestrado em economia, UNAMA, 2005, Belém – Pará.

SEPOF, Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças; Estatística Municipal de Curuçá, 2011.

SEIXAS, C. S. . Abordagens e técnicas de pesquisa participativa em gestão de recursos naturais. In: Vieira, P.F.; Berkes, F.; Seixas, C.S.. (Org.). **Gestão Integrada e Participativa de Recursos Naturais**. Florianópolis: APED Editora, 2005, p.73 – 105.

SILVA, A. L. ; BEGOSSI, A. . Uso de Recursos por Ribeirinhos do Médio Rio Negro. In: Alpina Begossi. (Org.). *Ecologia de Pescadores*. 1o.ed.: Hucitec, 2004, v. , p. 87-145

SILVA, A. L. Entre tradições e modernidade ecológico local, conflitos de pesca e manejo pesqueiro no rio Negro, Brasil. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 6, n.1, p. 141-163, 2011.

SILVA, M. C.; OLIVEIRA, A. S.; NUNES, G. Q. Caracterização socioeconômica da pesca artesanal no município de conceição do Araguaia, estado do Pará. – **Amazônia: Ci. & desenv.**, Belém, v.2, n. 4, jan-jun.2007.

SILVA, A. A. **Investigação Geofísica com os Métodos Slingram e Gpr de Contaminação Salina na Vila de Caratateua**, Curuçá-Pará. 2010. Trabalho de Conclusão De Curso (Graduação Em Geociências) Centro de Geociências, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

SILVA, D. S. ; SILVA, I. M. . Avaliação econômica da produção de camarão marinho no Estado do Pará: o caso da fazenda Nossa Senhora de Fátima. In: XLV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2007, Londrina. XLV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Viçosa: SOBER, 2007.

SILVA, L. M. A. ; LOPES, E. ; AGUIAR, J. S. ; SANTOS, V. F. . Situação da Pesca no Setor Estuarino. In: Valdenira Ferreira dos Santos. (Org.). *Diagnóstico Sócio-Ambiental Participativo do Setor Costeiro Estuarino do Estado do Amapá*. : , 2004, v. , p. 104-114.

SILVA, A. L. Comida de gente: preferências e tabus alimentares entre os ribeirinhos do Médio Rio Negro (Amazonas, Brasil). **Revista de Antropologia**, São Paulo, Usp, 2007, V. 50 N° 1.

SILVA, M. G. ; TAVARES, M. G. C. Saberes locais e manejo sustentáveis dos recursos da floresta. In: III Encontro Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2006, Brasília. III Encontro da ANPPAS, 2006. v. I.

SILVA, R. R. C. Gerenciamento Costeiro Integrado: Proposta de Inserção de Concepções Subsidiárias ao Plano Diretor Municipal de Curuçá – Pará. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia), UFPA/NUMA, Belém, 2011.

SIMONIAN, L. T. L. Tendências recentes quanto à sustentabilidade no uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais amazônicas. In: ARAGÓN, E. (Org.). Populações e meio ambiente na pan-Amazônia.. Belém: NAEA/UFPA, 2007, v. , p. 25-44.

SIQUEIRA, A. D. Mulheres, Relação de Gênero e Tomadas de Decisão em Unidades Domésticas Caboclas do Estuário Amazônico. In: ADAMS, C. (Org.). **Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006.

SOUZA, C.. B. G.. . A Gestão dos Recursos Naturais na Amazônia: A Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá-PA. **Revista geografar** (UFPR), v. 5, p. 83-104, 2010.

TAVARES, E. C. B. ; SANTOS, M.A.S . Estudo exploratório da cadeia produtiva da carcinicultura no Estado do Pará: o caso do Litopenaeus vannamei. **Amazônia: Ci. & Desenv.**, Belém v. 1, p. 85-96, 2006.

TORRES, V. L. S. . **Envelhecimento e pesca: redes sociais no estuário amazônico**. 1. ed. Belém:NAEA: Cejup, 2004. v. 1. 238p.

URSZTYN, M. A quem confiamos os recursos comuns - estado, comunidade ou mercado? - liã ã es aprendidas com o manejo da pesca na Amazônia. Sociedade e Estado (UnB. Impresso), Brasília, v. 18, n.1/2, p. 177-198, 2003.

VASCONCELOS, E. M ; LINS OLIVEIRA, J. E. ; WANDERLEY, J. A. M . Perfil socioeconômico dos produtores da pesca artesanal marítima do estado do Rio Grande do Norte. **Boletim Técnico Científico do CEPENE**, Recife - Pernambuco, v. 11, n.1, p. 97-106, 2003.

WOORTMANN, E. F. Da Complementaridade à Dependência: a mulher e o ambiente em comunidade pesqueiras do Nordeste. **Série Antropologia**, Brasília, v. 111, p. 1-115, 1991.

8. APÊNDICE

8.1 TABELAS REFERENTES AOS RESULTADOS OBTIDOS LEVANTAMENTO SÓCIOECÔNOMICO

PERFIL DO ENTREVISTADOS

➤ Tabela 1: Número de entrevistado dividido por gênero.

Gênero	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Feminino	56	74%
Masculino	20	26%
Total	76	100%

➤ Tabela 2: Estado civil dos entrevistados.

Estado Civil	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Casada	53	70%
Solteiro	20	26%
Viúva	3	4%

➤ Tabela 3: Resultados referente ao intervalo de idade dos entrevistados.

Intervalo de Idade dos Entrevistados	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Menos de 20 anos	5	7%
21 a 30 Anos	12	16%
31 a 40 Anos	17	22%
41 a 50 Anos	19	25%
51 a 60 Anos	13	17%
Mais de 61 Anos	10	13%
Total	76	100%
Total	76	100%

➤ Tabela 4: Entrevistados designando sexo e idade.

Faixa Etária	Masculino	%	Feminino	%	Total	%
0 a 10	29	19	45	26	74	23
11 a 19	38	25	37	21	75	23
20 a 29	20	14	25	14	45	14
30 a 39	15	10	20	11	35	11
40 a 49	23	16	22	13	45	14
50 a 59	11	7	9	5	20	6
60 ou mais	14	9	17	10	31	9
Total	150	100	175	100	325	100

➤ Tabela 5: Naturalidade dos entrevistados

Naturalidade	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Caratateua	38	50%
Curuçá	4	5%
Marapanim	4	5%
Comunidades Vizinhas	13	17%
Outros municípios	17	23%
Total	76	100%

➤ Tabela 6: Número de filhos por família dos entrevistados.

Número de Filhos por Família	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Nenhum	22	29%
1 filho	13	17%
2 filhos	18	24%
3 filhos	7	9%
4 filhos	7	9%
5 filhos	6	8%
6 filhos	2	3%
7 filhos	1	1%
Total	76	100%

PERFIL PROFISSIONAL

➤ Tabela 7: Dados referentes a profissão dos entrevistados.

Profissão Feminina	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Profissão Masculina	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Aposentada	11	18%	Aposentado	8	14%
Pescadora/Lavradora	41	66%	Pescador/Lavrador	36	63%
Autônoma	5	8%	Autônomo	9	16%
Func. Pública	5	8%	Func. Público	4	7%
Total	62	100%	Total	57	100%

➤ Tabela 8: Renda dos entrevistados.

Intervalo de Renda	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
De R\$100,00 a R\$300,00	27	36%
De R\$350,00 a R\$600,00	3	4%
1 Salário	28	37%
2 Salários	14	18%
Não possuem renda	4	5%
Total	76	100%

➤ Tabela 9: Dados referente aos que recebem bolsa família.

Recebem Bolsa Família	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Não	39	49%
Sim	37	51%
Total	76	100%

PERFIL ESCOLAR

➤ Tabela 10: Escolaridade dos Entrevistados e dos seus respectivos filhos

Escolaridade dos Entrevistados	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Escolaridade dos Filhos	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Fundamental Incompleto	48	63%	Fundamental Incompleto	72	59%
Fundamental	3	4%	Fundamental	22	18%
Ens Médio Incompleto	10	13%	Ens Médio Incompleto	25	20%
Ens Médio	10	13%	Ens Médio	4	3%
Analfabeto	3	4%	-		
Superior	2	3%	-		
Total	76	100%	Total	123	100%

PERFIL DA MORADIA

➤ Tabela 11: Tempo de moradia na casa na qual residem atualmente, tempo de moradia na comunidade

Tempo de Moradia Na Residência	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Tempo de Moradia na Comunidade	
			Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Menos de 1 ano	5	7%	2	3%
Até 5 anos	15	20%	7	9%
Até 10 anos	13	17%	8	11%
Até 15 anos	10	13%	9	12%
Até 20 anos	5	7%	7	9%
Até 25 anos	4	5%	6	8%
Até 30 anos	4	5%	9	12%
Até 40 anos	9	12%	11	14%
Até 50 anos	8	10%	9	12%
60 anos ou mais	3	4%	8	10%
Total	76	100%	76	100%

➤ Tabela 12: Números de residentes por casa.

Quantidade de pessoas por casa	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
1 pessoa	4	5%
2 pessoas	15	20%
3 pessoas	10	13%
4 pessoas	20	26%
5 pessoas	11	15%
6 pessoas	1	1%
7 pessoas	8	11%
8 pessoas	3	4%
10 pessoas	3	4%
13 pessoas	1	1%
Total	76	100%

➤ Tabela 13: Situação dos imóveis entrevistados

Situação dos Imóveis	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Própria	63	83%
Emprestada ou Cedida	7	9%
Alugada	2	3%
Mora com os pais	4	5%
Total	76	100%

➤ Tabela 14: Infraestrutura das Casas

Nº de Cômodos por Casa	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
2 Cômodos	3	4%
3 Cômodos	29	38%
4 Cômodos	44	58%
Total	76	100%
Local dos Banheiros	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Dentro de Casa	56	74%
Fora de Casa	20	26%
Total	76	100%
Estrutura das Casas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Alveraria	71	7%
Barro	5	93%
Total	76	100%
Piso das Casas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Cimento	42	55%
Lajotada	32	42%
Terra Batida	2	3%
Total	76	100%
Condições do Terreno	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Seco	75	99%
Alagado	1	1%
Total	76	100%
Presença de Poço Artesiano	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Não possuem Poço Artesiano	71	93%
Possuem Poço Artesiano	5	7%
Total	76	100%
Utilização de Fossa Séptica	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Usam Fossa Séptica	59	78%
Não usam Fossa Séptica	17	22%
Total	76	100%

INFRA ESTRUTURA DA COMUNIDADE

➤ Tabela 15: Principais meios de transporte utilizado

Principais Meios de Transporte	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Bicicleta	13	17%
Barco	18	24%
Ônibus	42	55%
Veículo Próprio	3	4%
Total	76	100%

➤ Tabela 16: Serviços Existente na Comunidade

InfraEstrutura da Comunidade	Há na Comunidade	Não há na Comunidade
Energia Elétrica	X	
Água Encanada	X	
Coleta de Lixo		X
Pavimentação		X
Iluminação Pública	X	
Escola Pública	X	
Feira		X
PM-BOX		X
Posto Médico	X	
Praça	X	



Universidade Federal do Pará
QUESTIONÁRIO COMUNIDADE

INFORMAÇÕES GERAIS

- 1.Município: _____
- 2.Comunidade: _____ 3.Data: ___/___/___.
- 4.Nome do Entrevistador: _____
- 5.Nome do Entrevistado: _____
- 6.Naturalidade: _____ 7.Sexo: _____ 8.Idade: _____
- 9.Estado Civil: _____ 10.Nº de filhos: _____
- 11.Escolaridade: _____

História de Vida/Entrevista semi estruturada?

1. Conte-me quando e onde você nasceu?
2. Seus pais já trabalhavam com pesca e roça? E seus avós? (explorar semelhanças e diferenças entre ambos e a vida atual do entrevistado).
3. E seu casamento? Você foi morar onde? Como era seu cotidiano quando se casou, dia a dia? Como eram as tarefas da casa e da cozinha? (conduzir até o período atual explorando as atividades domésticas e o uso dos recursos aquáticos).
4. Você seguiu trabalhando com pesca, roça, extração? (explorar motivos para permanência ou mudança de atividades).
5. Quais são as festas de sua comunidade? (explorar: mais importante, porque, o que há, quando acontece, produtos envolvidos, etc).
6. Quase os preparativos para a festa? Tem pescaria especial para trazer pescado para a festa?
7. Qual a que você mais gosta? Porque?
8. Quando você não está trabalhando o que você faz? E com seus pais era assim? (explorar formas de lazer, atividades paralelas, buscando ligação com recursos naturais e a pesca).
9. A quantidade de peixe que você pesca hoje, especialmente serra, gurijuba e pescada, corresponde à mesma quantidade que se pescava no tempo de seus pais? Porque mudou ou continuou? (explorar percepções diferenças, manutenções ou alterações e seus motivos e das espécies pescadas, tamanho, variedade).

10. Você considera que há um possível esgotamento dos recursos pesqueiros na costa do estado do Pará? Se não um esgotamento, estaria havendo uma severa diminuição do nível de pescado?
11. Quais as espécies de peixe que estão sofrendo com o aumento do esforço pesqueiro?
12. Quais as espécies de peixe que adentraram na dieta alimentar com o esgotamento de algumas espécies?
13. Na sua opinião como se deu essa inserção?
14. Quem foi o maior responsável pela essa inserção?
15. Em sua opinião, quais são os motivos do esgotamento e/ou severa diminuição do pescado na costa paraense?
16. As atividades de pesca da mulher trazem novas espécies para serem consumidas? (tentar usar o peixe pedra como exemplo).
17. Em sua opinião, além do esgotamento do recurso quais seriam os motivos para o aumento do esforço da pesca entre os pescadores artesanais da costa paraense? (explorar as conseqüências de suas antigas políticas, modificações no meio ambiente e etc.)
18. Qual o papel da mulher na responsabilidade em relação a este cenário de esgotamento? (explorar as suas ações, utilização de apetrechos de pesca, desperdício, etc.)
19. O que você vem fazendo para tentar reverter esta situação? (explorar novas práticas, etc.)
20. Você sabe o que é o defeso? Você acha que o defeso contribuiria para o aumento do estoque de pescado?



Universidade Federal do Pará
QUESTIONÁRIO MERCADO

INFORMAÇÕES GERAIS

1. Município: _____

2. Comunidade: _____ 3. Data: ___/___/___.

4. Nome do Entrevistador: _____

5. Nome do Entrevistado: _____

6. Naturalidade: _____ 7. Sexo: _____ 8. Idade: _____

9. Estado Civil: _____ 10. N° de filhos: _____

11. Escolaridade: _____

12. Endereço do entrevistado:

13. Há quantos anos você trabalha no setor pesqueiro? _____

14. Você pesca ou só revende? _____

15. Quais espécies de pescado que você vende?

1 _____

2 _____

3 _____

4 _____

5 _____

14. Com o passar dos anos você percebeu se há algumas espécies de peixes sumindo do mercado? () Sim () Não

15. Se sim quais?

!6. Por que você acha que essas espécies estão sumindo do mercado?

17. Quais espécies que estão adentrando no mercado que antes não eram comercializadas?

8																									
9																									
10																									
total																									

Obs: Ônibus, A pé, V. par, V. escolar, Bicicleta

Totais da escolaridade dos indivíduos.

P.9. Perfil do(s) trabalhadores(es) residente(s)

Nº	Trabalhadores									Transporte				Renda
	Func. Pub	Comerc.	Pescador	Auton.	Dono Barco	de Apo.	D. de cas	Des		O	P	VP	B	
1														
2														
3														
4														
5														
6														
7														
8														
9														
10														
T														

P.10- Aspectos da edificação.

Imóvel	Uso do imóvel	Cômodos	Construção (MU)	Piso (ME)
1.Próprio ()	1.RESIDENCIAL ()	1.SALA ()	1.ALVENARIA ()	1.MADEIRA ()
2.Cedido ()	2.COMERCIAL ()	2.QUARTO ()	2.MADEIRA ()	2.CERÂMICA ()
3.Alugado ()	3.MISTO ()	3.COZINHA ()	3.BARRO ()	3.CIMENTO ()
4.Ocupado ()	4.OUTROS ()	4.BANHEIRO ()	4.PALHA ()	4.TERRA BATIDA ()
R\$	QUAIS?	5.OUTROS----- -----	5.OUTROS----- -----	5.OUTROS----- -----

P.11- Por favor, o sr (a) pode me informar a condição do seu terreno e os serviços existentes em sua comunidade?

Ocupação do Terreno	Condições do Terreno	Infra-Estrutura na área			
Compra	Seco	Luz		Pavimentação	Posto Médico
Cedido	Alagado	Água de poço		Iluminação Pública	Estiva
Ocup.Coletiva	Alagável	Encanada Cosanpa			
Outros	Outro	Coleta de Lixo		Escola Pública	Praça
		Fossa		Feira	Telefone Público
		Poço () P () A		PM-BOX	Transporte

P.19. Me diga por favor qual a principal vantagem de morar nesta Comunidade? (**explorar**)

P.20. E qual a principal desvantagem de morar nesta Comunidade?(**explorar**)

9. ANEXO



Ministério do Meio Ambiente - MMA
 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
 Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 33232-1	Data da Emissão: 14/03/2012 08:14
Dados do titular	
Nome: Marliem Karine da Silva Palheta	CPF: 960.215.903-00
Título do Projeto: Participação e saberes femininos na inserção de novas espécies de peixe no mercado e na dieta alimentar dos pescadores da RESEX Mãe Grande em Curuçá/PA.	
Nome da Instituição : UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	CNPJ: 34.621.748/0001-23

Cronograma de atividades

#	Descrição da atividade	Início (mês/ano)	Fim (mês/ano)
1	Será realizada entrevista e convivio diário nas comunidades de Bairro Alto e Cambiteua	03/2012	03/2013

De acordo com o art. 39 da IN 154/2007, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser renovada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades e ser emitido por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.

Observações e ressalvas

1	As atividades de campo exercidas por pesca natural ou jurídica estrangeira, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coletar dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes da cultura nativa e cultura popular, presente e passada, obtidos por meio de recursos e técnicas que se destinam ao estudo, à difusão ou à pesquisa, estão sujeitas a autorização do Ministério de Ciência e Tecnologia.
2	Esta autorização NÃO exige o pesquisador titular e os membros de sua equipe de necessidade de obter as anuências previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade, inclusive do órgão gestor de terra indígena (FUNAI), da unidade de conservação estadual, distrital ou municipal, ou do proprietário, arrendatário, posseiro ou morador de área dentro dos limites de unidade de conservação federal cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso.
3	Este documento somente poderá ser utilizado para os fins previstos na Instrução Normativa IBAMA nº 154/2007 ou na Instrução Normativa ICMBio nº 10/2010, no que especifica esta Autorização, não podendo ser utilizado para fins comerciais, industriais ou esportivos. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.
4	O titular de licença ou autorização e os membros de sua equipe deverão optar por métodos de coleta e instrumentos de captura direcionados, sempre que possível, ao grupo taxonômico de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos; e empregar sempre de coleta ou captura que não comprometa a viabilidade da população do grupo taxonômico de interesse em condições in situ.
5	O titular de autorização ou de licença permanente, assim como os membros de sua equipe, quando de violação da legislação vigente, ou quando da inadequação, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição do ato, poderá, mediante decisão motivada, ter a autorização ou licença suspensa ou revogada pelo ICMBio e o material biológico coletado apreendido nos termos da legislação brasileira em vigor.
6	Este documento não dispensa o cumprimento da legislação que dispõe sobre acesso a componentes do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, ou ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bioprospecção e desenvolvimento tecnológico. Veja maiores informações em www.mma.gov.br/ogen .
7	Em caso de pesquisa em UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, o pesquisador titular desta autorização deverá contactar a administração da unidade a fim de CONFIRMAR AS DATAS das expedições, as condições para realização das coletas e de uso da infra-estrutura da unidade.

Locais onde as atividades de campo serão executadas

#	Município	UF	Descrição do local	Tipo
1	CURUÇÁ	PA	RESERVA EXTRATIVISTA MÃE GRANDE DE CURUÇÁ	UC Federal

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº154/2007. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade desta documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 98998477



Página 1/2



Ministério do Meio Ambiente - MMA
 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
 Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 33232-1	Data da Emissão: 14/03/2012 08:14
Dados do titular	
Nome: Marlen Karine da Silva Palheta	CPF: 950.215.902-00
Título do Projeto: Participação e saberes femininos na inserção de novas espécies de pescado no mercado e na dieta alimentar dos pescadores da RESEX Mão Grande em Curuçá/PA.	
Nome da Instituição : UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	CNPJ: 34.621.748/0001-23

Registro de coleta imprevista de material biológico

De acordo com a Instrução Normativa nº154/2007, a coleta imprevista de material biológico ou de substrato não contemplado na autorização ou na licença permanente deverá ser anotada na mesma, em campo específico, por ocasião da coleta, devendo esta coleta imprevista ser comunicada por meio do relatório de atividades. O transporte do material biológico ou do substrato deverá ser acompanhado da autorização ou da licença permanente com a devida anotação. O material biológico coletado de forma imprevista, deverá ser destinado à Instituição científica e, depositado, preferencialmente, em coleção biológica científica registrada no Cadastro Nacional de Coleções Biológicas (CCBIO).

Taxon*	Qtde.	Tipo de amostra	Qtde.	Data

* Identificar o espécime no nível taxonômico possível.

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº154/2007. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 98998477



Página 2/2